



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE**

***“JÁ É NEGRO E AINDA QUER SER TRAVESTI?” – EXPERIÊNCIAS
TRANS DE MULHERES NEGRAS***

CAMILA PINA BRITO

**JEQUIÉ/BA
SETEMBRO - 2016**

CAMILA PINA BRITO

***“JÁ É NEGRO E AINDA QUER SER TRAVESTI?” – EXPERIÊNCIAS
TRANS DE MULHERES NEGRAS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, do Órgão de Educação e Relações Étnicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza

**JEQUIÉ/BA
SETEMBRO – 2016**

B862j Brito, Camila Pina.

“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras / Camila Pina Brito.- Jequié, 2016.

128f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza)

CAMILA PINA BRITO


**“JÁ É NEGRO E AINDA QUER SER TRAVESTI?”: experiências trans de
mulheres negras**

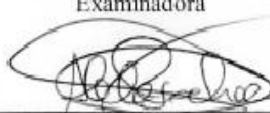
Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação, em Nível de Mestrado Acadêmico, em
Relações Étnicas e Contemporaneidade- PPGREC, da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB
Campus de Jequié.
Linha de Pesquisa 2: **Etnias, Gênero e Diversidade
Sexual.**

Aprovada em: 30 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza- UESB
Orientador


Prof.ª. Dr.ª. Luma Nogueira de Andrade- UNILAB
Examinadora


Prof.ª. Dr.ª. Ana Cláudia Lemos Pacheco- UNEB
Examinadora

À Júlia Helena, Sellena e Zelza, por
existirem, resistirem e revolucionarem!

AGRADECIMENTOS

“Um passo a frente e você não está não está mais no mesmo lugar” (Chico Science).

Agradecer é caminhar para trás, é revisitar cada “local” pelo qual passamos e reencontrar cada camarada que nos deu a mão e contribuiu, não apenas para a chegada, como tornou o percurso muito mais feliz.

O final dessa caminhada, inevitavelmente me remete ao início, aos primeiros dias de aula. Em um deles, Magali compartilhou com a nossa turma – a primeira do Programa de Pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade do ODEERE-UESB - o significado da palavra Ubuntu, que em português não há equivalente, a tradução mais próxima seria Humanidade: EU SOU PORQUE NÓS SOMOS!! Esse aprendizado, felizmente, norteou nossos passos em nossas construções enquanto pretensas/os mestras e mestres.

Nossos trabalhos se complementam, não apenas porque registram vozes marginalizadas (as nossas, as das nossas entrevistadas e as nossas temáticas), mas porque o construímos conjuntamente nas aulas, nas conversas, nos materiais compartilhados, nas leituras, nas intensas e longas reuniões no Odeere. Jaque, Heitor, Maga, Lucinha, Martha, Gime, Lucas, Eudes, Emily, Abílio, Vitor, Ivana, Isabele, Antonio estão presentes em cada página desta dissertação e na mulher que sou hoje.

Nesses dois anos, tive a oportunidade feliz de voltar a viver com minha mãe (Diacuy) e meu pai (Miguel), e construir um amor que só é possível quando já somos adultas/os e temos a real capacidade de valorizar todos os esforços que nos são destinados por esses anjos protetores. À minha mãe e ao meu pai, pelo amor e apoio incondicional, por serem “meu lar”!

À Marcelo, meu melhor amigo-amor-companheiro e parceiro de todos os meus projetos, pela generosidade, o cuidado, a torcida, os ouvidos atentos, a disponibilidade, a paciência, a sensibilidade, os dias e sonhos compartilhados, por ser a presença mais constante.

À Tay, a minha pequena mais enorme amiga. Poderia sintetizar dizendo que somos irmãs, e com isso estaria pensando em nossos passeios gastronômicos, encontros pra ver filme, série, estudar (tudo desculpa para horas intermináveis de conversas), em uma amiga

que me trouxe remédios e colo (e até um dente) quando eu precisei e que nunca “mediu quilômetro” para se fazer presente.

À Thiana, uma das pessoas mais prestativas que conheço, por me arrastar para comemorar as conquistas e por estar ao meu lado nos dias doloridos, por jamais negar um pedido de ajuda, por ser minha amiga desde antes de nascermos. Aproveito para agradecer a Binho (Anderson), que, ao lado de Thiana, me presenteou com sua amizade e generosidade.

Aos familiares, pela torcida, em especial ao meu primo-amor-irmão de leite e coração Cauê, pela amizade desde a década de 80, pelo companheirismo, sorrisos, abraços, segredos e até pelas chatisses, por ser meu exemplo de força e leveza.

À Êmille, Marina, Tai (amigas de todas as horas), Vivian (minha “google translate”), ao Gime e à Tamiz (minhas coorientadoras), à Bia (colaboradora fiel desde 2012) e às/aos demais amigas/os, que se fizeram presentes de diversas maneiras na construção deste trabalho. Pelas leituras, sugestões e momentos de escape!

À família Odeere, um povo bonito que me mostrou que a Academia não tem porque ter pompa, a grandiosidade vem da solidariedade, respeito e pé no chão (e mão no caruru). Agradeço pelo acolhimento.

Às/aos professoras/es do PPGREC-UESB, que nos deram ‘a mão’ nesse percurso de nos fazermos pesquisadoras/es.

Ao GEPGDS, pelos desejos de desestabilização partilhados.

À Marise, pelo exemplo que é! Por ser mais que professora e coordenadora, ser uma verdadeira amiga que dá puxões de orelha, mas que tem sempre um colo à disposição. Pelos abraços revigorantes!

Ao meu orientador Marcos, por ser referência de gente, professor, amigo, militante e pesquisador. Pela paz de sua presença, pela generosidade dos seus ensinamentos, pela gentileza com que faz minhas certezas desmoronarem!

À Ana Claudia Lemos Pacheco e Luma Nogueira de Andrade, por terem enriquecido este trabalho com suas contribuições valiosíssimas.

À Viviane Vergueiro, por ter me inquietado a ponto de me fazer desejar esta pesquisa.

Às maiores responsáveis pela existência desta dissertação: A Júlia Helena, Sellena e Zelza, toda minha gratidão pela confiança em partilhar suas histórias. as sujeitas da pesquisa mais lacradoras de todas no mundo! Mulheres lindas, divertidas e muito guerreiras, que venceram anos de violência e ainda assim tiveram a generosidade de compartilhar suas vidas, não apenas comigo, mas com todas as pessoas que desejarem ler “o produto” destes dois anos. Espero que muita gente leia e que se sinta desconfortável por ser parte de uma sociedade que prega a proteção da família, o “amor cristão”, mas que alimenta as mortes diárias de LGBTs que estão apenas tentando viver suas próprias vidas com dignidade. Que muita gente se sinta desconfortável e se junte a nós afetadas/os por nossos desejos de revoluções.

**MANIFESTO PELA IGUALDADE: SOBRE SER TRAVESTI E TER SIDO APROVADA EM
UMA UNIVERSIDADE FEDERAL.**

Hoje, eu tive minha sobrancelha raspada por minha mãe, emocionada por eu ter sido a primeira pessoa de minha família a ser aprovada na Universidade Federal de Pernambuco. O que pra ela é uma realização pessoal de mãe que, diga-se de passagem, sempre me incentivou a estudar, para mim, uma travesti negra, é uma conquista com imenso valor simbólico.

Desde muito cedo, o âmbito educacional deixou o mais explícito possível suas dificuldades em compreender as particularidades de minha vida: aos 6 anos, desejando ser a Power Range Rosa, aos 13 usando lenços na cabeça, aos 18 implorando pelo meu nome social e, logo, o reconhecimento de minha identidade de gênero. Nenhuma foi atendida. Nenhuma foi levado a sério como algo que eu, enquanto um ser humano, preciso daquilo para me construir e ter minha subjetividade.

Se ontem a professora tirou a boneca de minha mão, hoje o Reitor diz não ter demanda para meu nome social.

Eu existo! Nós existimos!

As violências por conta de minha identidade sempre trouxeram retaliações em salas, corredores e banheiros durante toda minha permanência na escola. Lembro-me de, inúmeras vezes, minhas amigas entrando em rodas feitas por rapazes para me bater e tentarem me salvar. “Para com isso! Deixa ela!”

Não era só comigo, mas fui a única que aguentei. Vi, de pouco em pouco, outras possíveis travestis e transexuais desaparecendo daquele ambiente, porque ele nunca simbolizou um espaço de acolhimento, educação e aprendizagem. Mas sim de opressão, dor e rejeição.

Uma vez encontrei na rua com uma das que estudou comigo. Eu voltava do curso, ela ia se prostituir. “Mulher, o que tu ainda faz em lugares desse?”, ela me perguntou. Indignada, aliás. Ela me questionava com a testa franzida porque eu insistia em permanecer em um lugar que, cada vez mais, desmarcava que eu não era bem-vinda. Quando fui?

Os banheiros femininos estão com as portas fechadas, o nome nas cadernetas não pode ser alterado e os olhares de escárnio estão por todas as partes. De corredor à sala, de banheiro à secretaria.

“O que ela faz aqui?”, se perguntam diariamente ao me ver andando na luz do dia. Afinal, eu, enquanto travesti, devo ser uma figura noturna. Assim, sedimentando a posição que a sociedade me atribuiu: de sub-humana. E quando falo isso, meus queridos, estou sendo o mais honesta que posso. Olhe ao seu redor! Quantas travestis e mulheres trans você se depara no seu dia a dia? Quantas estão na sua sala de aula? Quantas te atendem no supermercado? Quantas são suas médicas?

Espere até as 23hrs. Procure a avenida mais próxima. As encontrará. Porque lá, embaixo do poste clareando a rua escura, é onde nós fomos condicionadas a estar por uma sociedade internalizadamente transfóbica.

Quando vi minha aprovação, foi uma alegria por eu ter tido uma conquista, mas para além disso, eu tive a consciência de forma imediata, que dentro de minhas perspectivas de vida, ver uma pessoa como eu em um espaço acadêmico é algo utópico. Até quando será? Até quando minhas irmãs irão ter que ser submetidas a essas condições de vida?

Sem moradia, sem estudo, sem trabalho. Se prostituindo por 20 reais.

Onde está a dignidade?

Não somos iguais. Eu, travesti, não sou igual a você. Eu, travesti, além de ter batalhado por minha entrada, a partir de agora irei batalhar por minha permanência.

Optei por Pedagogia com a esperança de poder ser um diferencial. De finalmente pautar a busca por uma educação que nos liberta e não mais nos acorrente.

A escolha é apenas uma: lutar ou lutar. E eu, Maria Clara Araújo, escolhi ser um símbolo de força.

A revolução será travesti!

Por: Maria Clara Araújo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1. “POR ONDE ANDEI” – O PERCURSO METODOLÓGICO	24
1.1 O meu lugar de fala	25
1.2 Processo de produção de dados	29
1.3 Análise do material – Análise do discurso	31
1.4 Sujeitas da pesquisa	33
1.4.1 Zelza	33
1.4.2 Sellena	35
1.4.3 Julia Helena	36
Capítulo 2. IDENTIDADES TRANS.....	38
2.1 A construção do dispositivo da transexualidade.....	39
2.1.1 “O transexual stolleriano”	42
2.1.2 “O transexual benjaminiano”	43
2.2 Patologização das vivências trans.....	44
2.3 Sobrevivendo à margem da Lei	49
2.4 O trânsito – Desconstruindo o “verdadeiro transexual”	53
Capítulo 3. SUBORDINAÇÃO INTERSECCIONAL – SER MULHER TRANS E NEGRA	60
3.1 Por que ainda precisamos falar em raça?	60
3.2 Mulher trans... e negra?	64
3.3 Discriminações sobrepostas – Uma abordagem interseccional	70
Capítulo 4. (SOBRE)VIVÊNCIAS EDUCACIONAIS –O CISHETEROTERRORISMO BRANCO.....	75
4.1 Expulsão informal e as formas de resistência à exclusão na educação básica	81
4.2 O apartheid de gênero e o não lugar no ensino superior	84
4.3 Nome Social – A precarização da cidadania trans.....	90
4.4 Solidão e isolamento.....	94
4.5 A formatura.....	97
4.6 Formou! E agora? Expectativas, frustrações e escapes.....	100
(IN)CONCLUSÕES.....	105
REFERÊNCIAS	113

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	119
APÊNDICE B - Termo de Autorização do uso de imagem e depoimentos.....	122
APÊNDICE C – Tópico central da entrevista narrativa.....	123
ANEXO A - Nota pública do Núcleo de Pesquisa em gênero, diversidade e sexualidade Capitu.....	124
ANEXO B - “O Revoar da Travesti”	125
ANEXO C – “A realização de um sonho”.....	126
ANEXO D – Gritos de resistência.....	127
ANEXO E – “Eu sou porque nós somos”.....	128

RESUMO

Este trabalho se propõe a compreender como a transfobia e o racismo são expressos e impactam as vivências educacionais das mulheres trans negras nos espaços formais de educação, mormente o ensino superior, e como estas mulheres enfrentam esses processos discriminatórios. Objetivo entender os mecanismos institucionais que coadunam para a transfobia e como as mulheres trans negras lidam com essas questões; inquirir como se dá a interação das referidas mulheres com colegas, docentes e funcionárias/os em termos de identificação de processos de exclusão e de acolhimento; identificar e analisar outros elementos trazidos pelas narrativas que também impactam as vivências educacionais, em especial no ensino superior, das mulheres trans negras. Para tanto, realizei o diálogo entre o material empírico produzido por meio de entrevistas narrativas e discussões empreendidas por pesquisadoras/es e ativistas das relações étnico-raciais, do feminismo negro, transfeminismo e afrotransfeminismo que compõem o referencial teórico, quote: Andrade, Bento, Butler, Bauer e Jovchelovitch, Gonzales, Guimarães, Foucault, Hall. Iniciei este trabalho com um capítulo metodológico, onde foi mostrado o caminho trilhado, destacando o suporte teórico, a metodologia eleita, o meu lugar de fala, os métodos e as técnicas de produção e análise do material, e a breve apresentação de Zelza, Sellena e Julia Helena, as sujeitas da pesquisa. Posteriormente foi desenvolvida uma historicização acerca da construção do dispositivo da transexualidade, por compreender que a invenção do “verdadeiro transexual” ainda é responsável pelos atuais entendimentos médico-jurídico que patologizam e marginalizam as experiências trans. Na sequência, defendi a importância das reflexões referentes às existências das mulheres trans negras serem realizadas a partir de uma abordagem interseccional em gênero e raça, bem como expliquei a decisão por inserir a categoria raça nesta dissertação. Discuti, por fim, as vivências educacionais de mulheres trans negras, suas relações com as/os demais discentes, docentes e funcionárias/os dos espaços formais de educação por elas frequentados, destacando os confrontos diretos, o uso do banheiro, a adoção do nome social, a solidão e o isolamento, as relações familiares e a inserção no mercado de trabalho após a formatura. As (in)conclusões me levaram a refletir sobre o quanto a perspectiva cisheteronormativa branca ainda controla, vigia e pune quem ousa transgredir as normas, e que ainda são poucas as formas de escapes, dentre as quais se destacam o apoio familiar, os laços de afeto e solidariedade com as/os (poucas/os) colegas, docentes e funcionárias/os dos ambientes educacionais, a participação em Coletivos e ONGs, os embasamentos teóricos, os gritos e os silêncios resistentes, estratégias que foram fundamentais em suas (sobre)vivências educacionais.

Palavras-chave: transfobia; racismo; transgeneridade; vivências educacionais; ensino superior.

ABSTRACT

This study aims to understand how transphobia and racism are expressed and how they impact on black trans women's educational experiences in formal education spaces, especially higher education, and how these women face these discriminatory processes. I intend to understand the institutional mechanisms that are consistent to transphobia and how black trans women deal with these issues; to inquire how is the interaction of these women with colleagues, teachers and employees in terms of exclusion and reception processes' identification; to identify and analyze other elements brought by narratives that also impact educational experiences, particularly in higher education, of the black trans women. Therefore, I made the dialogue between the empirical material produced by means of narrative interviews and discussions undertaken by researchers and activists ethnic-racial relations, black feminism, transfeminism and blacktransfeminism that make up the theoretical framework: Andrade, Bento, Butler, Bauer and Jovchelovitch, Gonzales, Guimarães, Foucault, Hall. I started this work with a methodological chapter, where it's shown the trodden path, highlighting the theoretical support, the chosen methodology, my place of speech, the methods and techniques of production and material's analysis, and a brief presentation of Zelza, Sellena and Julia Helena, the subjects of the research. Later, a historicizing about the construction of transsexuality device was developed, by understanding that the invention of the "true transsexual" is still responsible for the current medical-legal understandings that pathologize and marginalize trans experiences. In sequence, I've defended the importance of the reflection about the existence of black trans women be made from an intersectional approach to gender and race, as well as I explained the decision to enter the race category in this dissertation. Discuss, finally, black trans women's educational experiences, their relationships with other students, teachers and employees of the formal education spaces attended by them, highlighting the direct confrontations, bathroom use, the adoption of the social name, loneliness and isolation, family relations and integration into the labor market after graduation. The (un)conclusions lead me to reflect on how the white cisheteronormative perspective still controls, watches and punishes those who dare to transgress the rules, and that there are few ways to escape, among which stand out the family support, the bonds of affection and solidarity with the (few) colleagues, teachers and employees of educational environments, participation in collective bargaining and NGO, the theoretical substantiation, the shouts and resistant silences, strategies that were instrumental in their university (survival) experiences.

Keywords: transphobia; racism; transgenderism; educational experiences; higher education.

INTRODUÇÃO

Ao proferir a célebre frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, Simone de Beauvoir (1967, p. 9) contestou a pesada sentença do destino biológico que pesava sobre os ombros do “segundo sexo”. Discutindo o esvaziamento do que até então se considerava uma receita perfeita (fêmea – mulher), Beauvoir (1970) lançou a desconfortável pergunta: o que é uma mulher?

Nesse sentido, encontra-se a indagação feita por Gayle Rubin em 1975: “O que é uma mulher domesticada?”. Ao qual, a própria estudiosa respondeu:

Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra: uma mulher é uma mulher. Ela só se torna uma doméstica, uma esposa, uma mercadoria, uma coelhinha, uma prostituta ou ditafone humano em certas relações. Retirada essas relações, ela não é mais companheira do homem do que o ouro, em si mesmo, é dinheiro... (RUBIN, 1993, p. 2).

As provocações promovidas por Beauvoir e Rubin buscaram desnaturalizar a opressão sob as mulheres a partir da ideia de um “sistema de sexo/gênero”, em que sexo seria algo natural, biológico; enquanto o gênero seria uma construção social ou, nas palavras de Rubin (1993, p. 2) “um conjunto de arranjos através do qual uma sociedade transforma uma sexualidade biológica em produtos da atividade humana”.

Desse modo, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gênero culturalmente construídos, o que tornaria o gênero, nas palavras de Judith Butler (2010, p. 24) um “artifício flutuante”.

Para Butler (2010), essa distinção entre sexo e gênero deve ser questionada, assim como o caráter imutável do sexo. Quando se coloca o sexo num domínio pré-discursivo – sexo natural, sexo biológico – busca-se assegurar a inquestionabilidade desta categoria e a manutenção de certos valores. O sexo, ao contrário do que se defende com base nos escritos de Simone de Beauvoir e Gayle Rubin, é também discursivamente produzido tanto quanto o gênero:

Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não fazendo sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato

mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2010, p. 25).

Dentre os discursos produtores de sexo e de gênero, encontra-se a declaração feita por um profissional, perante a tela de um aparelho de ultrassonografia, de que o ser em formação refere-se a uma menina ou a um menino. Esse é um ato performativo que inaugura o encadeamento de ações que terão o poder de construir alguém como "um sujeito de sexo e de gênero" (LOURO, 2013b, p. 32).

O discurso proferido não é uma representação do sexo do ser em formação, mas uma produção supostamente neutra deste sexo, que com base na existência de uma vulva ou pênis é declarado, respectivamente, fêmea ou macho da espécie humana. O gênero é igualmente construído. Tal declaração será ratificada inúmeras vezes para que a performance adquira um efeito naturalizado, tratando-se, portanto, de “uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passam a acreditar, exercendo-a sob a forma de crença” (BUTLER, 2010, p. 200).

Assim, a linguagem é utilizada não para descrever e interpretar o mundo, mas para instituir práticas e constituir identidades sociais. "Quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos uma linguagem produzindo uma 'realidade', instituindo algo como existente de tal ou qual forma" (COSTA, 2000, p. 77 apud BUJES, 2005, p. 186).

Nesse debate, Meyer e Soares (2005) pontuam que é na linguagem que os mecanismos de identificação e diferenciação que fundamentam as hierarquizações e desigualdades sociais são produzidos, bem como os lugares em que os indivíduos se posicionam e são posicionados. E assumem que até mesmo os sistemas simbólicos que nos permitem compreender nossas experiências e definir quem somos (ou pensamos ser) são construídos na linguagem.

O gênero pode ser compreendido enquanto escolha, porém não se trata de uma decisão plenamente livre. A limitação da escolha está no anúncio estatal reiterado que define o ser humano enquanto macho/homem ou fêmea/mulher (BUTLER, 2010).

O sujeito pode buscar a ressignificação das normas existentes, subverter o gênero que lhe foi imposto como consequência imediata do sexo designado, contudo tal desvio implicará em punições morais, sociais e legais (LOURO, 2013b). A partir de então, ele será hierarquicamente inferior na medida em que se afasta, por exemplo, do homem cisgênero

masculino branco cristão. Goza, portanto, de menos compreensão social a pessoa que recusa o privilégio do masculino em prol de um processo de autoidentificação como mulher em uma sociedade em que, para muitas pessoas, ser homem é visto como a maior dádiva biológica.

O termo cisgênero, cunhado - e aqui utilizado - com o propósito de problematizar a naturalização da identidade de gênero das pessoas não trans para se referir as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi discursivamente designado/imposto desde o seu nascimento. (JESUS, 2012)

“[o] primeiro passo que devemos dar em direção ao dismantelamento do privilégio cissexual é eliminar de nossos vocabulários aquelas palavras e conceitos que promovem a ideia de que os gêneros [de pessoas] cissexuais são inerentemente mais autênticos que os [de pessoas] transexuais”. O conceito de cisgeneridade, em si, é parte deste exercício, no sentido de problematizar as hierarquias de autenticidade e inteligibilidade entre corpos e identidades de gênero, através de uma proposição conceitual. (SIMAKAWA, 2015, p. 47)

Não há consenso na comunidade travesti e transexual no Brasil, quanto às identificações englobadas pelo termo “transgênero”. Na literatura existem algumas possibilidades de compreensões, como Prosser que utiliza o termo trans no sentido de mobilidade identitária, “cruzar, cruzando fronteiras”; enquanto Feinberg confere ao termo *transgender* a função guarda-chuva que engloba categorias como cross-dresser, transexuais, travestis, drag queens, drag kings e intersexuais. Fernandez, por sua vez, faz uso da identidade trans para se referir às pessoas que se identificam com um sexo/gênero diferente daquele que foi designado ao nascer. Entre os autores brasileiros, utiliza-se o termo trans, com mais frequência para se referir às pessoas travestis e transexuais (SANTOS, 2014).

Nesta pesquisa buscaremos não limitar as pessoas “englobadas” pela categoria trans, pois compreendemos que transgêneros/as são todos/as aqueles/as que se declaram como tal, em sintonia com o que Judith Butler (2009) intitula de autodeterminação de gênero ou transautonomia.

Um conjunto de instituições sociais é acionado cada vez que alguém afirma que não se identifica com o gênero imposto, que deseja mudar a aparência e a identidade civil. Esse alguém passa a ser lido como uma pessoa com transtorno mental, sem condições de significar suas dores. Bento (2011), no artigo "Na escola se aprende que a diferença faz a diferença", enfatiza as consequências da contestação às determinações de gênero. Não é raro pessoas travestis e transexuais serem expulsas de casa, não conseguirem estudar ou ter um emprego, sendo excluídas de vários campos sociais.

Para além do sexo e do gênero, a sociedade é binária, ou seja, as estruturas são voltadas para homens e mulheres cisgêneras, assim, para os corpos que rompem com os

determinismos biológicos e culturais poucos são os espaços de conforto. Os banheiros dos locais voltados para o público, as enfermarias, por exemplo, costumam ser rigidamente divididos em feminino e masculino, e as mulheres e homens transgêneras/os, na maioria das vezes, não são "bem-vindas/os" em nenhum dos lados.

No Brasil, não se pode dizer que as pessoas trans tem exercido o direito a vivenciar sua identidade de forma digna. Além de uma série de atitudes sociais discriminatórias, o silêncio do Estado diante dessa parcela da população (ausência/deficiência de leis e políticas públicas) pode ser encarado como mais um exemplo de Transfobia institucionalizada.

A transfobia afasta as pessoas trans dos espaços, sendo-lhes negado o acesso aos direitos humanos e fundamentais, como a educação, o que se faz sentir por meio do alto índice de "evasão" escolar da população trans. Isso pode ser facilmente confirmado se tentarmos rememorar quantas colegas travestis e transexuais tivemos na escola, na graduação, na pós-graduação, no trabalho e assim por diante.

A educação é, de acordo com a Constituição brasileira em vigência, um "direito de todos e dever do Estado e da Família". A responsabilidade do Estado não se encerra na garantia do acesso isonômico à educação, sendo seu dever promover um ensino de qualidade que, por meio do respeito (art. 53, II, da Lei n. 8.069/1990) às pluralidades, garanta a permanência de todas e todos nas escolas (BRASIL, 1990).

Contudo, parcela significativa da população brasileira, onde incluímos grande parte das mulheres trans, tem sido privada da educação (acesso e permanência), apesar do reconhecimento por parte dos ordenamentos jurídicos internacionais e brasileiro da sua importância, enquanto direito humano, fundamental e social¹.

Com o intento de discutir sobre as vivências de membros da comunidade LGBT, em 2004, pesquisadores/as, militantes e voluntários vinculados ao Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes e ao Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) do Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro conduziram uma pesquisa de perfil quantitativo na Parada do Rio de Janeiro (Copacabana) que coletou informações diversas, como discriminação sofrida na escola, relação afetivo-sexual, parentalidade, violências físicas e verbais.

¹CF/1988. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

No que se refere à discriminação no ambiente escolar, chegou-se ao número de que, de 629 pessoas entrevistadas, 26,8% relataram que foram marginalizadas por professores/as ou colegas na escola ou faculdade em virtude da sua orientação sexual ou identidade de gênero. Percebeu-se ainda que o percentual varia em função da faixa etária. Dos/as adolescentes entre 15 e 18 anos, 40,4% mencionaram a experiência de discriminação no espaço educacional, enquanto entre jovens de 19 a 21 anos, 31,3% apresentaram relatos de marginalização nas instituições de ensino (CARRARA; RAMOS, 2005).

Macedo Costa (2005) aponta a escola como um lugar privilegiado de implementação de práticas de controle dos corpos e moldagem dos comportamentos. Portanto, é importante problematizar o termo “evasão escolar”, uma vez que se observa um desejo de eliminar e excluir aqueles/as que “contaminam” o espaço escolar, que não se ajustam ao molde comportamental imposto. Desse modo, Berenice Bento (2011) prefere utilizar o termo “expulsão informal”, pois, ao apontar as causas que levam as crianças a não frequentarem o espaço escolar, destaca-se a intolerância alimentada pela trans-bi-lesbo-homofobia. Enquanto, Luma Nogueira de Andrade (2012), intitula este processo como “evasão involuntária”.

Em uma atitude que Berenice Bento (2013) denominaria de "cidadania a conta gota", “gambiarra de cidadania” ou “cidadania precária”, no Exame Nacional de Ensino Médio em 2014, o Ministério da Educação anunciou que as/os candidatas/os transgêneras/os poderiam usar o nome social e o banheiro com o qual se identificavam. Para tanto, disponibilizou-se um número para o qual a pessoa trans deveria ligar e manifestar o desejo de ser identificada pelo nome social. Contabilizou-se que 104 candidatas/os trans solicitaram a aplicação do direito, número este que quase triplicou para 278 em 2015, mas que ainda permanece baixo, levando-se em consideração que se trata de uma seleção nacional (TOKARNIA, 2015).

Apresentar dados acerca da vivência escolar das pessoas trans é uma tarefa ainda delicada, pois há grande confusão entre os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, o que virou uma sentença de invisibilidade às pessoas trans.

A orientação sexual está em outra dimensão. Nas palavras de Sousa Filho (2009, p. 112), define-se como “a atração e o desejo sexuais (paixões, fantasias) do indivíduo por um outro de um gênero particular”, se a pessoa se sente atraída por alguém do mesmo gênero, será compreendida como homossexual; caso sinta atração pelo gênero dito oposto com o qual se compreende, será entendida como heterossexual, já se o interesse afetivo-sexual for direcionado para os dois gêneros, tratar-se-á de pessoa bissexual.

A identidade de gênero, segundo Grossi (2000, p. 44), “é uma categoria para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada”, como esse indivíduo se compreende naquilo que é socioculturalmente posto como masculino e/ou feminino. O gênero com o qual a pessoa se identifica pode ou não estar em conformidade com o gênero que lhe foi determinado, tratando-se de pessoa cisgênera ou transgênera.

E quando a mulher trans é negra? Invisibilizada nos Movimentos LGBT, feminista e negro, seus direitos humanos podem ser seriamente afetados. Em relatório recente, a organização americana Global Rights (2012) divulgou a situação de violação dos direitos humanos das mulheres brasileiras trans e negras e evidenciou a ausência de dados e a invisibilidade a que está submetida essa população. Com base no relatório, a Corte Interamericana de Direitos Humanos acolheu denúncia realizada com o objetivo de cobrar das autoridades brasileiras uma resposta.

A ausência de dados e a invisibilidade em que se encontram as mulheres trans negras no Brasil se confirmam por meio de uma investigação que realizei no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BTDT). Na CAPES, ao inserir a palavra “transexualidade” foram encontrados 11 registros; com “mulheres trans” 12; com “mulheres transexuais” 4, já com a palavra “travestis” o número de trabalhos é bem maior, 53 pesquisas publicadas. Foram inseridas as mesmas palavras na BTDT, e os números encontrados foram: 27 pesquisas com o termo “transexualidade”; 42 publicações com a palavra “mulheres trans”; 17 registros para “mulheres transexuais” e 99 teses e dissertações com o vocábulo “travestis”.

Foi empreendida ainda uma busca com as palavras “trans negras”, “travestis negras”, “trans universitárias”, “transexuais no ensino superior”, “travestis no ensino superior” e “transgeneridade”, porém não há registro de publicação de pesquisas tanto no banco de teses e dissertações da CAPES, quanto da BTDT. Diante da ausência de investigações sobre as mulheres trans, transexuais e travestis negras no ensino superior, torna-se imprescindível nos debruçarmos sobre a temática.

A inexistência de pesquisas relacionando as opressões de gênero e raça nas vivências das mulheres trans demonstra a importância de destacarmos a categoria raça nesta pesquisa.

Diante da construção de uma sociedade anti-racialista, Guimarães (1999) defende que a utilização do conceito de raça é imprescindível para as/os brasileiras/os, por se tratar de um conceito único em potencial crítico voltado para o desmascaramento do persistente uso da noção errônea de raça biológica que fundamenta as práticas de discriminação e tem na “cor”

(tal como definida pelos antropólogos dos anos 1950) a marca principal. A raça é compreendida enquanto conteúdo social e político, porque, ainda que tenha sido provada a inexistência de raça enquanto categoria biológica, ela continua a existir na cultura, na cabeça dos racistas e de suas vítimas (MUNANGA, 2006).

Nas sociedades de diáspora africana, como a nossa, a segregação racial influencia na forma como as outras hierarquias são estabelecidas, ou seja, uma mulher trans negra ocupará uma posição hierárquica inferior da mulher trans branca. Essa tripla discriminação, também descrita como "discriminação composta" ou "cargas múltiplas" (CRENSHAW, 2002b) resulta no alto índice de analfabetismo e marginalização dessa população.

Logo, torna-se necessário para discussão relacionar o impacto do racismo nas opressões de gênero, o que se faz possível por meio do conceito de *interseccionalidade* formulado por Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002b, p. 177).

A invisibilização da mulher trans negra pode ser compreendida como um problema de subinclusão, pois por ser trans e negra as discriminações de identificação de gênero e racial não são compreendidas enquanto um problema de gênero por não atingirem as mulheres dos grupos dominantes (brancas e cisgêneras), sendo igualmente ignoradas no grupo étnico-racial ao qual estão inseridas, por não alcançarem os homens negros.

Uma análise de gênero pode ser subinclusiva quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes. Uma outra situação mais comum de subinclusão ocorre quando existem distinções de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou racial. Com frequência, parece que, se uma condição ou problema é específico das mulheres do grupo étnico ou racial e, por sua natureza, é improvável que venha a atingir os homens, sua identificação como problema de subordinação racial ou étnica fica comprometida (CRENSHAW, 2002b, p. 175).

O racismo, por se organizar e se desenvolver por meio de estruturas, políticas, práticas e normas que definem valores e oportunidades para pessoas e populações a partir da sua aparência, deve ser compreendido como um sistema. Sua ocorrência se dá em três níveis: pessoal, interpessoal e institucional.

William Edward Burghardt "W. E. B." Du Bois (apud GELEDÉS, 2013) definiu o racismo que se desenvolve nas sociedades da diáspora africana como "linha de cor", isto é, uma separação que é realizada com base na cor das pessoas. Enquanto as pessoas de pele clara ocupam uma posição hierarquicamente superior, as pessoas de pele escura são mantidas em posições inferiores. Embora se observe uma flexibilização no que se refere às diferentes tonalidades, o lugar de privilégio é sempre dos mais claros.

Assim sendo, as diferentes opressões são permeadas pela segregação racial, o "racismo patriarcal [cis]²heteronormativo³", o que permite, por exemplo, as mulheres cisgêneras brancas heterossexuais maior mobilidade social, colocando-se superiormente a homens e mulheres negras, a lésbicas, gays, travestis e transexuais dos variados grupos raciais (GELEDÉS, 2013):

Portanto, será sempre a partir dessa segregação que outras hierarquias serão estabelecidas, tendo forte participação nas iniquidades baseadas na valoração diferenciada hierarquizada dos diferentes papéis e identidades de gênero das pessoas, permitindo aos homens e a heterossexuais ocuparem posições superiores nos diferentes pólos acima e abaixo da linha de cor. A masculinidade heterossexual, então definida como pólo superior e como norma, leva as diferentes expressões do feminino, dos diferentes grupos raciais, a posições de inferioridade. No entanto, a linha de cor determinará, para todas as pessoas de pele escura, os lugares de maior desvalorização tanto do ponto de vista simbólico quanto de inserção no mundo material, nas relações sociais e políticas. Nessa complexa teia de valores e exclusões, lésbicas e bissexuais, ao lado de transexuais e travestis atingid@s por ampla e forte rejeição, ocuparão as piores posições na hierarquia de gênero, reafirmando-se, a partir dessas exclusões, a heterossexualidade "biológica ou inata" como obrigatória entre as pessoas de pele clara, mas também entre as de pele escura (GELEDÉS, 2013, p. 12).

A vivência das mulheres trans sofrerá variação de acordo com o grupo racial ao qual pertençam. A opressão vivida pelas mulheres trans negras é interseccional, recaindo sobre as

² Ênfase da autora.

³ A heteronormatividade, termo cunhado por Michael Warner em 1991, refere-se às expectativas e obrigações sociais decorrentes da naturalização da heterossexualidade. Segundo Miskolci (2007, p. 6), a "prescrição da heterossexualidade como modelo social pode ser dividida em dois períodos: um em que vigora a heterossexualidade compulsória pura e simples e outro em que adentramos no domínio da heteronormatividade. Entre o terço final do século XIX e meados do século seguinte, a homossexualidade foi inventada como patologia e crime e os saberes e práticas sociais normalizadores apelavam para medidas de internação, prisão e tratamento psiquiátrico dos homo-orientados. A partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) e descriminalização da homossexualidade, é visível o predomínio da heteronormatividade como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas, não mais para que se "tornem heterossexuais", mas com o objetivo de que vivam como eles". A vigente patologização das vivências trans, aliada a outros mecanismos que delimitam a cisnormatividade como baliza de domínio da vida de pessoas não-cisgêneras revela a necessidade do acréscimo do prefixo **cis** à expressão racismo patriarcal heteronormativo. Compreendo, neste trabalho, como racismo patriarcal cisheteronormativo, as instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que privilegiam a masculinidade branca cisgênera heterossexual.

mesmas o racismo, a misoginia, a transfobia e o classismo, o que impacta tanto nos níveis de escolaridade, quanto nas possibilidades de participação no mundo do trabalho.

Bell Hooks (2005b) explicita a problemática enfrentada pelas mulheres negras em se dedicarem a atividades intelectuais. O sexismo e o racismo atuam na perpetuação da construção da consciência cultural coletiva da representatividade da negra enquanto pessoa que existe para o propósito de servir aos outros, logo o trabalho mental deve ser sempre secundário aos afazeres domésticos, acentuando-se quando se trata de negras que são mães.

O patriarcado capitalista com supremacia branca incutiu a ideia de que a negra era só "corpo sem mente", enraizando a imagem dela enquanto símbolo sexual, como aberração primitiva, descontrolada, prostituta, o que torna o domínio intelectual um lugar interdito.

Ao descrever sua vivência enquanto professora universitária, Hooks (2005b) expõe as barreiras ampliadas que suas alunas negras precisam superar para que consigam concluir o curso. As/Os familiares acreditam que sua obrigação é servir a família (marido, filhos, idosos). As/Os professoras/es e colegas colocam sobre elas o pesado fardo de provar continuamente sua capacidade de desenvolver um raciocínio lógico, de defender sua humanidade. Há um incontestável efeito sobre a crença dessas mulheres em si mesmas diante dos percalços que lhe são infligidos. Dessa maneira, não é de se espantar que desistir da formação intelectual seja o caminho de muitas delas.

As mulheres trans igualmente suportam a sua hipersexualização, objetos do prazer alheio, muitas vezes compreendidas como sinônimo de profissional do sexo, cuja humanização e capacidade intelectual precisam ser constantemente provadas, ou seja, a vivência educacional também lhes é negada. Em se tratando de mulheres trans negras, forma-se a teia de opressões em que, ao lado da transfobia e do sexismo, opera o racismo, o que faz da sobrevivência no espaço acadêmico uma tarefa extremamente sofrida.

Por tratar-se de uma múltipla discriminação, percebe-se o risco de somente o aspecto mais imediato da discriminação ser percebido e a estrutura que coloca essas mulheres na posição de 'receber' tal subordinação permanecer velada. Em virtude disto, este trabalho se propõe a compreender a seguinte questão de investigação: Como a transfobia e o racismo são expressos e impactam a vivência educacional das mulheres trans negras nos espaços formais de educação, mormente o ensino superior, e como estas mulheres enfrentam esses processos discriminatórios?

O objetivo geral deste trabalho é investigar as práticas discriminatórias, no que concerne à identificação de gênero e raça, vivenciadas pelas mulheres que se autoidentifiquem

como trans negras em suas vivências nos espaços formais de educação, especialmente, o ensino superior e como elas lidam com estas situações.

E os objetivos específicos são:

a) buscar entender os mecanismos institucionais que coadunam para a transfobia e como as mulheres trans negras lidam com essas questões;

b) inquirir como se dá a interação das referidas mulheres com colegas, docentes e funcionárias/os em termos de identificação de processos de exclusão e de acolhimento;

c) identificar e analisar outros elementos trazidos pelas narrativas que também impactam as vivências educacionais, em especial no ensino superior, das mulheres trans negras.

Este trabalho tem a seguinte configuração: no primeiro capítulo, intitulado “Por onde andei – O percurso metodológico”, mostraremos o caminho que trilhamos até aqui, destacando o suporte teórico, a metodologia eleita, o meu lugar de fala, os métodos e as técnicas de produção e análise do material, e apresentamos de forma breve Zelza, Sellena e Julia Helena, as sujeitas da pesquisa. No capítulo seguinte – “Identidades trans” - desenvolveremos uma historicização acerca da construção do dispositivo da transexualidade, por compreendermos que a invenção do “verdadeiro transexual” ainda é responsável pelos atuais entendimentos médico-jurídico que patologizam e marginalizam as experiências trans.

No terceiro capítulo, denominado “*Subordinação Interseccional: Ser mulher trans e negra*”, defenderemos a importância das reflexões referentes às existências das mulheres trans negras serem realizadas a partir de uma abordagem interseccional em gênero e raça, bem como explicaremos a nossa decisão por inserir a categoria raça nesta dissertação. Discutiremos, por fim, no capítulo seguinte – “Sobrevivências educacionais – O cisheteroterrorismo branco” - as vivências educacionais de mulheres trans negras com base em narrativas compartilhadas por nossas participantes sobre as suas relações com as/os demais discentes, docentes e funcionárias/os dos espaços formais de educação por elas frequentados.

Capítulo 1. “POR ONDE ANDEI”⁴ – O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A construção deste trabalho buscou suporte na teoria *queer*, nos estudos culturais e na perspectiva pós-estruturalista, afastando-se dos estudos essencialistas, em virtude de desejar novas formas de análise acerca das identidades trans, por compreendê-las, não como uma patologia, mas simplesmente como vivências.

Há muitas definições sobre o que seriam a teoria, os estudos, para não falar da política *queer*. O próprio termo *queer* não tem um único significado em inglês. Poderia ser traduzido como esquisito, estranho, excêntrico, anormal, como também por uma série de xingamentos dirigidos àqueles e àquelas que transgridem convenções de sexualidade e de gênero – expressões da linguagem comum que, conotando desonra, degeneração, pecado, perversão, delimitam o lugar social estigmatizado da homossexualidade e, por extensão, de tudo que venha representar alguma forma de desvio e ameaça à ordem social estabelecida. Se a linguagem do sexo é especialmente poderosa para expressar hierarquias e desigualdades sociais, essa força deve se tornar bem mais complexa e diversificada no cenário contemporâneo de “dispersão de sexualidades” de que fala Foucault. Desse modo, *queer* pode também designar alguém ou algo desestabilizador, num sentido mais amplo (MISKOLCI; SIMÕES, 2007, p. 9).

A forma pejorativa pela qual se utilizavam do termo *queer* para insultar as mulheres e os homens homossexuais foi, conforme explana Louro (2001), ressignificado pelos/as pesquisadores/as e militantes LGBTs em uma perspectiva de oposição e contestação, principalmente à heterossexualidade compulsória, mas também à normalização e estabilidade propostas pela política identitária do movimento homossexual dominante.

A política *queer*, para além do movimento contestatório, está relacionada com a produção de intelectuais que, na década de 1990, passaram a utilizar o termo na descrição dos seus trabalhos e das suas perspectivas teóricas. Apesar de ser um grupo que comporta uma gama de divergências⁵, os/as teóricos/as *queer* aproximam-se em pontos significativos, como na adoção da teoria pós-estruturalista francesa e do método da desconstrução (SEIDMAN, 1995, p. 125 apud LOURO, 2001, p. 548):

A lógica ocidental se organiza tradicionalmente por meio de binarismos, ou seja, fixa como central (superior) uma ideia, entidade ou sujeito e a partir desse lugar posiciona o

⁴ Título de música do compositor e intérprete Nando Reis.

⁵ Dado que há poucos pontos em comum entre essas várias tendências pós-modernas e dado que todas elas se estabelecem justamente na contramão das tentativas iluministas de sistematizar o conhecimento, não se pode aplicar a elas a categorização em escolas, nem se deve falar de tais ou quais ismos. É por isso que se fala em tendência, em perspectiva ou em condição pós-moderna (VEIGA-NETO, 2007, p. 29).

‘outro’ como seu oposto subordinado (inferior). Derrida, ao propor o método da desconstrução, afirma que essa lógica poderia ser desestabilizada a partir do desordenamento desses pares. Desse modo, ao eleger como procedimento metodológico a desconstrução, buscamos questionar e desestabilizar binarismos conceituais e linguísticos, ainda que profundamente enraizado como feminilidade/masculinidade.

O método científico, segundo a perspectiva pós-moderna, compreende que o processo de construção do objeto de investigação e da própria pesquisadora ocorre no decorrer da pesquisa (COSTA; GRÜN, 2007), não sendo possível, segundo Corazza (2007), nos labirintos da pesquisa "pós", eleger ou descartar procedimentos metodológicos previamente, uma vez que não é por um método que se opta, mas por uma prática de pesquisa que nos é significativa.

A "escolha" de uma prática de pesquisa, entre outras, diz respeito ao modo como fomos e estamos subjetivadas/os, como entramos no jogo dos saberes e como nos relacionamos com o poder. Por isso, não escolhemos, de um arsenal de métodos, aquele que melhor nos atende, mas somos "escolhidas/os" (esta expressão tem, na maioria das vezes, um sabor amargo) pelo que foi historicamente possível de ser enunciado; que para nós adquiriu sentidos; e que também nos significou, nos subjetivou, nos (as)sujeitou (CORAZZA, 2007, p. 121).

Corazza (2007) segue defendendo que os métodos formalizados funcionam como "pontes", "lugares por onde passamos (contentes de que estejam lá), onde discutimos, confabulamos, e não podemos desprezar nunca porque, caso não queiramos seguir o caminho traçado do qual fazem parte, é ainda deles que pulamos" (CORAZZA, 2007, p. 122).

Assumir tal modo de investigar é "ambíguo e desconfortável", pois efetua rupturas "nos cânones da pesquisa acadêmica" (CORAZZA, 2007, p. 119). Em razão de compreender que esta pesquisa pauta-se em referências e ferramentas que deslocam certezas e operam com provisoriades, admito que os caminhos metodológicos não foram trilhados com passos rígidos, uma vez que compartilho do entendimento de que a metodologia deve se adequar às necessidades da pesquisa.

1.1 O meu lugar de fala, ou - O dia que me descobri cis e branca

Em julho de 2013, ao acompanhar um amigo em um encontro do Curso de extensão Formação de profissionais da área de saúde, educação, serviço social e segurança pública para o respeito à diversidade de gênero e sexual realizado no campus da UESB em Jequié, tive a

felicidade de assistir a aula mediada por Viviane Vergueiro⁶. Foi uma manhã de muitos aprendizados e, portanto, promoveu uma série de inquietações. Em uma parte da sua fala ela problematizou como várias/vários militantes e pesquisadoras/es LGBT's⁷ só se dedicam às pautas referentes à orientação sexual, esquecendo-se completamente do "T" presente na sigla. Confesso que a carapuça me serviu.

Naquele momento, eu fazia um curso de pós-graduação lato sensu em História do Brasil e estava pesquisando sobre a organização LGBT em Itabuna entre 1978 e 2014 e isso me fez perceber as lacunas do meu olhar. Formada em Direito, meu trabalho de conclusão de curso foi voltado para a discussão da possibilidade jurídica do casamento civil homoafetivo, temática esta que, ao lado da criminalização da homofobia, protagonizaram minhas falas e trabalhos apresentados no decorrer da graduação.

Felizmente me senti extremamente incomodada e pude perceber que na comunidade LGBT, sem a pretensão de comparar dores e marcas de violência, as pessoas transgêneras são extremamente marginalizadas, especialmente aquelas que são lidas como travestis. Mas quem é nomeada como travesti? E como transexual?

Fui mais uma vez guiada pelas palavras de Viviane: ao apontar os seus privilégios oriundos de uma formação acadêmica e de uma identidade associada à branquitude, ela me fez refletir sobre como a raça é um marcador importante na classificação exógena e (maior) marginalização das pessoas trans.

Desse modo, optei por estar vigilante a cada uma das letras presentes na sigla, bem como ter o cuidado de trazer o recorte racial para as minhas reflexões; assim, senti-me

⁶ Professora Substituta da Universidade Federal da Bahia, mestra em Cultura e Sociedade, pela Universidade Federal da UFBA, graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Programa Multidisciplinar de Pós Graduação - UFBA), ativista transfeminista e integrante do grupo Cultura e Sexualidade (CuS - UFBA).

⁷ Trata-se de sigla oficialmente utilizada no Brasil para agrupar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Percebe-se a partir dos sujeitos políticos desse movimento duas questões centrais: orientação sexual e identidade de gênero.[...] Importante assinalar as outras siglas anteriormente adotadas no interior do movimento. Inicialmente, o termo comumente utilizado era GLS, referente a gays, lésbicas e simpatizantes, posteriormente alterado para GLBS (gays, lésbicas, bissexuais e simpatizantes), e rapidamente modificado para GLBT ou GLBTS, o que reconheceu a inserção dos transgêneros (travestis, transexuais, transformistas, crossdressers) no grupo. A denominação não perdurou, pois, em busca de maior visibilidade para as demandas das mulheres lésbicas, o "L" passou a ocupar a posição de primeira letra na sigla. [...] Há de se apontar que a Rebelião de Stonewall que ocorreu em 1969 em New York, a que se atribui a propagação mundial do Movimento LGBT foi liderada por travestis, logo não se justifica a inserção tardia da letra "T" na sigla.[...] As alterações no nome do movimento resultam da necessidade de englobar os sujeitos que passam a compor a comunidade atualmente denominada LGBT e suas demandas. (BRITO; LINS, 2015, p. 3-4)

confortável política e academicamente com a minha escolha. Até que me deparei com o fato de que ainda que eu seja uma militante e pesquisadora LGBT, eu sou uma mulher cisgênera socialmente branca desenvolvendo um trabalho sobre mulheres trans negras.

Apresentar-me enquanto mulher cisgênera e branca é extremamente relevante, pois é preciso romper com a universalização das identidades hegemônicas, não é apenas a pessoa negra que tem raça, assim como não é apenas a pessoa transgênera que tem identidade de gênero, somos todas/os sujeitas/os racializadas/os e generificadas/os.

Preciso discorrer um pouco sobre os processos que influenciaram na forma como me posiciono, a começar pela minha identificação racial. Vivo em um país que passou pela colonização europeia, pela escravização e genocídio das populações negras e indígenas. Valendo-me das palavras de Joyce Lopes (2016), que em seu recente trabalho de dissertação se propôs a discutir as representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA, eu sou o resultado do processo de embranquecimento racial via miscigenação.

Sempre soube que eu não era negra, meu cabelo é liso, boca e nariz pequenos, a pele “café-com-leite”. Eu seria o que se chama aqui no Brasil, popularmente de “morena” e, de acordo com a certidão de nascimento e autodeclaração no Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), parda. Ser parda diz basicamente que não sou branca, preta, amarela ou indígena (designação de fenótipos de cor do IBGE), mas qual seria a minha identificação racial?

Uma “saída” ao conflito da diferenciação cromática em que se respalda o sistema de discriminações, no caso dos negros, é a sua categorização entre pretos e pardos. Ao romper com o mito de democracia racial e, em especial, com seu elemento fundante – a valorização da mestiçagem, o Movimento Negro no Brasil priorizou o fortalecimento da identidade étnico-racial negra e, conseqüentemente, condicionou o estabelecimento das fronteiras de demarcação de raça/cor, contudo, a localização intermediária é um ponto sensível e crítico das discussões sobre relações raciais e até então não galgou uma consideração que abarque o campo empírico, político e científico de modo fundamentalmente antirracista. Por um lado, grande parte do MN adotou e adota a perspectiva de agregar os fenotipicamente mestiços entre a categoria negra, seja pela enorme similitude dos dados demográficos entre pretos e pardos (mestiços aparentes), seja como estratégia de soma de possíveis sujeitos políticos. Muitos acadêmicos da área também adotam esta postura enquanto teórico-metodológica, uma espécie de válvula de escape quando o acirramento paira entre mestiçagem e identidade negra. (LOPES, 2014, p. 66-67)

Por mais sedutor que tenha parecido contribuir para o fortalecimento da identidade étnico-racial negra, senti-me desconfortável com essa possibilidade, não compartilho das experiências de racismo vivenciadas pelas pessoas que são “inquestionavelmente” negras, tive a sensação de que estaria me apropriando de uma identidade alheia. A identidade branca não

parecia me englobar também, sinalizava (aos meus olhos) uma espécie negação/desprezo das/pelas marcas negras e indígenas que compõem o meu corpo.

Assumir-me mestiça não se configurou como uma solução para a minha crise identitária, uma vez que a mestiçagem tem servido como uma arma utilizada pelas/os racistas para argumentar contrariamente às ações afirmativas e legislações de combate ao racismo. O contato, ainda incipiente, com os estudos sobre branquitude, me direcionou à sincera conclusão de que quem sabe muito bem sobre o racismo é o negro em nosso país, e o racismo nunca me alcançou. Não sou branca para o padrão europeu, mas o fato é que eu estou localizada no Brasil, no estado da Bahia, o que faz com que, socialmente, eu seja identificada como branca.

No que concerne a minha identificação de gênero, compartilharei uma experiência significativa que “me botou no meu lugar” de cis. Ao pensar na realização desta pesquisa, fiz contato com diversas pessoas (cisgêneras e transgêneras) para buscar indicações de referências ou de possíveis entrevistadas. Uma dessas pessoas, uma militante trans nacionalmente conhecida, após visualização de minha mensagem, postou em sua página do facebook um texto explicando o porquê de sua decisão política em não contribuir com o trabalho de pessoas cisgêneras.

Naquele momento compreendi que, mesmo unidas pela militância LGBT, a minha identidade de gênero me colocava em uma posição de potencial opressora e que toda desconfiança voltada para mim e para o trabalho que eu tentava desenvolver era justa, uma vez que não são poucos os exemplos de pesquisadoras/es desonestas/os que desrespeitam, objetificam e exotificam as/os participantes de diversas maneiras.

Nesse sentido, Simakawa (2015, p. 78) aponta a importância da construção de conhecimento sobre identidades de gênero a partir de olhares não-cisgêneros:

Nesta perspectiva autoetnográfica, portanto, parte-se de uma formulação teóricopolítica de que as construções de conhecimento sobre identidades de gênero a partir dos olhares cisgêneros não se configura, necessariamente, a partir das epistemologias mais relevantes às populações gênero-diversas: afinal, como aponta Namaste (2000,1), “muito poucas das monografias, artigos e livros escritos sobre nós lidam com as realidades práticas de nossas vidas, nossos corpos, e nossas experiências do mundo cotidiano”. Estes questionamentos são importantes, afinal “o centro [...] não é um local neutro. Ele é um espaço branco [e cisgênero] em que pessoas negras [e não cisgêneras] tiveram negado o privilégio da fala.” (KILOMBA, 2010, 27). (SIMAKAWA, 2015,p. 78)

O reconhecimento do meu lugar de fala não se configurou um entrave para a realização desta pesquisa, contudo exigiu de mim o compromisso político de autovigilância e autocrítica constante sobre os meus “supostos atributos intrinsecamente superiores, sobre os

meus privilégios e o que pode vir a ser um traço colonial da branquitude [e da cisgeneridade]” (LOPES, 2016, p. 161) (ênfase da autora).

1.2 Processo de produção de dados

O material empírico foi produzido por meio da entrevista narrativa, por defender que esta seja uma opção que preserva “perspectivas particulares de uma forma mais autêntica” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2014, p. 91). Por meio das narrativas “histórias são escritas e identidades são discursivamente produzidas” (SANTOS ANDRADE, 2014, p. 182).

A técnica sistematizada por Schütze, que recebeu seu nome da palavra latina *narrare*, relatar, tem como pressuposto o encorajamento da pessoa entrevistada a contar a história sobre algum acontecimento de sua vida e do contexto social (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2014).

O contar histórias, segundo Jovchelovitch e Bauer (2014), segue um esquema autogerador, cujas principais características são: a necessidade de dar informação detalhadamente para que seja possível a compreensão entre um acontecimento e outro (Textura detalhada); o/a contador/a de história narrará os aspectos que considerar mais relevantes, de acordo com a sua perspectiva de mundo (Fixação da relevância); e o acontecimento central deve ser contado em sua totalidade: começo, meio e fim. Sendo que o fim pode ser o presente, caso os acontecimentos ainda não estejam encerrados (Fechamento da Gestalt).

A entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa, uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas e sua conceituação decorre de uma espécie de crítica ao esquema impositivo de pergunta-resposta da maioria das entrevistas:

Para se conseguir uma versão menos imposta e por isso mais “válida” da perspectiva do informante, a influência do entrevistador deve ser mínima e um ambiente deve ser preparado para se conseguir esta minimização da influência do entrevistador. As regras de execução da EN restringem o entrevistador. A EN vai mais além que qualquer outro método ao evitar uma pré-estruturação da entrevista. É o empreendimento mais notável para superar o tipo de entrevista baseado em pergunta-resposta. Ela emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar história, para conseguir este objetivo. O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2014, p. 95-96).

Segundo Andrade (2014, p. 181), as narrativas são posicionadas como uma “produção cultural, social, política e histórica, e não como um dado fixo, estável, igual a todos os outros e ancorado em práticas sociais e culturais que se querem mais ou menos precisas e iguais”, sendo, portanto, uma opção adequada para que as mulheres trans negras narrem suas histórias nos espaços educacionais e, desse modo, signifiquem “os processos de exclusão e inclusão escolar vividos por elas” (SANTOS ANDRADE, 2014, p. 175).

A EN⁸ consiste em uma série de princípios voltados para ativar o esquema da história, provocar e conservar a narração do/a informante por meio da mobilização do esquema autogerador. Sua preparação envolve tempo e familiaridade com o campo de estudo para que elabore questões exmanentes, que são as perguntas que refletem o interesse, as formulações e a linguagem do/a pesquisador/a⁹ (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2014).

Jovchelovitch e Bauer (2014) sugerem que o procedimento para realização da Entrevista Narrativa seja dividido em quatro fases: a primeira, intitulada *iniciação*, refere-se ao momento em que o contexto da investigação é explicado e é solicitada à pessoa entrevistada a gravação da entrevista. A pesquisadora introduz o tópico central da entrevista, que deve fazer parte da experiência da informante para que desperte o seu interesse e garanta uma narração rica em detalhes.

A segunda fase (a *narração central*) começa quando a entrevistada inicia a narração. Jovchelovitch e Bauer (2014) pontuam a importância de não interromper a narrativa com perguntas e comentários, devendo a entrevistadora restringir-se à escuta ativa demonstrando interesse. Antes de passar para a fase seguinte, é sugerido que a entrevistadora pergunte à informante se há algo a ser acrescentado.

Então, quando a narração realmente chegar a um fim espontâneo, a *fase de questionamento* começa, e as seguintes regras básicas devem ser observadas: perguntas do tipo “por quê?” não devem ser feitas, pois estimulam justificações e racionalizações que devem aparecer preferencialmente de forma espontânea na narrativa, o indicado é que as perguntas sejam restritas aos acontecimentos narrados pelas entrevistadas, por exemplo: “o que aconteceu antes/depois” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2014).

Por fim, chega-se a fase da “fala conclusiva”. Com o gravador desligado, em uma conversa mais informal, a entrevistadora pode empregar questionamentos do tipo “por quê?”.

⁸ Entrevista Narrativa

⁹ Cabe distinção em relação às questões imanentes: os temas, tópicos e relatos de acontecimentos que surgem durante a narração trazidos pelo informante (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013).

Importante pontuar que as três primeiras frases devem ser gravadas para posterior transcrição literal, e que é aconselhável a utilização de um diário de campo.

Nesta pesquisa, ao escolher trabalhar com a entrevista narrativa não foi elaborado um roteiro de questões. Destaquei apenas o tópico central da entrevista: as práticas discriminatórias vivenciadas pela entrevistada, no que concerne à identidade de gênero (identificação como mulher trans) e raça (identificação como mulher negra), durante a sua trajetória escolar, em especial no ensino superior, incluindo a relação com colegas, docentes e funcionárias/os. A partir desse tópico, pedi que a entrevistada narrasse como foi essa vivência para ela.

Utilizei, com o consentimento das entrevistadas, recursos de gravação de áudio e imagem, o que facilitou o registro das entrevistas e a posterior transcrição. Segundo Bauer e Jovchelovitch (2014), a transcrição, ainda que seja um processo cansativo e monótono, deve ser o primeiro passo na análise de narrativas, pois é extremamente útil na apreensão do material e interpretação do texto. A atividade transcritiva não se encerra na fala crua das participantes, é preciso que se observe também o tom da voz, as pausas, dentre outras características paralinguísticas, para que estudemos as histórias não apenas no que se refere ao seu conteúdo, mas também quanto a sua forma retórica.

As transcrições foram reunidas com as anotações feitas durante as entrevistas e posteriormente analisadas com o instrumental teórico, com o objetivo de suscitar o debate acerca do racismo e da transfobia vivenciadas pelas mulheres trans negras nos espaços formais de educação.

1.3 Análise do material – Análise do discurso

O instrumento de análise do material foi a Análise de discurso, metodologia de inspiração foucaultiana que tem por pressuposto o entendimento de que o discurso é uma prática produtiva que fabrica verdades, saberes, sentidos, subjetividades (SALES, 2014).

Para Foucault (2004), o discurso é “a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (p. 49). Os discursos, para o referido autor, “devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”. (FOUCAULT, 2004, p. 52-53)

Fischer (2001) pontua a existência de inúmeras vozes falando num mesmo discurso, “seja porque o destinatário está ali também presente, seja porque aquele discurso está referido a muitos outros” (p. 207), a isso a/o analista deve estar atenta/o, bem como ao fato de que “nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico: falo e, ao mesmo tempo, sou falado” (p. 208).

Gill (2014, p. 244) alerta que não existe uma única “análise de discurso”, existem várias perspectivas, cujo ponto em comum é a rejeição da noção de que a linguagem é “um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.

Em que pese a inexistência de etapas rígidas para a análise de discurso, Rosalind Gill (2014) sugere alguns passos, aos quais me dediquei a seguir: a formulação das questões iniciais da pesquisa; a escolha dos textos a serem analisados - no caso deste trabalho, os textos analisados foram as falas das mulheres trans entrevistadas; transcrição dos textos em detalhe; leitura cética e interrogação ao texto; codificação do texto; análise examinando regularidade e variabilidade nos dados e criando hipóteses tentativas; teste da fidedignidade e validade através da análise de casos desviantes (examinar os casos que aparentam ir contra o padrão), compreensão dos/as participantes (observar as respostas dos/as participantes) e análise da coerência (fazer uma comparação com estudos anteriores); descrição minuciosa.

Segundo a perspectiva de Foucault, analisar os discursos exige a recusa de explicações unívocas, de fáceis interpretações, e da busca do sentido último ou do sentido oculto. A/o analista do discurso deve se manter no nível de existência das palavras, das coisas ditas.

Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. E a primeira tarefa para chegar a isso é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de “reais” intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis. É como se no interior de cada discurso, ou num tempo anterior a ele, se pudesse encontrar, intocada, a verdade, desperta então pelo estudioso. Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos (FISCHER, 2001, p. 198-199).

É importante compreender que, quando se diz que o enunciado não está oculto, não estamos dizendo que ele está facilmente visível. É preciso um esforço de interrogar a linguagem, de que modo ela é produzida e o que determina a sua existência. “É perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma

diferente? É investigar sobre as posições necessárias ao falante, para que ele efetivamente possa ser sujeito daquele enunciado” (FISCHER, 2001, p. 205).

Como contribuição da Análise do discurso, perguntei ao texto o porquê de algo ter sido dito (daquela forma e não de outra) por aquela pessoa, em que tempo e local o discurso se localiza, quais os discursos jurídicos, médicos, religiosos que permeiam os discursos que estão presentes nas narrativas, entendendo as entrevistadas como efeitos desses discursos e não como suas produtoras originárias. “O sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001, p. 207).

1.4 Sujeitas da pesquisa

As sujeitas da pesquisa foram três mulheres que se autoidentificaram como trans¹⁰ e negras com idade a partir dos 18 anos, que acessaram espaços formais de educação, incluindo o ensino superior, e residentes do estado da Bahia.

A autoatribuição de raça foi o método considerado para o processo de autonegação das entrevistadas. Contudo, antes de entrar em contato com elas e perguntar sobre suas respectivas compreensões acerca de si mesmas no que se refere ao gênero e à raça, eu fiz uma leitura prévia (heteroatribuição) do grupo racial que eu supunha elas pertencessem.

No decorrer deste trabalho, utilizarei os nomes reais para apresentar minhas interlocutoras e suas vivências, por ter sido um desejo manifestado por elas, destaque, nesse sentido, a fala de uma das entrevistadas: “Usa meu nome. Sellena. O motivo é que eu passei por muito tempo usando um nome que não me representava. Então eu prefiro que você use meu nome.”.

1.4.1 Zelza

Zelza, 25 anos, graduada em educação física pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), instituição de ensino superior privada situada no município de Itabuna-BA.

¹⁰ Durante as entrevistas, as sujeitas da pesquisa se autoidentificaram como trans, mas também se apresentaram enquanto travestis, transexuais e transgêneras. Ver o tópico 2.4 desta Dissertação.

Reside em Ilhéus-BA com a sua mãe, cidade onde também trabalha como professora de educação física no Serviço Social da Indústria (SESI). Cursa duas especializações, uma em Atividade física adaptada a saúde na Estácio de Sá em Salvador, e a segunda em Diversidade étnico-racial na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no campus de Itapetinga e coordena o núcleo trans da ONG LGBT Saphos localizada em Ilhéus.

A primeira vez que vi Zelza, ela estava participando de uma mesa redonda na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), onde ela compartilhava a sua história de vida. Em janeiro de 2015 entrei em contato com ela por meio do facebook, contei para ela a ideia da pesquisa e a convidei para participar. Ela declarou estar à disposição para contribuir. Como ainda estava finalizando o projeto, só retomei o contato em julho do mesmo ano para confirmar a sua disponibilidade.

Aprovado o projeto no Comitê de Ética da UESB, fui para Ilhéus encontrar com Zelza em 30 de julho de 2015. Ela preferiu que a entrevista fosse realizada na casa da coordenadora geral da Saphos, onde fica a sede provisória da ONG.

Encontramos-nos às 16 horas e tivemos que iniciar a nossa conversa na Sede do Conselho Municipal de Saúde de Ilhéus, pois a sede da ONG não estava disponível naquele momento. Apresentei para ela o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de autorização do uso de imagem. Após a leitura e assinatura, apresentei o tópico central da entrevista e começamos a narrativa.

Zelza decidiu que ela deveria começar me contando sobre a sua vivência educacional no período escolar, já que aos 14 anos ela já se compreendia enquanto mulher transexual. Essa primeira parte da entrevista durou cerca de 30 minutos, quando fomos interrompidas por um funcionário do local, informando que precisava fechar a sala.

Seguimos para a sede provisória da ONG Saphos e demos prosseguimento à segunda etapa, felizmente, a interrupção não parece ter desconcentrado Zelza, que seguiu sua narrativa ainda na fase escolar, mas já na conclusão do Ensino Médio. Contudo, eu estava extremamente preocupada enquanto a escutava, com medo de a gravação não estar compreensível, pois havia muito barulho no ambiente: a televisão ligada em volume alto, dois cachorros latindo, crianças passando na rua e provocando os cachorros, carros de som fazendo anúncios. Optei por não interrompê-la e, caso fosse necessário, eu marcaria uma segunda entrevista.

Realizei algumas perguntas quando ela sinalizou que já havia finalizado a narrativa. Zelza falou sobre várias questões que não estavam presentes no tópico central, como as suas

relações familiares e empregatícias, o que se revelou bastante importante para minha reflexão sobre a sua vivência educacional.

No fim, eu perguntei a Zelza se em algum momento de sua vida o racismo havia se destacado mais do que a transfobia, pois ela não havia falado de forma expressa sobre discriminações raciais sofridas em sua trajetória estudantil. Mesmo sendo desaconselhável fazer perguntas sobre temática ausente na narrativa da colaboradora, decidi pela flexibilização das sugestões de procedimento na EN.

Encerramos a segunda parte da entrevista que durou, por volta, de 40 minutos e fomos à padaria para fazermos um lanche. Depois nos despedimos e Zelza voltou para a sede da ONG, pois ela ainda participaria de uma reunião.

A transcrição dessa entrevista demorou cerca de uma semana e foi um processo bastante cansativo, em razão de fatores, como: pouca experiência com a atividade transcritiva, fala acelerada de Zelza e barulhos externos. Porém, eu fiquei bastante satisfeita com o resultado.

1.4.2 Sellena

Sellena, 23 anos, é estudante de licenciatura em Química na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Campus de Amargosa, cidade onde ela reside. A ferramenta que possibilitou o meu contato inicial com Sellena também foi o facebook. O núcleo de pesquisa em Gênero, Diversidade e Sexualidade Capitu publicou uma nota de título “Direitos no armário não nos interessam!” denunciando a violência sofrida por Sellena no ato de matrícula, que não teve o seu direito ao nome social respeitado, na rede social. Ao ver o seu nome na nota, em março de 2015 a procurei, expliquei a ideia geral do trabalho que eu pretendia desenvolver e a convidei para participar. Ela concordou de imediato.

Em 10 de agosto fui para Amargosa e nosso encontro aconteceu na casa de Sellena, onde ela morava com a namorada e a sogra. A casa ficava entre uma quadra esportiva e uma escola privada da cidade. Assim, para chegar até a casa dela, passamos por um portão com funcionário e por várias/vários estudantes crianças e adolescentes. A impressão que temos é que Sellena mora na escola.

Fui recebida por Sellena e sua namorada e nos direcionamos para o quarto das duas. Apresentei o TCLE e o Termo de autorização de uso da imagem, Sellena leu, assinou e começamos a entrevista, que durou, aproximadamente, uma hora.

De início fiquei preocupada que a presença de Camila inibisse os relatos de Sellena, porém, isso não parece ter acontecido. Sellena parecia muito à vontade e Camila bastante concentrada no computador, usando fones de ouvido. A entrevista aconteceu tranquilamente, sem interrupções nem barulhos externos (o que facilitou posteriormente meu trabalho ao transcrever a entrevista).

Assim como Zelza, Sellena contou sobre várias questões de sua vida que não estavam centradas na vivência educacional. A sua narrativa, por outro lado, não começou no período escolar, mas a partir da Universidade (terceiro para o quarto semestre), que foi quando ela se percebeu uma mulher transgênera.

1.4.3 Julia Helena

Julia Helena, 27 anos, é graduada em pedagogia pela Faculdade Zacaria de Góes (FAZAG), instituição de ensino superior privada na cidade de Amargosa-BA. Coursou filosofia na UFRB até o quarto semestre, fez curso técnico de enfermagem na escola tecnológica e curso de cabelereira. Atualmente trabalha com reforço escolar também em Amargosa, em um ponto que alugou ao lado da casa onde mora com a sua mãe.

Conheci Julia Helena por meio de Sellena. Quando terminamos a sua entrevista, ela disse que tinha uma amiga para me apresentar com uma história de vida muito interessante. Fez contato com ela por meio da rede social do whatsapp, falou sobre mim e sobre a pesquisa de forma sucinta e combinou um encontro no dia seguinte.

No mesmo dia, adicionei Julia no facebook, expliquei melhor sobre a pesquisa. Ela confirmou o interesse em participar e que o encontro ocorreria na casa de Sellena após o trabalho, por volta das 16 horas.

Cheguei um pouco mais cedo na casa de Sellena e ficamos conversando. Quando deu o horário, Sellena propôs que fossemos esperar Julia no portão da escola, pois ela nunca tinha ido lá e ficaria confusa na entrada. Esperamos pouco tempo, ela chegou e quando nos direcionamos para voltar para casa, tive uma amostra do que as mulheres trans vivenciam em seu cotidiano. Dois rapazes (supostamente um deles trabalha na portaria da escola) conversavam, quando um falou: Essa de vermelho (Sellena) é bonita, nem parece que é homem.

Seguimos para casa, no quarto de Sellena e Camila e, após uma rápida conversa informal, em que apresentei o TCLE e termo de autorização, decidimos começar a entrevista.

Contudo, Julia Hellena ficou extremamente nervosa, pois jamais havia participado de uma pesquisa. Pedi que ela fosse me contando sua história de vida e ela me pediu que eu fosse fazendo as perguntas.

Mais uma vez decidi que não deveria me prender a metodologia se ela não atendesse às necessidades da entrevista e da entrevistada, em conformidade com o que me propus ao ter optado por não eleger um caminho enrijecido a trilhar. Pouco a pouco, Julia foi se soltando e não precisou de questionamentos para desenvolver a narrativa, que começou da sua infância. Ao final ela estava tão à vontade que, mesmo depois de encerrada a entrevista, ela se lembrava de algumas histórias e pedia pra eu ligar novamente o gravador.

Sellena esteve presente durante a entrevista e era perceptível como em vários momentos ela se reconhecia na narrativa de Julia, o que a estimulou a lembrar de algo que não havia contado no dia anterior.

A entrevista com Julia Helena durou quase uma hora e a fala de Sellena pouco mais de três minutos. Não houve interrupções ou barulhos, contudo, as gravações da entrevista de Julia ficaram muito recortadas, o que exigiu uma atenção maior na transcrição.

Capítulo 2. IDENTIDADES TRANS

O termo “identidade”, nos últimos anos, tem sido alvo de severas críticas em razão da fixidez que lhe é atrelada pelas conceitualizações essencialistas, contudo, por compreendermos que essa discussão não se faz possível sem a sua utilização, nos valeremos do conceito de identidade “sob rasura”.

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e desestabilizá-la. É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustentam a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (SILVA, 2014, p. 84).

O sinal de rasura (X) indica que o conceito não é mais pensado em sua forma original, mas que a sua superação ainda não é possível, apontando a emergência do surgimento de um novo conceito. Essa abordagem é descrita por Derrida (1981 apud HALL, 2014) como “pensamento no limite” ou “pensamento no intervalo”.

Um conceito que emerge é o de “identificação”, vista como uma construção, um processo inacabado. Hall (2014) nos dirá que embora esse seja um conceito preferível, não nos é uma garantia contra as dificuldades conceituais que tem assolado o de “identidade”. Portanto, esse termo também é utilizado no decorrer do texto com o objetivo de reforçar que nos alinhamos com as perspectivas de Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva (2014) sobre a identidade – ou identificação - enquanto algo fluido, instável, contraditório, fragmentado, inconsistente, inacabado, como posições assumidas pelos sujeitos de modo temporário.

A instabilidade da identidade é evidenciada pelas linhas de fronteira, que trazem a tona a problematização de oposições binárias, como masculino/feminino, heterossexual/homossexual. O cruzar ou manter-se na fronteira é uma demonstração da artificialidade das identidades fixas que nos são impostas.

Logo, as pessoas trans representam uma denuncia a ‘artificialidade’ da permanência/fixidez das identidades, uma vez que, por meio de suas autoidentificações, que podem ou não envolver transformações corporais, visam desvincular-se do gênero que lhes foi designado. Nas palavras de Bento (2012, p. 39):

A transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inegáveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque

desobedecem as normas de gênero; ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas.

Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward (2014) alertam que a identidade é uma relação social, o que significa que sua definição está sujeita às relações de poder, incluindo o poder de definir quem é excluído e quem é incluído; as identidades “não são simplesmente definidas; elas são impostas” (p. 81).

Woodward (2014) sintetiza: a identidade é relacional, marcada pela diferença e sustentada pela exclusão. Quando digo que sou brasileira, estou dizendo que não sou argentina, uruguaia, colombiana, e assim por diante. Não faria sentido eu afirmar a minha nacionalidade, se não existissem outros países. O que desejo argumentar é que, no momento em que a transexualidade é nomeada, produz-se a diferença através de limites firmados na exclusão de outras identidades.

Assim como a cultura impõe como universal “a feminilidade loira e distante ou a masculinidade ativa, atrativa e sofisticada dos anúncios do Walkman da Sony” (HALL, 2004, p. 19), ela define o “verdadeiro transexual” e assim, por meio dessas dicotomias, o pensamento, especialmente o europeu, mantém as relações de poder existentes.

Quais são os mecanismos e as instituições envolvidas ativamente na criação, fixação e imposição das identidades? Para quem está disponível a(s) identidade(s) trans? Quem é incluída/o e excluída/o? Ao longo deste capítulo buscaremos construir a nossa concepção de transgeneridade a partir da problematização do entendimento patológico-universalizante do “sujeito transexual”.

2.1 A construção do dispositivo da transexualidade

Berenice Bento (2014a, p. 44) ao historicizar o que ela intitula “o início da construção do dispositivo da transexualidade” nos oferece dois momentos, o primeiro em 1910, quando o sexólogo Magnus Hirschfeld utilizou o termo “transexualpsíquico” para falar das “travestis fetichistas”; e posteriormente em 1949, quando Cauldwell voltou a utilizar o termo para descrever um estudo de caso de um homem transexual.

Na década de 1950 algumas publicações defendendo a especificidade do “fenômeno transexual” (BENTO, 2014a, p. 44) começaram a aparecer, ganhando maior visibilidade nas décadas seguintes com o surgimento de associações internacionais voltadas para a produção

de um conhecimento direcionado para a transexualidade que visava a diferenciação diagnóstica dos gays, lésbicas e travestis.

Em 1953, vemos a reutilização do termo (transexualpsíquico) pelo endocrinologista Harry Benjamin com o propósito de defender que a única possibilidade terapêutica para as/os transexuais seria a cirurgia, em contraposição a opinião majoritária dos profissionais da saúde mental, que consideravam mutilação qualquer intervenção corporal. Ou seja, “ao mesmo tempo que se produz um saber específico, propõem-se os modelos apropriados para tratamento” (BENTO, 2014a, p. 44).

Em 1955, John Money, professor de psicopediatria do Hospital Universitário John Hopkins de Nova York, em suas primeiras pesquisas sobre o conceito de gênero, concluiu que o gênero e a identidade sexual seriam passíveis de modificação até os 18 meses e respaldou por décadas o modelo de intervenção cirúrgica em bebês intersexos.

A formulação das teses de Money estruturou-se sob a compreensão da aparência da genitália como fundamental para o desenvolvimento da identidade sexual pensada univocamente como heterossexual. Ventura (2010) considera que a distinção entre sexo e gênero elaborada por Money teve como consequência prática a separação da abordagem clínica e psicológica entre a transexualidade e a homossexualidade.

Em que pese as reflexões de Money serem voltadas para os bebês intersexos, suas teses tiveram grande relevância nos estudos da transexualidade (BENTO, 2014a).

Os desdobramentos das formulações da década de 1950 começaram a ser vislumbradas na década seguinte, com a criação dos Centros de Identidade de Gênero nos Estados Unidos voltados para o atendimento de pessoas transexuais.

Em 1969 foi realizado em Londres o primeiro congresso da Harry Benjamin Association que oito anos depois teve seu nome alterado para Harry Benjamin Gender Dysphoria Association (HBIGDA) e legitimou-se como responsável pela normatização do tratamento para as pessoas transexuais.

Outro marco da construção do dispositivo da transexualidade foi a publicação do livro “El fenómeno transexual” em 1966 de autoria de Harry Benjamin, responsável por fornecer os parâmetros para o diagnóstico do “verdadeiro transexual”.

Esses documentos geraram desdobramentos micros e macros. Os desdobramentos micros referem-se à forma como um/a transexual valoriza a outro/a transexual. Os desdobramentos macros são aqueles que se referem à compreensão que as instituições tem das pessoas transexuais, principalmente a justiça e a medicina que, diante das demandas para a mudança dos documentos e/ou dos corpos fazem avaliações sobre suas feminilidades/masculinidades (BENTO, 2014a, p. 48).

Quando o saber científico define critérios para avaliar quem é transexual, ele estabelece um padrão de avaliação da verdade que promove hierarquias estruturadas em exclusões, eliminando uma pluralidade de interpretações e de construções subjetivas sobre esta experiência.

Bento (2014a) destaca a invenção de dois tipos de transexuais como resultantes das teses que buscam explicar a origem e o tratamento da transexualidade: o “transexual stolleriano” e o “transexual benjaminiano”, em referência ao psicanalista Robert Stoller e ao endocrinologista Harry Benjamin, respectivamente.

Os tipos de transexuais foram definidos com características que se supõem presentes em todas as pessoas transexuais. Em razão de as duas correntes entenderem a transexualidade como uma patologia, cada característica é vista como um sintoma que confirma “doença” e a ausência a nega.

De um modo geral essas duas linhas trabalham juntas, cada uma fazendo algumas concessões. Bento (2014a, p. 166) diria:

O endocrinologista espera o dia em que a ciência descobrirá as origens biológicas da transexualidade, o que provocaria um reposicionamento do papel e do poder dos terapeutas, pois, atualmente, são eles os responsáveis em dar a palavra final sobre as cirurgias de transgenitalização. Os terapeutas, por sua vez, esperam que a escuta e o tempo em que o/a “candidato/a” se submete obrigatoriamente à terapia o remova da convicção da necessidade da cirurgia.

Berenice (2014a) nos apresenta um confronto entre essas duas posições que ocorreu em 2001, no Seminário Internacional de Identidade de Gênero y Transexualidad, realizado em Valença/Espanha. A psicanalista francesa Collete Chiland, formada pelas teses de Robert Stoller, em sua conferência, versava sobre o sucesso do tratamento com crianças “afeminadas” e, concomitantemente, falava do alto índice de arrependimentos de pessoas que tinham se submetido à cirurgia de transgenitalização sem um rígido controle psicológico.

Do outro lado posicionou-se Jos Megens, cientista membro da Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association. Megens revelou um índice elevado de satisfação das/os cirurgiadas/os defendendo que essas pessoas o procuravam na clínica já sabendo o que queriam e que o diagnóstico é, na realidade, baseado no autodiagnóstico. “Diante desta posição, a psicanalista (Collet Chiland) afirmou: *“é inaceitável, um absurdo, se concordar com o autodiagnóstico. Estas pessoas não têm condições de realizá-lo”*” (BENTO, 2014a, p. 167).

Esse embate não representa que tais posicionamentos não são partes estruturantes do dispositivo da transexualidade, mas que esse dispositivo amplia sua eficácia por caminhos

heterogêneos. Observamos que, apesar das discordâncias sobre a satisfação/arrependimento com o tratamento e/ou cirurgia e sobre quem tem o poder do diagnóstico, os dois se referem a ‘tratamento’ e ‘diagnóstico’, termos utilizados para tratar de patologias.

Apesar da divergência entre a visão biologista (ou benjaminiana) e outra aparentemente construtivista (stolleriana) acerca da gênese da transexualidade, oficialmente ela é tratada como doença e é a partir da linguagem médica firmada nesse período que a proposta de ‘tratamento’ para pessoas transexuais foi difundida intensamente (VENTURA, 2010).

2.1.1 “O transexual stolleriano”

1 – Não brincar com meninas; 2 – Não brincar com bonecas de meninas; 3 – Não se vestir com roupas de meninas; 4 – Nem mesmo olhar no armário da irmã; 5 – Não se sentar como uma menina; 6 – Não falar como uma menina; 7 – Não ficar de pé como uma menina; 8 – Não pentear o cabelo como uma menina; 9 – Brincar como um menino; 10 – Não usar maquiagem; 11 – Não deixar que seu quarto pareça um quarto de menina; 12 – Não fazer poses; 13 – Ser um menino (STOLLER, 1982, p. 102 apud BENTO, 2014a, p. 178).

Essa lista com regras foi elaborada por uma criança que Stoller em seu livro, *A experiência transexual*, reporta como um exemplo de tratamento bem sucedido em que a criança recuperou sua masculinidade “emasculada pela mãe” (STOLLER, 1982 apud BENTO, 2014a).

Para Stoller a origem da transexualidade está na relação da criança com sua mãe. A “mãe stolleriana” (BENTO, 2014a) teria inveja do - desejo inconsciente de ser – homem, ficaria extremamente feliz com o nascimento do filho e transferiria seu desejo para ele, o que acarretaria em uma ligação extrema entre mãe e filho e, com a ausência da figura do pai, impediria a manifestação e resolução do conflito de Édipo, o que poderia ter como resultado um filho transexual.

O diagnóstico da criança transexual, portanto, era feito por Robert Stoller a partir da análise da mãe, que, quanto mais distante dos padrões de feminilidade, maior a probabilidade de ter um filho transexual. E o sucesso do tratamento dependeria que o diagnóstico fosse feito nos primeiros anos de vida da criança por meio da indução do complexo de Édipo pela/o terapeuta.

2.1.2 “O transexual benjaminiano”

Harry Benjamin, assim como Robert Stoller, direcionou parte da sua vida à busca da origem e do tratamento da transexualidade e trilhou, contudo, um percurso diferente. De acordo com Benjamin, o “sexo” é compartimentado em sexo cromossômico (ou genético), gonádico, fenotípico, o psicológico e o jurídico.

O sexo cromossômico seria responsável pela determinação do sexo e do gênero (XX - mulher; XY - homem). O gonádico se dividiria em germinal, que é responsável pela procriação e em endocrinológico, responsável pelas características sexuais primárias e secundárias. O psicológico seria aquele centrado na identificação de gênero. Havendo oposição entre o sexo psicológico e os anteriores, estaria configurado o “fenômeno transexual” (BENTO, 2014a). Benjamin acreditava que a resposta para esse “fenômeno” seria encontrada com o desenvolvimento das ciências biológicas.

A consequência das pesquisas de Benjamin foi a universalização da transexualidade e criação do “verdadeiro” transexual, que, para ele, seria necessariamente assexuado, desejaria um corpo de mulher/homem por meio de intervenções cirúrgicas para que pudesse exercer a sexualidade (heterossexualidade) com o órgão adequado.

Bento compartilha a descrição exata de Benjamin acerca do transexual verdadeiro:

1 - Vive una inversión psicosexual total; 2 - Puede vivir y trabajar como una mujer; pero vestirse las ropas no le da suficiente alivio. 3 - Malestar intenso de género; 4 - Desea intensamente relaciones con hombres normales y mujeres normales; 4 - solicita urgentemente la cirugía. 5 - Odia sus órganos masculinos. (BENJAMIN, 2001, p. 45 apud BENTO, 2014a, p. 190).

De imediato, preciso pontuar que a descrição de Benjamin sobre quem é o transexual verdadeiro não abre espaço para existência de homens transexuais, pois dentre as características por ele citadas está o vestir-se como ‘mulher’, bem como o repúdio aos seus órgãos ‘masculinos’, referindo-se, peceptivelmente ao comportamento que ele ‘verifica’ em mulheres transexuais.

Nessa definição também cabe destacar a obrigatoriedade de sofrimento intenso, de ódio ao que é lido em seu corpo como masculino e a compreensão da cirurgia como possibilidade única para início de uma vida sexual normal.

Outro fruto do trabalho de Benjamin foi uma tabela classificatória de “indecisão e desorientação sexual e de gênero”. São seis possibilidades: “pseudo travesti masculino; travesti fetichista masculino; travesti autêntico; o transexual não cirúrgico; transexual verdadeiro de intensidade moderada; transexual verdadeiro de alta intensidade” (BENTO,

2014a, p. 189). Benjamin foi, portanto, responsável pela distinção entre transexuais, travestis e homossexuais, - denominações que eram usadas de modo indistinto – recomendando apenas aos ‘verdadeiros transexuais’ transformações corporais (VENTURA, 2010).

Essas classificações e definições empreendidas por Harry Benjamin nortearam pesquisas, diagnósticos e tratamentos pelos anos que se seguiram nas mais diversas localidades. E ainda serve de parâmetro nos dias de hoje gerando o que BENTO (2014a) denomina de desdobramentos macros e micros. Os desdobramentos macros referem-se à forma como as instituições lidam com as pessoas trans, enquanto o desdobramento micro está associado ao modo como essas definições são internalizadas e repercutem na leitura que as pessoas trans fazem de si mesmas.

2.2 Patologização das vivências trans

Berenice Bento (2011) pontua que, dentre as diversas formas de violência cometidas contra as pessoas transexuais, a mais cruel é a patologização dessa experiência identitária, pois prolifera a ideia de que são pessoas inferiores que necessitam da tutela estatal em todos os âmbitos de suas vidas.

A experiência da transexualidade passou a ser definida como uma patologia, “Transexualismo”, em 1980, a partir da sua inclusão no Código Internacional de Doenças. Em 1994, o diagnóstico de “Transexualismo” foi substituído pelo de “Transtorno de Identidade de Gênero”, e em 2013, no DSM-V, por “Disforia de Gênero”¹¹ (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 572). Em que pese às alterações na nomenclatura, a patologização do gênero permanece operando com grande força.

No Brasil, o protocolo que orienta as políticas públicas para o atendimento à saúde da população travesti e transsexual segue inteiramente os cânones da APA (Associação de Psiquiatria Norte-Americana) e do CID (Classificação Internacional de Doenças), em um processo que Oliveira (2014, p. 92) intitula de “abusivo”. Toda pessoa que deseje realizar a cirurgia (caso não queira fazer a cirurgia de transgenitalização terá sua condição de transexualidade questionada) deve (obrigatoriamente) fazer terapia psicológica (por um tempo mínimo de dois anos), realizar o teste de vida real (usar as roupas do gênero identificado

¹¹ É interessante que o termo disforia de gênero foi cunhado por John Money em 1973 (BENTO, 2014a).

diariamente), tomar hormônios, realizar os testes de personalidade (Rorschach, MMPI) e fazer exames laboratoriais de rotina (BENTO; PELÚCIO, 2012).

Ao nomear o “sujeito transexual”, o saber médico o produz; por meio da descrição dos “sintomas” da “doença” cria-se “o verdadeiro transexual”, em um evidente processo de desumanização das pessoas trans por meio do apagamento de umas das principais características das vivências humanas, a pluralidade.

Quando o saber médico nomeia a experiência transexual a partir da naturalização está citando as normas que fundamentam e constroem os gêneros a partir do dimorfismo. Quando se definem as características dos transexuais universalizando-as, determinam-se padrões para a avaliação da verdade, gerando hierarquias que se estruturam a partir de exclusões.

Quando se diz "transexual", não se está descrevendo uma situação, mas produzindo um efeito sobre os conflitos do sujeito que não encontra no mundo nenhuma categoria classificatória e, a partir daí, buscará "comportar-se como 'transexual'".

O saber médico, ao dizer "transexual", está citando uma concepção muito específica do que seja um/a transexual. Esse saber médico apaga a legitimidade da pluralidade, uma vez que põe em funcionamento um conjunto de regras consubstanciado nos protocolos, que visa a encontrar o/a "verdadeiro/a transexual". O ato de nomear o sujeito de transexual implica pressuposições e suposições sobre os atos apropriados e os não-apropriados que os/as transexuais devem atualizar em suas práticas (BENTO, 2006, p. 46-47).

Ser disfórico/a, segundo o DSM-V, ou seja, ser considerado/a um/a verdadeiro/a transexual pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10 F-64) é ter uma “incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado”, o que se expressa por meio do forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais para adquirir as do outro gênero e assim pertencer e ser tratado como alguém do gênero oposto ao designado. “A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013, p. 9).

Ser um/a “transexual de verdade” significaria ser necessariamente disfórico, ter uma aversão ao seu próprio corpo, ter um forte desejo de retirar as partes dos seus corpos referentes às suas características sexuais, primária e/ou secundárias, desejar pertencer e ser tratado como do gênero que expressa e apresentar evidências de sofrimento.

Vários pontos merecem ser problematizados na simples descrição do que a APA apresenta como um/a verdadeiro/a transexual, dentre eles: o desrespeito à identificação de gênero das pessoas trans, uma vez que a transexualidade é significada como “um forte desejo”, ou seja, não é real. A mulher trans seria, segundo essa compreensão, um homem que deseja fortemente ser tratado como uma mulher.

Uma segunda problematização seria a errônea pressuposição de que toda pessoa trans é disfórica, quando, em verdade, existem mulheres e homens cisgêneros que não se sentem a vontade com o próprio corpo, sendo, portanto, disfóricos, assim como homens e mulheres transexuais que estão completamente a vontade com os seus corpos.

Em pesquisa realizada por Berenice Bento, a pesquisadora nos conta sobre o encontro com diversas pessoas transexuais que escondem o fato de se masturbarem por terem ser descredibilizadas na sua transexualidade, uma vez que a pessoa transexual oficial é descrita como alguém que tem aversão às genitálias, evitando tocá-las, até mesmo, para higienização. (SANTOS, 2014)

É preciso que perguntemos ainda: Como é medida pela equipe médica esse forte desejo das pessoas trans de pertencimento ao outro gênero? O que é ser do gênero feminino? O que é ser do gênero masculino? Existe um ser universal mulher? Existe um único modelo de homem? Qual o discurso que uma mulher trans precisaria adotar para convencer as/os suas/seus avaliadoras/es de que é uma mulher? Pelúcio e Bento (2012) nos respondem de forma muito nítida a essas indagações, ainda que se refiram ao DSM-IV, persiste no conteúdo do DSM-V:

Por fim, chegamos ao verdadeiro conteúdo do DSM-IV: é um texto que materializa uma visão cultural hegemônica e singular de gênero, mas que, contraditoriamente, consegue seu êxito por apresentar-se como universal porque tem como aliada a retórica da cientificidade de seus achados. Portanto, a defesa da diferença sexual como dado primeiro para se definir o gênero é uma construção de gênero. É preciso reafirmar que o DSM-IV, o CID-10 e o SOC são falaciosos e produtores institucionais de identidade abjetas. Quem formula esses códigos é um grupo fechado de especialistas orientados pelos preceitos heteronormativos que, aliás, tem fundamentado a ciência ocidental moderna (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 578).

Volto a me utilizar de Bento (2006, p. 33) que, em sua pesquisa, diz o quanto é comum os discursos na literatura médica que não apenas “reproduzem os estereótipos de gênero, mas os potencializam”. Não existe uma única experiência de gênero, sendo, portanto, completamente absurda essa cobrança de que as pessoas trans correspondam a um modelo estereotipado de gênero para que sejam consideradas homens/mulheres de verdade.

Nas palavras de Butler (2009), para ser tratada de acordo com o nome e o gênero que representa a sua identidade, a pessoa precisa de laudos atestando a veracidade do que afirma, bem como o desejo de realizar a única possibilidade de correção do seu transtorno mental, a cirurgia de transgenitalização e, por fim, a autorização judicial:

É necessário que se estabeleça a existência de um conflito; é necessário que haja um sofrimento enorme; é necessário que haja uma identificação persistente com o outro gênero; é necessário passar um período de teste se travestindo no outro sexo durante todo o dia para que se avalie a adaptação; é necessário que haja sessões de terapia e cartas atestando o equilíbrio mental. Em outras palavras, é necessário que a pessoa se submeta a todo um aparato regulatório, tal como Foucault o teria chamado, para chegar ao ponto em que alguma coisa semelhante ao exercício da liberdade se torne possível. Essa pessoa tem de se submeter a rótulos e nomes, a incursões, a invasões; tem de ser medida com os parâmetros da normalidade; e tem de passar nos testes. Algumas vezes, o que isso significa é que essa pessoa precisa tornar-se muito astuta ao lidar com tais parâmetros e saber como apresentar-se de um modo tal, que consiga se tornar um candidato plausível (BUTLER, 2009, p. 112).

A pessoa transexual, na maior parte dos países, precisa adotar um discurso patologizante e estereotipado para que alcance direitos, estando, todavia, sob o crivo inflexível do Estado. Caso não se apresente como triste e disfórica/o, não conseguirá convencer o conjunto de instituições a serviço do Estado de que é realmente transexual; do contrário, caso vença os processos inquisitivos dos saberes médico e jurídico, suportará as consequências de se assumir como portador/a de um transtorno mental, potencialmente suicida, o que repercutirá em diversos aspectos da sua vida, como a perda de “certos direitos e liberdades, incluindo a custódia das crianças, o emprego e a moradia, devido ao estigma que o diagnóstico reforça e promove” (BUTLER, 2009, p. 109). Em suma, é a pessoa trans alvo de constante desconfiança jurídica, médica e social.

O efeito da interiorização dessas “verdades” faz com que se tente agir de acordo com o que se supõe natural. Ser diagnosticado como disfórico é ser “considerado doente, errado, disfuncional, anormal e sofrer uma certa estigmatização em consequência desse diagnóstico”. Desse modo, alguns ativistas argumentam que o diagnóstico da transexualidade deve ser totalmente eliminado, devendo ser compreendida como uma possibilidade de “determinar o próprio gênero”, “um exercício de autonomia” (BUTLER, 2009, p. 96-97).

Existem argumentos que visam à manutenção da patologização das experiências trans, um dos principais é de que, caso a transexualidade e a travestilidade não sejam consideradas doenças, não haverá custeamento estatal das despesas referentes aos processos de transformações corporais (BENTO; PELÚCIO, 2012).

Muitos são os episódios em que pessoas trans evitam a discussão dessa temática temendo a perda do acesso ao processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. A condução da campanha acerca da despatologização sem discussões aprofundadas, segundo Oliveira (2014) pode ser perigoso e politicamente regressivo. Contudo, permanecer

indefinidamente em um modelo essencialista, excludente e tutelador, em nome dessa inserção no protocolo transexualizador do SUS, é “indigno” (OLIVEIRA, 2014, p. 97)

Butler (2009, p. 98) sintetiza o dilema com essa série de questionamentos:

Para entender a diferença entre essas perspectivas, temos de perguntar como o diagnóstico é vivenciado realmente. O que significa viver com esse diagnóstico? Ele ajuda algumas pessoas a viver, a alcançar uma vida que elas sintam merecer ser vivida? Ele dificulta a vida de algumas pessoas, fazendo com que se sintam estigmatizadas, e, em alguns casos, contribui para um final suicida? Por um lado, não devemos subestimar os benefícios que o diagnóstico trouxe, especialmente para as pessoas trans de recursos econômicos limitados que, sem a assistência do seguro-saúde, não poderiam ter atingido seus objetivos. Por outro lado, não devemos subestimar a força patologizante do diagnóstico, especialmente para jovens que podem não ter os recursos críticos para resistir a essa força. Nesses casos, o diagnóstico pode ser debilitante, senão assassino. Algumas vezes, o diagnóstico assassina a alma; e, algumas vezes, torna-se um fator para o suicídio. Assim, o que está em jogo neste debate é altamente importante, pois parece ser, afinal, uma questão de vida ou morte; para alguns, o diagnóstico parece significar a própria vida e, para outros, o diagnóstico parece significar a morte. Para outros, ainda, ele pode muito bem ser uma benção ambivalente ou, de fato, uma maldição ambígua (BUTLER, 2009, p. 98).

A filósofa encontra como solução justamente o uso estratégico do diagnóstico: “Então se poderiam rejeitar as verdades que o diagnóstico promove [...], fazendo, no entanto, uso do diagnóstico como mero instrumento para atingir os objetivos” (BUTLER, 2009, p. 103), mantendo para si que não há nada de patológico no desejo de transicionar. A solução para Butler seria o uso irônico e indiferente do diagnóstico.

Ser patologizada/o seria, portanto, uma concessão estratégica que as pessoas trans fariam para ter acesso aos poucos recursos de saúde, criando-se, assim, uma espécie de “cidadania cirúrgica”.

Todavia, a autora não despreza o efeito deletério que a patologização pode causar, principalmente nas crianças e adolescentes. O diagnóstico, por si só, conforme argui o Dr. Richard Isay (apud BUTLER, 2009, p. 103) “pode causar dano emocional por ferir a autoestima de uma criança que não tem nenhum transtorno mental”.

Oliveira (2014) defende que a patologização não deve prosperar, pois direitos não devem ser objetos de negociação, Amets Suess, sociólogo e coordenador da campanha “Stop Trans Pathologization” argumenta que a despatologização e a manutenção do atendimento público às pessoas transexuais não são demandas que se excluem, e sim, dois direitos humanos fundamentais.

As pessoas devem ter acesso à saúde pública sem que para tanto precisem assumir um discurso que as apagam no ato de autorrepresentação, um discurso que exclui a linguagem

que elas poderiam preferir usar na descrição de quem são, de suas histórias e planos de vida, sob a promessa, no meu entendimento, chantagem, de que terão em troca o corpo e o gênero que desejam (e que são delas por direito) desde que concordem em “falsificar a si mesma e, ao fazê-lo, em apoiar e ratificar o poder desse diagnóstico sobre muitas pessoas no futuro” (BUTLER, 2009, p. 113).

2.3 Sobrevivendo à margem da Lei

O Direito, ao lado da medicina, vem sendo o espaço catalisador da “demanda trans” e o controle jurídico que se faz da identificação de gênero está contaminado pelo olhar médico-patologizante que compreende a transgeneridade como uma experiência universalizada (VENTURA, 2010, p. 17).

Não existe uma realidade trans, e sim múltiplas realidades. Contudo, a demanda que se destaca em tal grupo refere-se à possibilidade de viver de acordo com o gênero com o qual se compreende, que destoa do sexo que lhes fora designado ao nascer. Para tanto, é necessária a adoção e recepção pela comunidade de um prenome consonante com a aparência alcançada.

No Brasil, atualmente, tramitam no Congresso Nacional três projetos de lei, o PL 72/2007, do então deputado Luciano Ziza; o PLS 658/2011, da senadora Marta Suplicy e o PL 5002/2013, de autoria da deputada Érika Kokai e do deputado Jean Wyllys. Os dois primeiros, ainda que disponham sobre as mudanças de nome e sexo nos documentos sem condicionamento à realização da cirurgia, obedecem a uma perspectiva patologizante, legitimando todo protocolo médico e psiquiatrização das experiências trans (BENTO, 2014b).

O projeto de lei 5002, conhecido como Lei João W. Nery, inspirado na Lei de Identidade de Gênero argentina, extingue a necessidade de autorização judicial, laudos médicos e psicológicos, cirurgia e hormonoterapias na mudança de prenome e ‘sexo’ no registro. O texto assegura ainda o acesso à saúde no processo de transexualização e despatologiza as identidades trans (BENTO, 2014b).

Além do histórico brasileiro de direitos a conta-gota, devemos levar em consideração a conjuntura política nacional, como, por exemplo, a eleição do deputado federal filiado ao Partido Social Cristão (PSC) Marco Feliciano, pastor da Catedral do Avivamento (igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus). O deputado, que se destaca pelas suas posições homo/lesbo/bi/transfóbicas, racistas e machistas, presidiu a Comissão dos Direitos Humanos e Minorias entre março e dezembro de 2013, por onde tramitou o PL 5002/2013, o que

sinalizou um momento de acentuada paralisia/retrocesso nos projetos que buscam a promoção da cidadania das “minorias”¹².

Nesse momento, alteração do prenome e sexo no registro civil depende de autorização judicial que, para ser conseguida, a pessoa trans deve buscar fundamento na Lei n.6.216, de 30 de junho de 1975, popularmente conhecida como Lei de registros públicos. Inicialmente os/as juízes/as exigiam que a pessoa trans passasse pela cirurgia de transgenitalização, e ainda existem decisões que se fundamentam nesse critério. Contudo, tem sido cada vez mais comum decisões judiciais que garantem a mudança do prenome sem a realização da cirurgia, mas que, em muitos casos, exigem ainda laudos médicos.

Algumas coisas precisam ser pontuadas: primeiro, a transgenitalização não depende unicamente da vontade da pessoa, é necessário que haja uma declaração médica confirmando que ela é portadora de um transtorno psíquico (o transexualismo) que persiste por, no mínimo, dois anos, para que então tenha acesso aos procedimentos hormonais e cirúrgicos, entre os quais, inclui-se a transgenitalização (VENTURA, 2010).

Segundo, atualmente, apenas cinco hospitais universitários do país realizam o procedimento cirúrgico pelo SUS: Hospitais das Clínicas de Porto Alegre e Goiânia, Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de São Paulo, Hospital Pedro Ernesto da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e Hospital das Clínicas da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Além da espera durar anos, precisamos considerar que para imensa maioria das mulheres trans é financeiramente inviável integrar-se ao programa de um desses hospitais, como, por exemplo, uma mulher trans pobre que resida no interior do estado da Bahia.

E, por fim, as vivências são plurais, o que significa que nem todas as mulheres trans sentem a necessidade de realizar de alterar o corpo por meio de hormonização ou intervenções cirúrgicas.

Observa-se ainda maior dificuldade de alteração no registro civil do sexo que, para o ordenamento jurídico brasileiro é um elemento indisponível e, portanto, de natureza imutável. Ou seja, após passar por dois processos exaustivos, médico e judicial, a pessoa trans terá um prenome em conformidade com o gênero com o qual se identifica, mas será mantido/a em

¹² “Hoje, critica-se o termo minoria que, sob a pretensa neutralidade numérica, desvaloriza grupos subordinados pelos hegemônicos (propositalmente confundidos com maioria). Um exemplo claro é a incoerência de se referir às mulheres como minoria já que elas constituem numericamente a maior parte da humanidade”. (MISKOLCI, 2007, p. 1)

uma zona discriminatória ao ter em seu registro um sexo divergente do prenome e da sua aparência ou constar de forma expressa na sua certidão de nascimento o termo "feminino/masculino por transexualismo" (VENTURA, 2010, p. 21).

Recentemente, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TV/RS) formulou decisão inovadora com o entendimento de que, independente de realização de cirurgia de transgenitalização, as mudanças do prenome e do sexo no registro civil devem ser asseguradas as pessoas reconhecidas socialmente como transgêneras (CONSULTORJURÍDICO, 2014). Diante da ausência de regulamentação legal, a população trans vive uma grande insegurança jurídica.

Em que pese a ocorrência da decisão do TJ/RS seguida de outras decisões similares, percebe-se que os direitos são garantidos, ainda que limitadamente, às/aos transexuais "oficiais", que são as/os que adotam o discurso patológico e se submetem aos procedimentos médicos e legais, já às/aos demais, aquelas/es que não têm interesse ou acesso a uma cirurgia de transgenitalização, nega-se qualquer possibilidade da vivência da personalidade e da cidadania.

Butler (2010) contesta o binarismo que o Estado impõe aos gêneros construídos, em que os direitos são completamente negados às travestis e a parcela das mulheres transexuais que entendem sua identificação como desatrelada da cirurgia de readequação sexual e de outras mudanças estéticas:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de "homens" aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo "mulheres" interprete somente corpos "femininos". Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero se torna um artifício flutuante com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2010, p. 24-25).

Nesse sentido, Bento (2012) compreende que o desejo de submissão à cirurgia de transgenitalização é consequência, e não a causa da transexualidade. As regras de gênero determinam, por exemplo, que ser homem é ter um pênis, enquanto ser mulher é ter uma vulva. Desse modo, ser um/a transexual "de verdade" envolve ter uma genitália ajustada ao

gênero que se expressa e relacionar-se afetiva e sexualmente com alguém do gênero tido como oposto, qualquer desconformidade (mulher trans com um pênis ou que se envolva com outra mulher) impede a pessoa transexual de alterar o corpo e/ou o Registro Civil.

O reconhecimento social da identificação da pessoa é fundamental para construção da sua autoestima, dignidade e cidadania, trata-se do elemento mais importante de identificação, tratando-se, portanto, de um direito humano. Enquanto a crescente mobilização de ativistas trans repercutiu em conquistas em diversos países, a exemplo das leis de identidade de gênero que regulamentam as cirurgias de transexualização e mudança nos documentos para as pessoas trans promulgadas na Argentina, Espanha, Inglaterra e no Uruguai, já no Brasil inventou-se o nome social.

No Brasil, existem diversas regulamentações com o objetivo de garantir o respeito ao nome social, da pessoa trans nos órgãos públicos. Citaremos o conceito adotado na Resolução n. 83/2014, que estabelece a inclusão do nome social de estudantes travestis e transexuais nos registros acadêmicos na Universidade Estadual do Sudoeste do Bahia:

Art. 2º - [...] parágrafo único - O nome social é aquele por meio do qual os travestis e transexuais são reconhecidos, identificados e denominados no meio social, no ato da matrícula ou a qualquer momento, no decorrer do ano letivo, o qual não corresponde ao nome do registro civil (UESB, 2014, p. 1).

O nome social representa “uma criatividade inédita no cenário internacional”. Essa forma de lidar com a ampliação dos direitos dos grupos excluídos se repete ao longo da história do nosso país, Bento diria que é uma atitude “tipicamente brasileira” (BENTO, 2014b, p. 166):

[...] há um modus operandi historicamente observável das elites que estão majoritariamente nas esferas da representação política no Brasil, qual seja: a votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a conta-gotas, aos pedaços. E assim se garante que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos. As análises de Sérgio Buarque de Holanda sobre a organização do Estado brasileiro e do espaço público mantêm seu vigor. Nas palavras do autor, a democracia no Brasil foi sempre um mal-entendido, um exercício verborrágico de bacharéis que traziam para o espaço público valores familiares. Ao conceder cidadania pouco a pouco para as pessoas trans se está repetindo uma estrutura da relação entre Estado e populações excluídas, característica da cultura política nacional (BENTO, 2014b, p. 166-167).

Universidades, escolas e repartições aprovam regulamentos e portarias que garantem numa esfera micro a utilização do nome social, enquanto na esfera macro, mantém-se o vácuo legislativo, é o que Bento (2014b, p. 175) chama de “mudar sem alterar substancialmente nada na vida da população mais excluída da cidadania nacional”. Por exemplo, uma estudante trans terá reconhecido o direito ao nome feminino na chamada escolar, mas nas outras

dimensões da vida, como no mercado de trabalho, continuará portando documentos que distoam de suas performances de gênero e, portanto, sendo submetida a situações humilhantes e vexatórias.

Reforço que considero importante o respeito ao uso do nome social, contudo, é preciso problematizá-lo, uma vez que ele se insere nessa conjuntura de precarização da cidadania das pessoas trans.

2.4 O trânsito - Desconstruindo o “verdadeiro transexual”

Ao conversarmos com Zelza, Sellena e Julia Helena, percebemos que cada uma dessas mulheres viveu e vive sua transgeneridade de uma forma singular, compreendendo-se e assumindo-se em momentos, por motivos e de maneiras diferentes. Certamente, nenhuma delas estaria enquadrada na categoria de “verdadeiro transexual” inventada e ratificada pelas ciências psis e biológicas. “Há uma pluralidade de interpretações e de construções de sentidos para os conflitos entre corpo e subjetividade nessa experiência” (BENTO, 2014a, p. 50).

Zelza começou a refletir sobre o seu gênero e sexualidade com a chegada da puberdade. Com doze, treze anos assumiu ‘sua homossexualidade’, por acreditar que seria um impacto muito grande para sua família “sair de gay e ir logo para travesti”. Para Zelza, esse é um percurso obrigatório para as mulheres transexuais – assumir-se como homossexual, posteriormente como travesti, para, por fim, assumir-se transexual.

Zelza: E aí, é... ao passar dos anos nosso corpo vai se modificando por questão por conta das, é... das questões de puberdades e aí, é...**Nós vamos tendo mudanças físicas e comportamentais que aí veio entrar minha sexualidade, no qual eu percebi realmente que não era, o que eu me via no espelho não condizia com o meu, minha identidade, então, aí a partir dos doze a treze anos de idade eu comecei a minha homossexualidade, no início, né? Porque todas passam por esse processo, porque tem algumas questões familiares, né? Que a gente não pode logo, é... vamos dizer, sair de um ponto pra ir pra outro, sair de gay e ir logo para travesti, então a gente passa por uma transição, que travesti na realidade é uma transição que você passa,** e aí, é...tive que passar por essa transição, e ai na escola eu ainda, é... fazia ensino fundamental I ainda, pra mim era tranquilo ser chamado de menino, então não tinha muita interferência com isso, como as pessoas me chamavam, pra mim era tudo normal, eu já me sentia assim alguns argumentos, mas ainda não tinha argumento suficiente pra questionar. Pois não, chego no Ensino fundamental II, de quinta a oitava, que hoje é nono ano, né? Que o povo fala, e aí foi que eu vim ver minhas mudanças comportamentais, físicas e psicológicas, que foi todo aquele transtorno que eu fui passando ao longo, né? Da... dessa trajetória escolar, mas mesmo assim já a partir dos 14 eu já era... eu já me considerava uma transexual.

Enquanto Zelza não conversava com sua família, preocupada com a reação do pai e de alguns dos irmãos, ela encontrou acolhimento em uma professora, contou sobre o seu

desconforto em frequentar o banheiro masculino e como se sentia perdida quando eram realizadas dinâmicas que separavam por gênero. Porém, quando encontrou coragem de contar para sua família teve o apoio da sua mãe, e assim, iniciou a sua transição¹³ ainda na adolescência.

Zelza se posiciona enquanto mulher transexual, mas em nenhum momento, durante a narrativa citou o interesse em realizar a cirurgia de transgenitalização ou demonstrou desconforto com a sua genitália; ao falar sobre mudanças corporais, referiu-se a modificações no cabelo, uso de hormônios e o desejo de colocar silicone nos seios.

Durante a entrevista, Zelza afirma inúmeras vezes o quanto sempre sonhou em se formar, trabalhar, passar em um concurso. Seu emprego é motivo de orgulho e é um instrumento que, não apenas garante a sua sobrevivência, como viabiliza que ela faça dois cursos de pós graduação em outras cidades. Zelza quer ocupar espaços que são negados às pessoas trans e às pessoas negras. Quer ser exemplo. As transformações corporais, como colocar silicone, são planos para um futuro em que ela tenha estabilidade financeira.

*Zelza: Na verdade, eu penso em fazer concurso pro IFBA em dois mil e quin... dois mil e dezesseis, né? Então por isso senti a necessidade de ampliar o currículo, pra não ficar só com graduação pura. Então eu penso em fazer mestrado. [...] É... **ano que vem, quando eu, assim que eu passar no concurso eu vou tá dando entrada pra mudança de nome...retificação de nome e também tá fazendo algumas modificações no corpo, que vai ser a prótese que eu vou tá juntando dinheiro pra mim tá colocando em mim.***

Algo que é percebido na fala de Zelza é que quando ela se refere às mulheres trans que transitam na academia. Ela denomina transexual. Por outro lado, ao narrar história de mulheres que buscam ajuda da ONG que ela participa, mulheres que se prostituem e vivem em situações de vulnerabilidade, ela classifica como travesti. E ao falar de si mesma, em alguns momentos, como travesti, corrige-se imediatamente, mostrando que ela transita entre as categorias, ainda que não deseje.

¹³ A transição narrada pelas entrevistadas está relacionada à expressão da transgeneridade em seus corpos com o propósito de que suas identidades femininas sejam reconhecidas socialmente. Transicionar pode **ou não** envolver mudanças corpóreas através de hormonoterapia e/ou intervenções cirúrgicas, adoção de um nome que condize com sua identidade, utilização de roupas socialmente tidas como coerentes com o gênero. A experiência da transição que, em minha concepção, refere-se mais a algo interno, uma percepção de si mesma/o do que comportamentos externados, não acontece de modo igual para todas as pessoas, motivo pelo qual não me proponho a apresentar uma definição universalizante/taxativa do termo.

Julia Helena sempre se percebeu e foi percebida ‘diferente’, oriunda de uma família com cinco irmãs, mãe e pai, foi continuamente alvo de repressão do pai que notava a sua “diferença” em relação às normas e promovia o seu isolamento.

Julia Helena: Então, eu venho de cinco irmãs mulheres e minha mãe ainda se separou de meu pai, e com isso aí o lar era completamente feminino. Na casa tinha cinco irmãs mulheres e um que ninguém sabia o que era. **Era homem, era mulher, desde cedo mesmo era bem notável isso aí de perceber que não era um garoto porque a criação com meu pai foi bem opressiva, oprimiu mesmo. Então eu não podia ao mesmo tempo jogar bola e não podia brincar de boneca. Se me vesse com os meninos jogando bola, tá errado, tá com um monte de homem. Com as meninas tá errado. Então, na verdade, até eu mesmo não sabia nem o que eu era. Sem mentira aqui nenhuma, eu nem me percebia, porque eu dizia não gosto de bola, gosto de boneca, mas não posso. Então quem sou eu?** Até então aí. Aí quando minha mãe se separou de meu pai, que veio embora, ficou melhor, né? Porque aí eu podia construir um perfil, ou seja, eu não tenho mais um pai, só é mulher, acabei, na verdade, entrando naquela onda de ir brincando ali com as meninas, e pra minha mãe era normal, mas sempre tem aquela irmã que vai julgar, né? É errado. Aí então começou a guerra de novo. Aí é errado isso, é errado aquilo.

Após o nascimento da criança, seu corpo passa a ser produzido pelas tecnologias discursivas, a partir de proibições e afirmações. Quando o pai - que dentro da visão sexista de nossa sociedade representa uma autoridade ainda maior - ou a mãe apresenta as interdições, através de “verdades”, como “menino não chora”, “isso é coisa de bicha”, “comporte-se como uma menina”, o objetivo que se espera cumprir é o de garantir que aquela criança, sob sua responsabilidade, desempenhe o gênero com “êxito”. (BENTO, 2008)

É por meio do gênero que se produz a heterossexualidade, então quando o pai de Julia Helena a proíbe de brincar de bonecas, ele está tentando impedir que “seu filho” seja uma “bicha”. Ao impedir de brincar com os meninos, ainda que fosse uma brincadeira tida como masculina, ele está dificultando o “contato homossexual”, pois a vigilância sob Julia era redobrada, já que o seu comportamento não estava alinhado com as expectativas de gênero. A transgeneridade seria a materialização do impossível, o inominável. (BENTO, 2008)

À Julia Helena foi negada a sociabilidade, tanto com o dito mundo masculino quanto com o feminino. Desde a infância, ela foi posicionada na fronteira, primeiro pelo pai, depois por colegas e professoras/es. Na escola, Julia despertava a dúvida das/dos colegas e professoras/es, segundo ela “o povo percebia que era um garoto que era uma garota, isso aí era bem notável na escola. É um menino ou uma menina?”.

Em que pese Julia Helena admitir jamais ter tido uma “vida masculina”, fazendo tarefas e brincando com meninas. Ela jamais compartilhou suas dúvidas com ninguém, manteve-se em silêncio e estabeleceu estratégias para evitar perguntas e cobranças sobre a sua vida afetivo-sexual (inexistente), a exemplo do espaço que a religião ocupou em sua vida.

Julia Helena: Aí cresci na igreja até dez anos na Universal, com onze anos, foi o período que minha mãe, eu falei se separou de meu pai, aí foi o momento que eu conheci o candomblé, com onze anos isso, aí com onze anos eu conheci lá o candomblé, fui, acabei entrando, meu sonho era, eu falava em ser pai de santo, filho de santo. Mas essa questão minha com o candomblé que eu amava de paixão com quase doze anos é que eu via que a maioria dos pais de santo era homossexual, não era casado, então eu me identificava com aquilo. Então pra mim aquele ali era um meio de todo mundo me respeitar. Aí eu comecei a gostar –eu quero, eu quero isso aqui. Ninguém entendia nada o meu querer por aquilo ali, sendo que eu era uma criança, né? Sem nenhum entendimento e fiquei naquilo ali. Aí depois minha família também saiu. Com treze já, foi pra religião evangélica, aí foi onde eu entrei de vez pra lá. Então como eu falei, que eu usava como defesa também a religião por saber que o perfil daquelas pessoas era mais quieta, mais passiva, não precisava se casar, mas eu era uma pessoa que eu lia muito a Bíblia, gostava muito muito muito. Encontrei sim, parte algumas acusações que faz referente a isso, que os homossexuais não herdarão o reino do céu, que é pecado, mas em mim ficava mais aquela parte de, que a Bíblia tem uma parte que diz assim: se você faz algo que não te condena, então não é pecado. Então em mim não havia condenação, eu não conseguia me condenar por aquilo ali, aí foi aí que eu comecei realmente a sair.

Peter Fry e Edward MacRae (1985) informam que os candomblés são vistos como “lugares de bicha”, o que justifica com o número elevado de pais e mães-de-santo homossexuais/lésbicas. Os autores defendem essas comunidades religiosas como espaços de aceitação e acolhimento e relatam conhecerem casos de rapazes que foram expulsos de casa e voltaram a ser aceitos pelas suas famílias após alcançarem um grande prestígio religioso. “O candomblé, então, oferece a possibilidade de um jovem rapaz ou menina homossexual transformar seu estigma em vantagem” (FRY, MACRAE, 1985, p. 55)

Julia inseriu a religiosidade em sua vida de forma estratégica, todavia, enquanto o candomblé significou uma busca por respeito e prestígio, a transformação do “seu estigma em vantagem”, o cristianismo foi uma tática de camuflagem, uma fuga às expectativas e às cobranças de gênero e sexualidade, o que é reforçado em outro momento de sua fala:

Julia Helena: Aí resultado, quando entrei na faculdade já tava crente, né? Firme, até de paletó eu ia (risos), mas na verdade aquilo tudo ali era uma forma de se esconder porque a gente escuta tanto que é errado, né? É errado, é pecado, é pecado, é pecado. Então pra mim era uma forma de que ali eu não precisava ter namorada, que não ia cobrar de mim porque era crente, ah é crente, é santo, ta buscando a Deus. Então aquilo tudo ali fez com que eu me fortalecesse me escondendo ali. Foi até onde eu fui consagrado missionário, ano seguinte seria consagrado pastor, naquela vida ali, sem namorada, sem nada. Nem os próprios pastor chegava pra mim e perguntava porque ele percebia de alguma forma, mas achava as vezes que era alguém escolhido por Deus pra não ter relacionamento com ninguém, né? porque já tava com o que? Vinte e um anos e sem nenhum contato desde criança, nenhuma brincadeira de namoro, nada de forma de casal.

“Mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura.” (Foucault, 1999, p. 21).
Julia demonstra que, ainda que sua relação com o cristianismo tenha sido estratégica, o

discurso religioso cristão ocidental a capturou durante algum tempo, tanto que ela estabeleceu mais que um silêncio para as outras pessoas, a sua sexualidade foi censurada também para ela; e não há como ignorar que até mesmo a sua saída da igreja foi impulsionada/justificada a partir de uma passagem bíblica.

Quando saiu da igreja, Julia Helena já estava fazendo dois cursos de graduação, um em uma faculdade privada e outro na UFRB, quando deixou de usar os ternos de missionário e passou a ostentar um visual mais andrógino. As/os colegas se sentiam a vontade para perguntar, mas ela se mantinha em silêncio, até que, ao ser agredida por um grupo de jovens por ser lida como um “gay feminino”, assumiu uma homossexualidade que sabia não se identificar como tal, já que se sentia mulher.

Aí chegou a questão que **eu ainda tava na faculdade, houve o acontecimento de um caso de homofobia aqui na cidade, que eu fui agredido mesmo por homofobia**, tanto que na Universidade, que eu tava fazendo duas, eu tava fazendo pedagogia e tava na UFRB fazendo filosofia. Aí foi o momento da agressão que alarmou, porque aí eu fui, prestei queixa, comuniquei com o povo da faculdade, fizeram relatório, aí foram, saiu no site, tudo. Então agora chegou a hora que o povo descobriu, - ah então é homossexual. **Então nessa parte aí foi que, ao mesmo tempo que foi uma coisa que causou dor, mas causou alegria ao mesmo tempo. Porque oh o que aconteceu, a dor porque uma pessoa jamais quer ser agredido pelo que é, ainda mais sem tá fazendo mal a ninguém; e alegria foi porque todos sabiam agora de alguma forma o que eu era sem precisar falar nada e de uma forma que o povo não veio julgando, mas veio acolhendo naquele momento.** Então foi um momento que é o que eu digo direto, me trouxe dor e alegria porque ao mesmo tempo aconteceu ali isso de bom, que a família ficou sabendo de momento assim, - ah é, né? Mas é perigoso, precisa de acolhimento. [...] Mas, em mim, pra mim aquilo ali era alegria que o povo sabia que eu curtia algo diferente, mas a realização mesmo não tava presente porque não era aquilo que eu queria pra mim, ou seja, eu não queria me perceber naquela coisa só de homossexual, de simplesmente curtia pessoas do mesmo sexo, mas se vestir daquela forma, então aquilo pra mim não me representava, né? Pra mim só foi o início que me daria liberdade pra falar quem eu era realmente.

Julia foi nomeada e, mesmo não se sentindo representada, aceitou a classificação imposta, Zelza acredita que não dá “pra sair de um ponto pro outro” por questões familiares, Sellena traz o discurso de fluidez em sua autoidentificação de gênero. Percebemos, por razões diversas, nas três narrativas a passagem: homem cisgênero heterossexual – homem cisgênero gay – mulher trans. Não temos a pretensão de tratar esse como um percurso obrigatoriamente vivido por todas as mulheres trans, mas acho necessário destacar o quanto em uma sociedade com identidades tão fixas transitar entre os gêneros representa uma enorme dificuldade para quem vive o “processo”.

Assumiu-se mulher apenas no dia da formatura, sentindo-se plena. Antes disso, Julia viveu na fronteira sob os “olhares fixos, agressivos, confusos, penetrantes” que perguntavam constantemente: “Será um homem? Será uma mulher?” (BENTO, 2014a, p. 132):

Julia Helena: É o que eu falei, eu ainda tenho muita dúvida nessa questão de transexual e travesti, eu fico numa corda bamba mesmo, uma questão que eu digo que tanto lá que veio com uma tona, que é mulher mulher mulher, que quero ser operada, aí depois eu tranquilizo que malmente a vestimenta, que aquilo tá me fazendo feliz, é uma corda bamba, não vou mentir, nesse momento tô transitando. Estou em descoberta ainda se é pra lá se é pra cá. Mas naquele equilíbrio, né? Com medo de surgir algumas perguntas e a gente acabar entrando em conflito e o povo ficar em dúvida – ah, mas não falou isso, falou aquilo? Então é o que eu falo, ainda tô em momento de descoberta, tô caminhando.

Hoje, Julia ora assume a identidade travesti, ora apresenta-se enquanto mulher transexual, pois não consegue se inserir nas rígidas categorias inventadas pelas/os profissionais da saúde mental e ciências biológicas.

Julia Helena, apesar de se autoidentificar como mulher, não tem certeza se deseja passar pela cirurgia de transgenitalização, e assim, tem optado por evitar as cobranças de declarar-se enquanto mulher transexual, assumindo-se muitas vezes enquanto travesti. Segundo ela, durante muito tempo não teve contato romântico e/ou sexual, porém, ao iniciar a sua vida sexual, descobriu que seu pênis, assim como todo o seu corpo era uma fonte de prazer, talvez por isso não pense na cirurgia.

A forma como Julia se classifica, bem como os possíveis critérios que Zelza utiliza para diferenciar quem ela considera transexual ou travesti são desdobramentos da construção do dispositivo da transexualidade. Discursos proferidos na década de 1950 e ratificados pela medicina e pela justiça (desdobramento macro) são presentificados pelas nossas participantes na valoração que elas fazem de si mesmas e das outras pessoas trans (desdobramento micro) (BENTO, 2014a).

A história de Sellena tem outras singularidades. Até o terceiro semestre da graduação ela era lida e se compreendia como um homem cis homossexual, quando então entendeu a sua transgeneridade, sentiu-se logo à vontade para conversar com a mãe, o pai e o irmão sobre a sua “questão de gênero” e transicionou imediatamente.

Sellena: eu me recordo que realmente causou, que **eu causei um certo espanto, é... pras pessoas que conviviam comigo, tipo, eu comecei a... a fazer transição eu já estava do terceiro pro quarto semestre**, então as pessoas que já me conheciam, meus colegas de turma que eram no semestre já me conheciam, me conheciam pelo nome civil e pra passar entender, pra passar a entender, pra passar a compreender a minha questão de gênero, é... foi um tanto complicada, mas como eu já estava na academia, eles não foram tão invasivos porque aqui cada um é dono de si, né?

Sellena também não passou pela cirurgia de transgenitalização e demonstra bastante conforto com o seu corpo, vive um relacionamento com outra mulher, e se autoclassifica

como mulher trans bissexual, estando, portanto muito distante do ideal de transexual “benjaminiano”.

Sellena transita entre as categorias, colocando-se como mulher trans, transgênera ou travesti, dependendo do ambiente e do/a interlocutor/a, porém durante a entrevista não adotou sequer uma vez o termo transexual para se autodenominar, em evidente contestação a higienização e medicalização da sua ‘questão de gênero’. A fala de Sellena evoca os discursos da teoria queer, dos estudos culturais, é um resultado de sua inserção em coletivos de militância, grupos de pesquisa e encontros estudantis voltados para a discussão do gênero, que ela entende enquanto construção social.

As três participantes da pesquisa Julia, Sellena e Zelza compartilham do desejo de alteração do nome e do ‘sexo’ nos documentos sem que, para tanto, precisem se submeter à patologização de suas experiências. Enquanto mulheres trans negras, elas rejeitam o discurso médico, aproximando-se do discurso que defende a despatologização das identidades trans. O saber médico apaga a legitimidade da pluralidade, porém essa pluralidade emerge quando ouvimos as próprias pessoas que vivem a transgeneridade em seus corpos, é a partir de narrativas delas que buscamos traçar uma compreensão acerca das vivências trans.

Capítulo 3. *SUBORDINAÇÃO INTERSECCIONAL – SER MULHER TRANS E NEGRA*

3.1 Por que ainda precisamos falar em “raça”?

“Estamos entrando no terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado no fim dos séculos XVIII aos meados do século XIX. A consciência política reivindicativa das vítimas do racismo nas sociedades contemporâneas está cada vez mais crescente, o que comprova que as práticas racistas ainda não recuaram. Estamos também entrando no novo milênio com a nova forma de racismo: o racismo construído com base nas diferenças culturais e identitárias. Devemos, portanto observar um grande paradoxo a partir dessa nova forma de racismo: racistas e anti-racistas carregam a mesma bandeira baseada no respeito das diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista.”

(Kabengele Munanga, 2003, p.11)

A palavra “raça” tem sua etimologia no latim *ratio* e significa sorte, categoria, espécie. Seu conceito foi inicialmente utilizado pelas ciências naturais, na Zoologia e na Botânica, com o objetivo de classificar animais e vegetais e, posteriormente, transportado para justificar as relações de dominação/sujeição entre grupos sociais, ainda que não se vislumbrassem diferenças morfológicas entre os grupos.

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, ipso facto, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe (MUNANGA, 2003, p. 1).

A classificação da diversidade humana em raças desembocou “numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo” (MUNANGA, 2003, p. 2). No

século XVIII, a espécie humana foi dividida em três raças a partir do critério da cor da pele: branca, negra e amarela. No século seguinte, outros critérios morfológicos foram acrescentados na classificação humana: nariz, lábios, queixo, formato do crânio, entre outros.

Contudo, as pesquisas comparativas dos critérios classificatórios concluíram que “a raça não é uma realidade biológica, mas um conceito aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem” (MUNANGA, 2003, p. 5). Mas o que significa a não existência de raças humanas para a biologia? Segundo Guimarães (2008, p. 65):

Significa que as diferenças internas, digamos aquelas relativas às populações africanas, não são maiores do que as diferenças externas, aquelas existentes entre populações africanas e populações européias, por exemplo. Ou seja, é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. Dito ainda de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico. Ou seja, as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica.

A conclusão acerca da inexistência de raças não significa que os indivíduos são geneticamente iguais, apenas que as diferenças não são suficientes para que a classificação persista. É importante que se diga que o maior problema não está na classificação (inoperante) em si, mas na sua utilização com o objetivo de hierarquizar as populações a partir da relação entre o biológico e as qualidades morais, intelectuais, psicológicas e culturais, o que, infelizmente, ocorreu, desde o início.

Estabeleceu-se uma relação entre as características biológicas (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades morais/intelectuais/culturais. Os indivíduos inseridos na raça “branca” foram coletivamente considerados superiores em beleza, inteligência, honestidade, capacidade inventiva etc. às pessoas incluídas nas raças “negra” e “amarela”. Assim, os brancos foram decretados mais aptos a dominar as demais raças, principalmente a negra, tida como mais sujeita a escravização, por ser considerada a mais estúpida, emocional e desonesta (MUNANGA, 2003).

Percebe-se que a classificação hierarquizada da humanidade em raças, que desembocou na teoria da raciologia, tinha um conteúdo doutrinário, e como a utilização dessa teoria serviu de justificativa aos sistemas de dominação racial, o discurso passou a ser incorporado pelas populações ocidentais dominantes e, posteriormente, foi recuperado em

discursos nacionalistas que legitimaram as exterminações ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial.

Diante das consequências legitimadas pela raciologia, alguns cientistas sugeriram a abolição do termo “raça” dos nossos dicionários e textos científicos, porém tanto o conceito de raça, quanto os racismos persistem no imaginário e nas práticas cotidianas, bem como em trabalhos produzidos nas ciências sociais, enquanto construção sociológica:

Mas sabemos também que o termo “raça” não desapareceu totalmente do discurso científico. Não apenas do discurso da biologia, mas também de todos os discursos que insistem em explicar a vida social em concorrência com a sociologia. A biologia e a antropologia física criaram a idéia de raças humanas, ou seja, a idéia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Para ser sincero, isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência. O que chamamos modernamente de racismo não existiria sem essa idéia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que possibilitou a hierarquia entre as sociedades e populações humanas fundamentadas em doutrinas complexas. Essas doutrinas sobreviveram à criação das ciências sociais, das ciências da cultura e dos significados, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos. Depois da tragédia da Segunda Guerra, assistimos a um esforço de todos os cientistas – biólogos, sociólogos, antropólogos – para sepultar a idéia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica. O desejo de todos era apagar tal idéia da face da terra, como primeiro passo para acabar com o racismo (GUIMARÃES, 2008, p. 64-65).

Abordado a partir da ideia de raça, o racismo seria uma ideologia essencialista que se baseia na crença na existência das raças hierarquizadas por meio da relação entre o físico e o moral/intelecto/cultural. Segundo Munanga (2003), o racista não limita o conceito de raça a um grupo definido pelos traços físicos, mas sim como um grupo social com traços culturais inferiores ao grupo a qual ele se compreende pertencente. O racismo seria, desse modo, a ideia de que características morais e intelectuais derivam de caracteres físicos e biológicos.

Excluir o conceito de raça, portanto, não seria uma medida de combate ao racismo? Munanga (2003, p. 10-11) nos revela que “enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constitui um lexical mais aceitável que a raça”. Enquanto o conteúdo originário da raça é morfo-biológico, o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Assim, em se tratando da raça negra ou branca, existem diversas etnias.

Se Vacher de Lapouge inventa o vocábulo etnia, é, afirma ele, para prevenir um “erro” que consiste em confundir a raça – que ele identifica pela associação de características morfológicas (altura, índice cefálico etc.) e qualidades psicológicas –, com um modo de agrupamento formado a partir de laços, intelectuais, como a cultura ou a língua. Tais grupos sociais (que ele define simultaneamente como “naturais e factícios”) não podem, segundo ele, confundir-se com a raça, e até mesmo lhe são “mais ou menos opostos”, dado que se trata de agrupamentos que

resultam da reunião de elementos de raças distintas que se encontram submissos, sob o efeito de acontecimentos históricos, a instituições, a uma organização política, a costume ou ideias comuns (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 34).

Segundo Munanga (2003), a maioria dos/as pesquisadores/as das relações raciais e interétnicas utiliza o conceito de raça, não por defender a existência de raça biológica, mas para explicar o racismo, que ainda se baseia na ideia de raças hierarquizadas. Alguns substituem pelo termo etnia, por ser um conceito mais cômodo, mas que em nada altera a realidade do racismo:

[...] o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesma de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses (MUNANGA, 2003, p. 12-13).

Sem dúvida, tanto o conceitos de raça quanto o de etnia são carregados de intencionalidades, gerando, muitas vezes, dúvida se devemos falar em identidade racial, étnica ou étnico-racial. O seu uso vai depender da escolha do/a pesquisador/a e o importante é evitar o uso de tais expressões com o viés biológico e em contraponto a ideologia dominante de identidade mestiça/unidade nacional que fortalece o mito da democracia racial brasileira, que atrasou por anos o debate nacional sobre as políticas de ação afirmativa.

O conceito de raça é determinado pela estrutura global e pelas relações de poder que se estabelecem e, assim, os conceitos de negro, branco e mestiço têm significados que variam dependendo do local. Ser negro não significa a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil e na Inglaterra, por exemplo. E mesmo no Brasil, vai ter diferentes significações se estivermos na Bahia, em São Paulo ou no Rio Grande do Sul.

Guimarães (2008, p. 72-73) pontua que, nos Estados Unidos, todos os grupos étnicos são racializados por que “raça” é um conceito classificatório central para a sociedade americana. No Brasil, por outro lado, em termos de classificação social, a categoria predominante passou a ser “cor” e não “raça”:

Na sociologia acadêmica, o movimento interpretativo da realidade racial que se constitui no pós-1930 começou com o trabalho de campo de Donald Pierson, na Bahia, em 1939, e segue até o final dos estudos da Unesco sobre relações raciais. Nesse período, se formam duas interpretações. A primeira, que foi capitaneada por Pierson (1971), diz o seguinte: a sociedade brasileira é uma sociedade multirracial de classes. O que ele quer dizer com isso é que se trata de uma sociedade na qual as “raças” não eram propriamente “raças”, mas grupos abertos. Ou seja, a raça não seria um princípio classificatório nativo (ninguém teria raça nativamente, mas sim

cor); nem seria também um grupo de descendência. O modo de classificação por cor não fecha as portas para ninguém, não pesa quase nada nas oportunidades sociais, a sociedade seria uma sociedade de classes, uma sociedade aberta, em que negros, brancos, índios, mestiços, pessoas de qualquer cor, podem transitar pelos diferentes grupos sociais. Ficamos pensando se isso era uma construção ideal, ou se pretendia ser uma representação do real, porque sabemos por monografias, por etnografias, que certos clubes eram fechados, que certos lugares das praças públicas das cidades eram vedados aos negros, etc. Mas, o mais importante para nós é que Pierson inaugura uma outra retórica de raça, em que a palavra “classes”, já de domínio popular, ganha um sentido acadêmico, weberiano, sendo depois popularizada com esse novo sentido (GUIMARÃES, 2008, p. 72-73).

Viveríamos então em uma sociedade multirracial de classes, onde a cor seria um mero acidente (que não interfere nas oportunidades de ascensão social) e raça seria algo que por aqui não existe, e quem insistir nessa história de que no Brasil tem “raça”, seria a/o racista, afinal somos todos brasileiros, somos todos iguais! Isso se falava nas décadas de 1930, 1950, 1970 e ainda hoje se repete dentro e fora da academia.

Ainda assim, perceberemos que, enquanto as pessoas brancas ocupam uma posição hierarquicamente superior, as pessoas pretas e pardas são mantidas em posições inferiores. Mesmo que se note uma flexibilização no que se refere às diferentes tonalidades, o lugar de privilégio é sempre dos mais claros.

Portanto, ainda que se exclua o vocábulo “raça” das nossas falas, o racismo será facilmente notado nas presenças/ausências das pessoas brancas e negras nos índices de escolaridades, nos empregos ocupados (e nas taxas de desemprego), no protagonismo dos programas televisivos, na violência obstétrica, nos presídios, nas favelas, nos alvos de violência policial, nas vítimas de estupro em que o criminoso não foi condenado. Os exemplos não se esgotam.

É por essas e outras razões que ainda precisamos falar em raça, porque o racismo existe e se fortalece quando o negamos. Independente do termo adotado não é possível aniquilar as raças fictícias que se sustentam no imaginário. Desse modo, ao longo desse trabalho utilizaremos o conceito de raça, enquanto categoria social, por compreender o seu potencial crítico para desmascarar e analisar os racismos vivenciados pelas mulheres trans negras, aqui representadas nas narrativas de Zelza, Sellena e Julia Helena.

3.2 Mulher trans... e negra?

“Me achar bonita numa cultura em que padrões de beleza feminina brancos ainda são a norma, eu continuo achando desafiador. Me dizem que sou bonita há anos e

eu ainda não acreditei realmente em meu coração que eu sou. Eu tenho questões de meus traços serem “femininos o bastante” para alcançar os padrões do meu próprio olhar crítico duro bem como das percepções de outrxs. Pelos anos andando pelas ruas e não ser percebida como uma mulher não-trans, por exemplo, significaram para mim em minha mente que eu não sou “bonita o bastante.” Conforme eu fui evoluindo e crescendo eu percebi que passar e beleza não têm nada a ver uma com o outro. Mas nas muitas vezes que tenho contemplado a cirurgia de feminização facial (CFF) [FFS, facial feminization surgery], eu estou entristecida em confessar mas parte de meus desejos de parecer mais “bonita”, mais feminina eram para parecer mais branca. Eu estou começando a chorar enquanto escrevo isso. É duro admitir mesmo para mim mesma esse grau intenso de auto-ódio centrado em minha raça. E eu felizmente não tenho como pagar uma CFF. Tô num lugar agora onde me sinto bonita enquanto mulher negra. É algo com quem continuo lutando.”

(Laverne Cox, 2009)

Esse trecho está inserido em uma peça escrita pela atriz Laverne Cox em que relaciona a sua identidade trans com a sua mulheridade negra, mas poderia ser um desabafo de diversas outras mulheres trans negras, que muitas vezes buscam no embaquecimento o reconhecimento de sua feminilidade.

Em relação às sujeitas da pesquisa, Zelza, apesar de não perceber o racismo em suas relações interpessoais, incluiu ao seu processo de transição o alisamento do seu cabelo e com essa fala despertou minha atenção para observar que Julia Helena e Sellena tinham feito o mesmo.

Zelza: então eu precisava comprar um creme, pra comprar um shampoo, dar um relaxamento no meu cabelo, fazer escova, alguma coisa, então tudo isso requer o que? Financeiro, né? mudar minha aparência, né?

Assim, nas entrevistas que se sucederam questioneei se a escolha pelo cabelo escovado decorria de uma preferência estética, e obtive as seguintes respostas:

Sellena: então, eu acho que fez parte e somou muito com o meu ideal de feminino, assim, de certa forma existem alguns padrões do que é feminino, do que não é feminino e tal, né? Mas não que esses padrões sejam limites pra mim, mas quando, a fase em que eu me enxerguei melhor, mais lida de acordo com o meu gênero, mais exata em minha mente e de acordo com o meu corpo em si, não só o cabelo, mas quando eu comecei a fazer a hormonização, mas é, a questão do cabelo mesmo, **alisar o cabelo, escovar o cabelo, deixar o cabelo mais padrãozinho porque, é... de certa forma, essa tal passabilidade é uma questão de segurança, às vezes a gente alimenta, se apega a isso, né? porque, tipo, se eu for passável, eu vou tar segura em um ambiente, as pessoas não vão chegar pra me agredir assim com facilidade, a não ser que elas descubram, sabe? E elas só vão descobrir se você contar. Então passa batida como qualquer outra mulher padrãozinho**, aquele estilo americanizado, né? que a gente vê de meninas, mas eu tenho vontade de fazer transição de cabelo de qualquer jeito, de pintar, de fazer..., sabe? De deixar, quando ele crescer mais, quando tiver um alongamento melhor, enrolado, tanto que eu não uso alisante em si, entendeu? Eu uso produtos que com o tempo ele possa voltar a ficar natural, entendeu? Pra que ele possa fechar os cachos, mas até então eu não consigo me ver com cabelo cacheado e me sentir é... exata, de acordo com a minha aparência, sabe?

Julia Helena: na questão mesmo de travesti se aproxima mais do que busco escovado porque se eu deixar crespo natural fica em dúvida aquele padronizar do rosto. **Então devido a essa dúvida que vai criar, não saber se é homem ou se é mulher, eu prefiro optar pelo cabelo escovado, mas se fosse por mim mesmo, por liberdade de expressão, eu escolheria o crespo mesmo, o afro mesmo.** É estilo um compromisso, às vezes a gente não quer se maquiar, mas tem que se maquiar.

Julia Helena e Sellena buscam no cabelo escovado escapar do masculino, o cabelo natural traz para elas e para quem com elas conviviam a lembrança de uma imagem que elas tentam se dissociar. Há uma busca por um modelo feminino branco tido socioculturalmente como inquestionável por estar na norma, e elas, às vezes, querem estar na norma, pois é uma tarefa exaustiva convencer o outro todo o tempo que se é uma mulher. Em alguns momentos, elas querem passar despercebidas, não ter o feminino contestado e enfrentar as violências oriundas de serem vistas como mulheres trans, mesmo que isso custe a negação de marcas que evidenciem um determinado pertencimento étnico-racial.

Julia Helena: Na minha formatura eu tava de trança, riquíssima, loucona, cheia de trança, até porque era trança que eu usava como ele, né? Aí eu acabei usando na formatura também. Até isso o povo falou – por que não tirou essas tranças, não alisou esse cabelo? Logo o teatro foi logo isso – por que não alisou esse cabelo, não tirou essas trança? Porque o povo achou o que? Já que era mulher, era pra tirar, até peruca, o povo falou – por que não usou peruca? Queria que usasse porque aquele afro, tudo aquilo tava chamando atenção demais.

As colegas de Julia se dedicaram não apenas ao apagamento de seu gênero, mas também ao de sua raça, por ter optado por expor sua transgeneridade, ela não poderia chamar atenção demais, o que implicava em negar suas características étnico-raciais. Por que Julia

Helena deveria ser discreta no dia de sua formatura? Por que (as colegas de Julia consideram que) cabelos trançados chamam muita atenção e negam a expressão da mulheridade de Julia?

Há uma vigilância maior da identidade de gênero e da sexualidade das pessoas que transgridem as normas, uma delas, segundo Foucault (1999), é a discricção exigida entre certos locutores, sua existência está limitada a outros espaços. Em determinados ambientes, como nos ambientes educacionais, devem passar despercebidas: aproximar-se o máximo possível do padrão hétero, cis e branco, gays e lésbicas não devem ‘dar pinta’, pessoas trans devem ser passáveis, pessoas negras devem clarear a pele e alisar seus cabelos. Se a presença de Julia não pôde ser evitada, queriam que ela, pelo menos, fosse discreta.

Bell Hooks (2005a) nos dirá sobre o incômodo que as mulheres negras sentem quando as atenções são voltadas para os seus cabelos, na situação aqui exposta, o desconforto foi implantado pelas colegas de Julia. Ela deveria controlar, esconder, alisar os cabelos já que queria ser identificada como uma mulher.

Em incontáveis conversas com mulheres negras sobre o cabelo, Bell Hooks (2005a) constatou que um dos fatores decisivos para impedir o uso do cabelo natural ou trançado é o temor da desaprovação das outras pessoas. Em seus relatos, as mulheres que optam por não alisar os seus cabelos apontam a falta de apoio das/os familiares, amigas/os e parceiras/os amorosas/os e os conselhos, inclusive de pessoas estranhas, de que elas não ficam bonitas ou parecem descuidadas com o cabelo natural (HOOKS, 2005a).

Não podemos ignorar que a opressão racista presente em nossa sociedade e em seus múltiplos espaços interfere na produção dos corpos. Na formatura de Julia Helena, o racismo manifestado por suas colegas aparentemente influenciou na forma como ela passaria a usar o seu cabelo que, desde então, vem sendo alisado.

Julia Helena: **Eu ia voltar a usar trança, cabelo trançado, aí a roda de amigos logo falou: não usa não porque vai ficar parecendo aquilo de novo, aquele homem, não sabia que era homem ou mulher, podia ser tanto um quanto outro.** E uma coisa que em mim eu acabei gostando, acabei me adaptando e até mesmo se identificando com aquela questão daquelas roupas mais chamativas, mais sem forma, mas devido realmente a essa questão de mulher ter que ser mais padronizada, com menos, usar, **quanto mais se aproximar do padrão de beleza de uma mulher branca, logo na verdade, logo no popular na verdade agora, tô livre, porque é assim, as vezes a gente diz – rapaz, porque aquela negra se arruma mal.** Não é se arrumar mal, é uma roupa mais exótica, mais chamativa, mas embora alguns casos não parece ser tão feminina assim, meu gosto realmente era me vestir daquela forma ali, praquele tipo, mas, devido essa padronização de que tem que ta padronizada, então acaba às vezes recuando. **Até que tem vez que eu esculacho, deixo o cabelo preso, faço cocó e não to nem aí, mas às vezes eu procuro me controlar por causa de certos olhares.**

Ao assumir o cabelo trançado, Julia Helena ocupa o lugar nomeado de “aquilo”, pronome indefinido geralmente empregado para se referir a coisas, objetos. Esta foi a palavra utilizada pela roda de amigas e amigos de Julia Helena. “Aquilo” é algo inominado, não se sabe se é homem, se é mulher. Julia não quer gerar a dúvida, então ela se enquadra. Escovar o cabelo, no seu caso, é um passaporte para tentar ser inserida na categoria humana, como “exclusivamente mulher”, negando a fronteira ou o lugar da ambiguidade, sendo uma forma de tentar ser aceita pelo grupo, que não quer uma mulher trans negra que não esteja nos moldes da mulher branca tradicional.

Nilma Lino Gomes (2012), em seu artigo “Corpo e Cabelo como símbolos da identidade negra” defende que o cabelo e a cor da pele são mais do que dados biológicos, ambos são largamente utilizados como critério de classificação racial. A partir desse pressuposto, a autora se propôs a compreender como a estética corporal negra, em um país miscigenado racial e culturalmente, mas que se apoia em um ideal de beleza europeu e branco, expressam o conflito racial existente na sociedade brasileira. “O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito” (p. 3).

Desse modo, intento refletir sobre o cabelo como uma das linguagens que comunica e informa sobre as relações raciais. A sua manipulação e o sentido a ele atribuído pode ser usado para camuflar o pertencimento étnico/racial e o processo de construção de identidade negra, como pode também representar resistência e denúncia contra o racismo e uma busca pelo reconhecimento das raízes africanas. Desse modo, o cabelo e o corpo, no plano da cultura, foram transformados emblemas étnicos (GOMES, 2012):

Pegar no cabelo é tocar no corpo. Cabelo crespo e corpo negro, colocados nessa ordem, são expressões de negritude. Por isso não podem ser pensados separadamente. A antropologia ajuda a pensar como o corpo é visto em cada cultura e a entender esse corpo para além da sua fisicalidade orgânica e plástica, mas sobretudo como uma construção cultural, sempre ligado a visões de mundo específicas. As singularidades culturais são dadas também pelas posturas, pelas predisposições, pelos humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo. Por isso o corpo é importante para pensar a cultura. (GOMES, 2012, p. 9)

“A intervenção no cabelo e no corpo é mais que uma questão de vaidade, é identitária” (p. 3). As falas das entrevistadas reforçam esse argumento, em suas vivências, enquanto mulheres trans negras, percebemos um nítido conflito na construção de suas identidades raciais e de gênero. “O cabelo não é um elemento neutro no conjunto corporal” (Gomes,

2012, p. 7), é um sinal diacrítico que marca a negritude e a feminilidade. Julia e Sellena se percebem em um dilema: Suas identidades femininas têm implicado na camuflagem de suas identidades negras.

É preciso que nos perguntemos: Por que alisar o cabelo faz parte da transição dessas mulheres? Porque elas só se percebem e são lidas como mulheres quando estão com o cabelo alisado? Lavern Cox (2009, p. 2) atenta para o fato de que diariamente as mulheres negras sentem “nos olhares e desvios de olhar e nos tons das vozes das pessoas, em revistas de moda e outras representações midiáticas” a incessante depreciação de suas imagens:

Juntos racismo e sexismo nos recalcam diariamente pelos meios de comunicação. Todos os tipos de publicidade e cenas cotidianas nos aferem a condição de que não seremos bonitas e atraentes se não mudarmos a nós mesmas, especialmente o nosso cabelo. Não podemos nos resignar se sabemos que a supremacia branca informa e trata de sabotar nossos esforços por construir uma individualidade e uma identidade (HOOKS, 2005a, p. 7).

A construção da autoestima em uma sociedade que adota o padrão europeu como ideal de beleza é algo extremamente sofrido, especialmente para as mulheres negras que buscam, muitas vezes, o ocultamento de suas características, a exemplo do alisamento dos seus cabelos, com a esperança de diminuir o impacto do racismo em suas vidas. “Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco” (HOOKS, 2005a, p. 3). Nesse sentido é indispensável a reflexão trazida por Lélia Gonzales (1984, p. 234):

Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beijos em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leide e ficando com vergonha de ser preta.

Contudo, as falas de Sellena e Julia Helena nos direcionam a compreensão de que as representações culturais acerca das mulheres negras que se refletem nos espaços midiáticos, por exemplo, abalam mais que a autoestima dessas mulheres, a ferida é ainda mais profunda. Em nenhum momento elas disseram que alisavam o cabelo porque se sentiam mais bonitas, mas sim mais femininas, como em uma espécie de “rito de iniciação da condição de mulher” (HOOKS, 2005a, p. 1).

De um lado, a não representação de personagens que protagonizam as tramas e são valorizadas pelos atributos físicos e morais, de outro a objetificação, hipersexualização e

animalização nos espaços que lhe permitem ocupar; elementos que, juntos, desumanizam – retiram a mulheridade – (d)a mulher negra.

A representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica. Esta representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história (SOUZA, 1990, p. 28).

A negação do feminino às mulheres trans acontece, independente do grupo racial a que pertençam, são também objetificadas, animalizadas, exotificadas, hipersexualizadas e encontram no imperativo biológico uma das principais fundamentações de negativa para o direito de acessar o status de mulher ‘de verdade’.

Contudo, a objetificação ganha uma dimensão diferente no corpo de uma mulher trans negra. Por exemplo, não é uma novidade que dentre os estereótipos que compõem o corpo negro está a obsessão branca pelo pênis do homem negro que lhe garante uma superpotência sexual, “mas o que acontece nesse contexto cultural quando uma mulher negra está em posse daquele pênis mítico?” (COX, 2009, p. 2), ele se torna um entrave ainda maior para que essa mulher seja reconhecida socialmente de acordo com o seu gênero.

As mulheres trans em geral e as mulheres cisgêneras negras guardam similitudes de experiências opressivas e deslegitimadoras em uma sociedade cissexista de supremacia branca como a nossa. Contudo ser mulher trans e negra, diria Valeska Dominik (2014), a Miss T Brasil, é “sofrer duas vezes”, eu diria que o sofrimento é, na verdade, triplicado, e é por isso que precisamos realizar essa discussão a partir da interseccionalidade entre gênero, identificação de gênero e raça.

3.3 Discriminações sobrepostas – Uma abordagem interseccional

“Quando você é trans e negra você sofre duas vezes e o ataque é ainda mais forte. Por ser trans, te desrespeitam pela sua identidade e falam tudo o que as pessoas já sabem. Mas quando se é trans e negra... Bom, as pessoas me agridem de uma maneira que eu não gostaria de citar aqui. Hoje, posso dizer que sofro mais racismo que a transfobia. O racismo pesa mais, até porque ele vem do próprio mundo trans. A prova está quando eu fui eleita e... Os comentários de muitas trans estão aí na internet para

quem quiser ver. É triste porque acaba sendo um grupo discriminado discriminando o outro.”

(Valeska Dominik, 2014)

As visões tradicionais de discriminação racial e de gênero costumam partir do pressuposto de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. “A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade” (CRENSHAW, 2002a, p. 9). O grande problema dessa abordagem é ignorar que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas sim como grupos sobrepostos, a exemplo da primeira mulher negra a receber a faixa de Miss T Brasil. Valeska Dominik é mulher transexual negra e não tem como se despir de nenhuma de suas identificações sociais e lidar com uma opressão por vez, portanto sua vivência é compreendida a partir de uma abordagem interseccional.

O conceito de interseccionalidade é de autoria de Kimberle Crenshaw, professora, pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. Kimberle desenvolveu suas pesquisas pensando, principalmente, na intersecção das opressões de gênero e raça a que estão submetidas as mulheres negras.

Gosto de começar mencionando que a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições.

Meu trabalho também procura estabelecer pontes entre políticas desenvolvidas para eliminar a desigualdade racial e de gênero no contexto nacional. Muitas nações, como o Brasil e os Estados Unidos, têm promovido mecanismos de proteção legal contra as discriminações racial e de gênero. No entanto, quando as leis não prevêm que as vítimas da discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas da discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo o efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas (CRENSHAW, 2002a, p. 8-9).

A interseccionalidade, também descrita como “discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla (ou tripla) discriminação”, é uma conceituação que busca compreender a dinâmica entre dois ou mais eixos de subordinação, bem como refletir acerca das consequências que advém dos múltiplos sistemas discriminatórios na promoção de desigualdades e desempoderamento (CRENSHAW, 2002b).

A autora apresenta algumas colisões que atingem as mulheres negras: a discriminação contra grupos específicos, que é uma discriminação que busca as mulheres interseccionais; a discriminação mista ou composta, que é o efeito conjugado das discriminações de raça e de

gênero; e a discriminação estrutural, onde não há uma discriminação ativa, é o peso combinado das estruturas raciais e de gênero que marginalizam as mulheres que estão na base da hierarquia (CRENSHAW, 2002a).

Crenshaw (2002a) nos traz exemplos internacionalmente conhecidos de violência que ocorreram na Bósnia e em Ruanda, em que mulheres de um determinado grupo étnico foram estupradas e passaram por violências codificadas racialmente para explicar sobre a discriminação contra grupos específicos. Eu usarei um exemplo mais próximo, aconteceu em nosso país em abril de 2015: O caso Verônica.

Verônica Bolina, mulher trans e negra, ficou nacionalmente famosa quando suas fotos foram divulgadas na carceragem do 2º Distrito Policial, no Bom Retiro, em São Paulo. Em uma das imagens, Verônica estava com o cabelo bem curtinho, rosto completamente deformado de tanto apanhar, com os seios expostos, em outra ela estava deitada no chão com braços e pernas algemadas, vestindo uma calça rasgada na região das nádegas, enquanto outros detentos estavam em pé vestidos e virados para parede e um policial apontava uma arma de fogo para Verônica. E havia por fim a foto de um policial com a orelha sangrando, porém com um sorriso.

É preciso ser dito que, independente do crime que uma pessoa tenha sido acusada de cometer, o único direito que lhe pode ser cerceado é a liberdade. Cabe ao Estado à proteção de todos os outros direitos que são inerentes ao ser humano, a exemplo da integridade física e moral. Sabemos, infelizmente, que não é o que acontece, direitos humanos são violados todos os dias, todas as horas, mas há algo que se destaca nesse caso: Os policiais posaram para foto, expuseram (ou permitiram a exposição) o crime que eles, representantes do nosso Estado Democrático de Direitos, cometeram contra Verônica e o motivo para isso é bem simples, eles sabiam que não seriam socialmente rechaçados, afinal de contas Verônica Bolina não goza do status de ser humano, é uma mulher trans negra, portanto desviante da cisnormatividade branca.

Enxergamos aí um caso de discriminação de gênero e racial contra um grupo específico de mulheres, portanto é um exemplo de discriminação contra grupos específicos, que não teria a mesma configuração se ela fosse branca e/ou cisgênera e/ou homem. Por ser negra, recebeu o tratamento que os policiais costumam dar diariamente às/aos jovens negras/os, por ser reconhecida como mulher teve seus seios expostos e apresenta indícios de ter sido estuprada, por ser transgênera, não teve acesso a um cárcere feminino e teve seu cabelo cortado. E precisamos ir além: por ser negra, possivelmente foi lida como travesti, e

não transexual. Por ser lida como travesti, foi automaticamente julgada culpada pela sociedade, uma vez que a imagem que se alimenta de uma travesti é de uma pessoa que rouba, faz barraco e esfaqueia as outras, em síntese, uma marginal transtornada. Alguns comentaram que Verônica apanhou como um homem. Eu discordo, Verônica apanhou como uma travesti negra!

Em que pese o entendimento defendido de que a transexualidade é uma categoria geralmente destinada às mulheres trans que não acumulam outros marcadores de discriminação, como ser negra e pobre, por exemplo, é importante dizer que, para a perspectiva normativa, travesti e transexual, muitas vezes, são vistas como a “mesma coisa”. Não há um reconhecimento das singularidades das identidades trans em nossa sociedade.

Acontece que essa discriminação está invisibilizada nos movimentos políticos e das políticas de intervenção. Crenshaw (2002a) problematiza: “Por que é tão difícil incorporar essas questões de discriminação interseccional a algumas maneiras tradicionais de se pensar as discriminações raciais e de gênero?” Crenshaw (2002a) vai dizer que se pegarmos duas fotografias de uma marcha, nos Estados Unidos, uma em defesa das mulheres dos direitos ao aborto, notaremos que as líderes são brancas, e a outra pelos direitos civis veremos na liderança homens negros. Esse exercício pode obter o mesmo resultado no Brasil, e se o repetirmos em uma marcha organizada pela comunidade LGBT, é provável que quem esteja à frente seja um homem cisgênero gay branco.

Para que se consiga avanços de direitos, é propagada a ideia de que se deve priorizar uma questão de cada vez, e a pauta eleita em cada movimento é a do subgrupo dominante dentro do grupo marginalizado, e assim algumas questões ficam subincluídas. A subinclusão acontece quando um problema enfrentado pela parcela mais marginalizada é desprezado em função de não atingir a parcela dominante desse grupo.

Crenshaw (2002b, p. 175) destaca também o fenômeno da “superinclusão” ou “apropriação indébita”, que ocorre quando um problema específico da parcela mais marginalizada é encarado como um problema geral da comunidade. Em suma, “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (CRENSHAW, 2002b, p. 176).

As análises de gênero que não levam em consideração marcadores como a raça, dentre outros, contribuem para promover desigualdades, pois, do mesmo modo que defendemos que as mulheres estão sujeitas ao peso da discriminação de gênero, não podemos nos abster de

analisar que outros fatores referentes às suas identificações sociais (classe, casta, raça, cor, religião, geração, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, disposição geográfica) são “diferenças que fazem diferença” no modo como os variados grupos de mulheres experienciam a discriminação. Segundo Crenshaw (2002b, p. 173):

Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. Do mesmo modo que as vulnerabilidades especificamente ligadas a gênero não podem mais ser usadas como justificativa para negar a proteção dos direitos humanos das mulheres em geral, não se pode também permitir que as diferenças entre mulheres marginalizem alguns problemas de direitos humanos das mulheres, nem que lhes sejam negados cuidado e preocupação iguais sob o regime predominante dos direitos humanos.

A interseccionalidade, constantemente ofuscada, tanto por atingir aqueles/as que são marginais em grupos que já são subalternizados, quanto em razão de os paradigmas existentes não preverem de forma consistente a discriminação interseccional, surge como uma possibilidade de pensar nossas políticas e práticas de uma forma que sejam, de fato, inclusivas e produtivas, em que as demandas das mulheres trans negras, por exemplo, saiam da invisibilidade.

4 (SOBRE)VIVÊNCIAS EDUCACIONAIS – O CISHETEROTERRORISMO BRANCO

A produção dos corpos, gêneros e sexualidades é marcada por um terrorismo contínuo, que se faz presente a cada enunciado/insulto/piada trans-lesbo-bi-homofóbica. Aos insultos e invisibilidades reiteradas, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada.” (BENTO, 2008, p. 40)

A esse terrorismo contínuo, Bento (2008) nomeia de heteroterrorismo. Quando acrescento as terminologias cis e branco para me referir a essa prática terrorista – cisheteroterrorismo, estou propondo que a as normatividades compulsórias e terroristas também são voltadas para a produção de homens e mulheres cisgêneras brancas.

As práticas cisheteroterroristas brancas ocorrem por caminhos e instituições diversas, dentre elas as escolas, faculdades e universidades. Louro (2000) defende que a formação de homens e mulheres “de verdade”, novamente leia-se cisgêneras, heterossexuais e brancas, é o investimento base da escolarização. A escola tem a função de estar atenta e retardar a sexualidade, mas a vigilância deve ser redobrada e a punição severa quando se percebe um afastamento da norma cisheterossexual.

Destaco que a intenção não é atribuir à escola o poder e a responsabilidade de determinação definitiva das identificações sociais, até porque algumas pessoas não passam pela instituição escolar. Ainda assim, é necessário reconhecer que suas imposições e proibições compõem parcela significativa das experiências pessoais, principalmente nas sociedades urbanas, que apostam bastante na educação formal, criando mecanismos legais (como determinações presentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente) e morais para que todas/os enviem e busquem a permanência de suas/seus filhas/os nas escolas, sendo o tempo de estudo (formal), inclusive, um marcador de diferença. (LOURO, 2000)

Luma Nogueira de Andrade (2012) nos convida a refletir sobre a Pedagogia Jesuítica, enquanto primeira experiência de organização educacional no Brasil colonizado. O primeiro esboço de nossa política educacional era formado por um Código de ensino composto por regras voltadas para a organização e administração escolar, com orientações referentes à hierarquia, à responsabilidade, às condutas de cada um dos membros da Companhia e à pedagogia que prezava pela rigorosa observância da doutrina católica.

A hierarquia naquele momento remontava a uma pirâmide em que o papa e o Provincial Geral estavam no topo, enquanto os alunos – índios ou descendentes dos colonizadores – constituíam a base; o manual de administração era formado pelo trinômio “estudar, repetir e disputar” e as práticas pedagógicas remetiam à escolástica medieval. (FONSECA; MENNARDI, 2010, p. 35 apud ANDRADE, 2012, p. 126).

Andrade (2012) faz essa digressão para pontuar que, ao observar a estrutura de uma escola, quando se pensa nos currículos, ao refletir sobre as relações interpessoais, ainda se visualiza o arquétipo do rei e do papa no topo piramidal, “a ideia de reitoria, de prefeitura e de administração colonial, o paradigma do poder centralizado, a onipotência do trono, a ideia de realeza, de santidade, de magnificência, de monarquia” ainda é presente em muitas escolas brasileiras.

É nesse sentido que podemos ver na escola o simbolismo da cidade e da colônia, o espaço visto como sinônimo de domínio e de dominação, como palco de hierarquias (reais e simbólicas) que ajudam a legitimar a autoridade e o autoritarismo do chefe e, no outro extremo, a subordinação dos súditos (alunos e professores). Mas não estamos falando somente de hierarquia, estamos falando de maniqueísmo; é uma pedagogia do bem e do mal, do certo e do errado, uma educação bipolar que envolve a catequese e suas formas de proteção, de salvação e, conseqüentemente, de destruição. A escola ensina ou se propõe a ensinar uma programação de conteúdos e de valores morais, se apresenta como portadora de boas intenções, fala em nome de Deus e da família, em nome do rei ou do Estado, em nome do progresso e da civilização (ANDRADE, 2012, p. 127).

O poder disciplinar separa, analisa, diferencia, “adestra” e fabrica indivíduos, o seu exercício impõe um jogo em que “o olhar esteja alerta em toda parte” (FOUCAULT, 1999, p. 162), é preciso que se exerça uma “vigilância permanente, exaustiva” (ibid., p. 176).

As instituições educacionais se servem da disciplina como uma ferramenta essencial para um fim determinado: a produção de corpos dóceis, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (FOUCAULT, 1999, p. 118). Assim, nas escolas, o/a diretor/a, as/os professoras/es, as/os funcionárias/os e, até mesmo, as/os estudantes estão integradas/os à teia de poder, onde controlam, através de olhares vigilantes, uns/umas aos/às outros/as (ANDRADE, 2012).

Esse controle observa, classifica, através de um sistema binário – o normal e o anormal -, e penaliza os corpos cujo comportamento se afasta do que se deseja como padrão de gênero, sexualidade e raça. E caso esses corpos não se ajustem, eles devem ser excluídos. É preciso nos despir dessa ideia romântica da escola. Para muitas/os, ela não representa as melhores memórias, os anos mais felizes, mas sim um espaço de violência, castração e exclusão.

Sendo identificadas/os como anormais, as/os estudantes LGBT's, sobretudo as travestis, passam a ser vítimas de diversas formas de violência, o que é amplamente aceito como um método adequado de correção da anormalidade. A pressão é tão grande, que muitas/os sucumbem, seja ocultando sua identidade, desistindo de frequentar a escola ou ceifando a própria vida (ANDRADE, 2014).

A aproximação percebida entre as nossas escolas nos dias atuais e a escolástica medieval tem ainda como reflexo a colocação no topo e no centro da cultura branca. Os principais instrumentos de trabalho das educadoras e dos educadores, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais são compostos, não apenas por conteúdos viciados no que se refere ao gênero e a sexualidade, mas também no que concerne aos povos e culturas não-ocidentais, constantemente depreciados (MUNANGA, 2000).

Nas escolas as datas comemorativas e fatos históricos estudados reforçam a superioridade do branco, a citar: Páscoa, enquanto festa religiosa cristã; a Abolição da escravidão, 'concedida pela bondosa princesa branca que teve compaixão dos negros'; 20 de novembro, dia da consciência negra, por outro lado, não é feriado; Zumbi não é apontado como herói. Como pode a criança negra construir uma autoimagem positiva, quando seu patrimônio cultural é negado? (SHÜTZER, 2013).

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos descritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações (SILVA, 2000, p. 22).

Uma noção singular de gênero, raça e sexualidade vem norteando os currículos e as práticas escolares. Nesse sentido, as escolas, as ciências, as narrativas e textos relevantes assumem sempre a identidade central –homem, branco, heterossexual e cisgênero – como referência, e as produções de cultura que não ocupam esse lugar de centralidade são excluídas dos currículos ou ocupam a posição de exótico e acessório. (LOURO, 2013a)

Há décadas os movimentos feminista, negro e LGBT acusam a ausência nos currículos escolares de suas histórias, questões e práticas. Na maior parte das vezes, a resposta oferecida a essas denúncias não ultrapassam o reconhecimento retórico das ausências e a inclusão no calendário escolar de uma data comemorativa: “dia do índio”, “dia da consciência negra”, etc.

Como resultado, escolar infantil e cursos fundamentais reservam alguns momentos para “contemplar” esses sujeitos e suas culturas, enquanto professoras e professores bem intencionados se esforçam pra listar as “contribuições” desses

grupos para o país – sua parcela na formação da música ou da dança, sua colaboração nas atividades econômicas ou nas artes etc. Nas escolas secundárias e superiores, reveste-se o evento com as roupagens adequadas para a faixa etária correspondente: promove-se um ciclo de palestras, convida-se um “representante” da minoria em questão ou se passa um filme seguido de um debate e com tais providências dá-se por atendida a tal ausência reclamada. As atividades – sejam quais forem os objetivos ou intenções declarados – não chegam a perturbar o curso “normal” dos programas, nem mesmo servem para desestabilizar o cânon oficial. Momentaneamente, as Culturas (com C maiúsculo) cede um espaço, no qual manifestações especiais e particulares são apresentadas e celebradas como exemplares de uma outra cultura. Estratégias que podem tranquilizar a consciência dos planejadores, mas que, na prática, acabam por manter o lugar especial e problemático das identidades “marcadas” e, mais do que isso, acabam por apresentá-las a partir das representações e narrativas construídas pelo sujeito central. (LOURO, 2013a, p. 47)

O mito de democracia racial, segundo o qual não existe racismo nem barreiras sociais provenientes das diversidades étnico-raciais no Brasil, somado ao eurocentrismo, contribui para o despreparo da escola em lidar com as manifestações de discriminação cotidianas nas salas de aula. Muitos/as professores/as e diretores/as, diante das violências vivenciadas por alunos/as negros/as, silenciam-se ou assumem uma postura racista.

Silva (2000) observa que os/as professores/as internalizam e reproduzem o racismo que trazem de suas formações, apresentando, muitas vezes, uma baixa expectativa em relação à capacidade intelectual das/os alunas/os negras/os e demonstrando desprezo pelos seus atributos físicos, como, por exemplo, os cabelos crespos, aos quais julgam descuidados e sujos.

Como diria Munanga (2000), sem minimizar as questões sócio-econômicas, não precisamos ser profetas para relacionar o preconceito do/a professor/a (diretor/a, e colegas discentes), sua incompetência em lidar com as diferenças, o conteúdo cisheteronormativo branco dos materiais didáticos, o apagamento e a repressão das identidades dissidentes com o desestímulo, o índice de repetência e evasão escolar elevados das mulheres trans negras.

Àquelas que resistem aos anos de violência no espaço escolar, sob a esperança de que o cenário no Ensino Superior seja diferente, a chance de decepção é grande, uma vez que vemos nas universidades e faculdades a reprodução das opressões vigentes na sociedade como um todo.

Quantas vezes ouvimos pronunciar, até por pessoas supostamente sensatas, a frase segundo a qual as atitudes preconceituosas só existem na cabeça das pessoas ignorantes, como se bastasse frequentar a universidade para ser completamente curado dessa doença que só afeta os ignorantes? Esquecem-se que o preconceito é produto das culturas humanas que, em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros. Esta

maneira de relacionar o preconceito com a ignorância das pessoas põe o peso mais nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade (MUNANGA, 2000, p. 18).

Para Guimarães (2003), o retrato da política educacional brasileira é resultado do abandono estatal da educação nos governos democráticos que sucederam o regime militar (1964), onde se vislumbrou o seguinte cenário: ensino público universitário estagnado e expansão do ensino privado. A presença do governo federal no ensino superior, no que concerne ao alunado, entre 1985 e 1998, caiu de 40% para 19%.

A expansão do ensino privado fundamental e médio ocorreu garantindo qualidade ao serviço ofertado – “a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço” (CHAUI, 2003, p. 6) -, as escolas particulares cooptaram ótimas/os professoras/es e investiram em suas estruturas. Já no nível superior, a iniciativa privada não se mostrou capaz de ofertar um ensino que equivalesse ao da rede pública, uma vez que o curso da formação acadêmica e da pesquisa científica exige grandes investimentos.

Assim, as filhas e os filhos das famílias de classe média e alta passaram a cursar o ensino fundamental e médio nas escolas particulares e ocupar, por meio de provas concorridas (vestibulares) realizadas em um contexto de grande desigualdade de formação, a universidade pública. Enquanto as/os jovens negras/os, oriundos da rede pública, tinham de recorrer às faculdades privadas para ter acesso ao ensino superior (GUIMARÃES, 2003).

O problema do acesso da/o negra/o brasileira/o às universidades apontam para duas questões estruturais: a pobreza das/os negras/os e a baixa qualidade da escola pública. Contudo, o desempenho inferior das pessoas negras em todas as classes socioeconômicas sugere que elementos subjetivos, como um sentimento de baixa autoconfiança, também influenciam no desempenho de grupos oprimidos.

A partir do governo Fernando Henrique (1995-2003), diante da impossibilidade de defender a ideia da democracia racial e pressão de ONGs negras nos fóruns internacionais, observou-se um início de atenção às ações afirmativas pleiteadas pelos setores do movimento negro. As desigualdades raciais eram facilmente comprovadas pelas estatísticas oficiais, ações que foram fortalecidas nos anos seguintes, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (GUIMARÃES, 2003).

Segundo dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que pese o crescimento exponencial da inserção das/os jovens negras/os na última década (16,7% para 45,5% entre 2004 e 2014), a proporção não atingiu nem mesmo o número de brancos há dez anos (47,2% em 2004 e 71,4% em 2014). Entre 2000 e 2010, o acesso da

população negra ao ensino superior cresceu 232%, mas apenas 26% das/os alunas/os das universidades do país e menos de três por cento das/os formandas/os são negras/os (SALES, 2015).

O aumento da presença de estudantes negras/os na Universidade é atribuído à política social de implementação de cotas raciais. Há a propagação de ideias de que a qualidade das universidades vai ser degradada com a presença das/os cotistas, que as/os negras/os estão roubando as vagas de brancos que se esforçaram, que fere a igualdade preconizada na Constituição Federal e que no Brasil não dá para saber quem é negra/o.

Eu poderia discutir as referidas ideias, apresentando posicionamentos que as rebatem (e há uma vasta literatura nesse sentido), mas o ponto em que quero chegar é outro: como a propagação desses pensamentos influenciam na vivência das/os alunas/os negras/os. A Universidade se torna mais um espaço em que as pessoas negras são desacreditadas cotidianamente. Não é de surpreender que menos de três por cento dos formandos sejam negros/as.

A desigualdade racial se manifesta, portanto, no acesso e na permanência no Ensino Superior. E se prolonga no mercado de trabalho: de acordo com o IBGE, para cada R\$100,00 recebidos por um homem branco, um homem negro com a mesma formação e na mesma função recebe R\$57,40 e uma mulher negra recebe R\$38,50 (REVISTA FORUM, 2016).

No que se refere à presença de mulheres trans no Ensino Superior, como já dito neste trabalho, não tenho acesso a pesquisas oficiais ou publicações científicas que apresentem números de acesso, permanência e evasão, porém podemos usar como recurso as nossas memórias: quantas colegas e professoras transgêneras tivemos na escola, na graduação, na pós graduação, em cursos técnicos, e quaisquer outros espaços formais de educação?

Em setembro de 2013, aconteceu na Universidade Federal da Bahia (UFBA) uma apresentação acadêmica “em que a cisgeneridade enquanto conceito, e os transfeminismos enquanto perspectivas teóricas, políticas e acadêmicas, estiveram em pauta”. A apresentação foi ilustrada em matéria escrita e divulgada pela redação do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) (SIMAKAWA, 2015, p. 87).

O evento contou com a participação de Tatiana Lionço, autora de uma das primeiras teses de doutorado sobre transexualidade no Brasil. Lionço realizou algumas explicações, como o fato de que algumas pessoas, por ela ser cisgênera, lhe negam o direito de discutir sobre questões trans. E prosseguiu dizendo que ela não podia ser acusada deste pecado, pois

naquele momento não havia pessoas trans para falar por elas próprias e que, caso fosse um pecado, ela repetiria, pois agora pesquisa sobre intersexos.

Simakawa (2015, p. 80) pondera que mais do que analisar nessa perspectiva que intitula de “um viés um tanto que católico” do cometimento (ou não) de pecados de pessoas cis estudar sobre temáticas relacionadas a pessoas trans, seria importante discutir sobre quais as operações de poder que produzem a relativa inexistência de pessoas trans na academia. E esse é o objetivo traçado para este capítulo, compreender como as “discriminações e obstáculos sistêmicos (i. e., institucionalizados)” afastam as mulheres trans negras do ensino superior.

4.1 Expulsão informal e as formas de resistência à exclusão na educação básica

Em que pese à inexistência de dados oficiais, há um número que ronda a experiência educacional das mulheres trans. Frequentemente escutamos de ativistas que os índices de evasão escolar desse grupo, de acordo com a Articulação Nacional de travestis, transexuais e transgêneros (ANTRA), aproximam-se de 80%, ou seja, quase 80% das mulheres trans não conseguem concluir o Ensino Médio, o que significa que um número ainda maior não ingressa no Ensino Superior, estima-se que menos de 5% das mulheres trans estejam presentes nas universidades e faculdades brasileiras (EDUCAÇÃO TRANS, 2013).

Dizer que uma parcela tão significativa de um grupo abandona os estudos me parece injusto, é preciso assumir que há uma expulsão sistemática das mulheres transgêneras dos espaços educacionais, ao qual Andrade (2012) nomeia de processo de evasão involuntária induzido pela escola.

Zelza me relatou na entrevista que, na sétima série, se cansou das violências que sofria em sala de aula.

Zelza: Aí quando eu fiz... quando eu cheguei na...na...na... na sétima série, é... eu tive um desentendimento com um colega no qual ele me ofendeu muito, né? disse vários palavrões, coisas absurdas falando sobre a minha transexualidade, aí eu fui, desisti da escola, desisti um ano, chorei muito, contei pros meus irmãos que era muito preconceituoso, meus irmãos foi lá, queria bater nesse menino. Foi aquele babado todo, minha mãe foi lá, conversou com o diretor da escola e... e aí eu que preferi por conta própria desistir, é tanto que a minha turma se formou um ano antes de mim por conta de que eu tinha desistido. Então, assim, esse menino me ofendeu muito com palavras obscenas, dizendo que eu queria tomar lugar de mulher, que eu era coisa do diabo, que na bíblia, é... Deus não fez isso, que isso é invenção, coisa da minha cabeça, que era pra eu me tocar, ninguém nunca ia me olhar, nossa, me rebaixou mesmo, que gerou até violência física entre eu e ele, brigar mesmo de..de... corporal, porque eu também não levava nada

de ninguém pra casa não, viu? Eu era assim, eu era sempre assim, quieta, no meu lugar, não mexa... não mexa com quem tá quieto, sabe?

Ela nos diz que desistiu por conta própria, mas não é o que percebemos em sua fala. Essa é uma das formas como a expulsão informal se manifesta, através do insulto proferido pelo colega e do silêncio das autoridades educacionais.

Em que pese o Brasil ser um Estado Laico, os discursos religiosos cristãos tem um aspecto relevante na vida social brasileira. É notável a presença da religião na política, na mídia, nas escolas. A participação de lideranças religiosas nas instâncias decisórias do país faz com que tais discursos tenham ainda mais força para circular socialmente e se fazer presente, por exemplo, na fala do colega de Zelza, que aliou ao discurso respaldado pela ciência (o médico-patologizante), o discurso religioso para deslegitimar a identidade de Zelza. (NATIVIDADE, 2013)

Infelizmente essa não foi uma cena inédita na vida de Zelza, ela ouviu isso de outras/os colegas e de algumas/ns professoras/es nas escolas que frequentou. Não podemos dizer então que o processo pelo qual ela passou foi simplesmente de evasão escolar, uma escolha individual. “Há um processo de expulsão, e não de evasão”, enfatiza Bento (2011, p. 555), e concordo com esta análise. Uma expulsão informal, pois as pessoas trans não recebem das/os diretoras/es um documento informando que elas não podem frequentar a escola, mas o cotidiano marcado pela intolerância transfóbica cumpre o mesmo papel.

Zelza voltou a estudar, em outra escola, “e aí quando você muda de escola, é tudo de novo, os mesmos embates, as mesmas frustrações, os mesmos impasses” (Zelza). As violências se repetiram de modos variados, desde a resistência de professoras/es em chamá-la pelo seu nome até confrontos diretos em que ouvia os mesmos discursos manifestados pelo colega na sétima série, “parece que eram da mesma igreja”, ironiza Zelza.

Zelza: Só que como eu te falei, né? como eu sempre tive o desejo de... de... de terminar o meu Ensino Médio, então, assim... me afetava em determinados momentos, mas não era pra mim desistir, que como eu desisti na sétima série, entendeu? Eu pensei em largar tudo no terceiro ano e ia viver de prostituição, só assim eu não fico ouvindo bla bla bla de professor, tendo que brigar com um e com outro. Em vários momentos eu pensei em desistir, até no Ensino Médio mesmo e no Superior.

Ouvindo Zelza, percebemos que sua experiência no Ensino Fundamental e Médio foi exaustiva a ponto de ela ter cogitado ‘largar tudo no terceiro ano e viver da prostituição’. Segundo a ANTRA, 90% das mulheres trans estão na prostituição, este parece ser o único lugar que lhes é permitido ocupar, escapar dele é extremamente doloroso (EDUCAÇÃO

TRANS, 2013). Mas Zelza realizou o sonho, terminou o Ensino Médio, e seu dia de celebração, a cerimônia de formatura, foi marcado por mais uma violência:

Zelza: Aí colo grau, ou, termino o Ensino Médio, quando vou pegar meu diploma ainda com o nome soci... é... de registro, quando ela foi entregar os boletins aí fez aquela formação, aí todo mundo se arrumou, né? pra receber e tal, foi tipo uma cerimoniuzinha, fui bem feminina, por sinal, comprei um vestido belíssimo pra mim ir, e aí **na hora de falar meu nome, aí falou “X” (nome que consta no RG) Silva Nascimento, e eu lá de vestido, aí pra mim levantar pra ficar todo mundo sorrindo pra minha cara, eu fiquei morrendo de vergonha, mas aí eu fui com aquele ódio no coração, assim, mas eu tinha que ir pra pegar, ao que... até afim de dar um discurso, né, por conta da heteronormatividade e falar realmente algumas coisas, só que assim, eu achei que aquele momento não me cabia, que aí eu fui internamente depois, porque eu já tinha conversado antes “olhe professor, você que vai fazer a cerimônia, você poderia me chamar de Zelza e me entregar pelo meu nome de registro que é “X”, não tem problema, o que importa é o que tá dentro do papel que é só eu que vou saber o que tá ali, não precisa ninguém tá sabendo”** aí segundo ele tinha esquecido, depois me pediu desculpa, mas já tinha acontecido a cena e foi muito constrangedor, e eu até pensei de não ir receber, deixar lá e de lá sair, mas pela questão do grupo, pela questão do coletivo, porque eu sou mais de coletivo, não sou muito de individual, né? eu fui pegar, mas assim com muita raiva, com muito ódio, com muita frustração, com muito tudo, sabe...?

Observamos que houve uma preparação por parte de Zelza para esse momento, desde a compra do “vestido belíssimo” ao cuidado de pedir ao professor que a chamasse pelo seu nome. Ao chamá-la, todavia, ele optou por um nome que não a representava, ainda que ela estivesse diante dele “bem feminina”, o professor negou a sua existência, tal qual o colega da sétima série. Ele, de um modo diferente, passou a mesma mensagem: isso é invenção, é coisa da sua cabeça.

Zelza pensou em não levantar, não queria enfrentar as pessoas rindo dela, cogitou fazer um discurso problematizando a heteronormatividade, mas achou que não cabia. Levantou e pegou o tão batalhado diploma, que naquele instante teve gosto de vergonha, raiva, ódio e frustração.

A narrativa de Zelza nos mostrou que a sua educação escolar ocorreu durante a infância e adolescência em colégios públicos. Sua mãe, sozinha, precisava sustentar oito filhas/os, o que, em alguns momentos significou precisar ir andando até escola (a distância equivalia à uma hora de caminhada) sem ter se alimentado. Esse é o retrato de várias famílias negras em nosso país, onde raça e classe se encontram tão imbricadas. Mas, em sua narrativa, esses eram elementos que a faziam resistir, estudar lhe possibilitava merendar, levar comida para casa e sonhar com uma ascensão social.

Zelza: tinha uma merendeira lá que era minha amiga, e às vezes ela guardava pra mim trazer pra casa, “oh Zelza, vou te dar hoje pra você levar, pra você comer de noite”, porque eu sempre assim, eu me apegava a essas pessoas que eu sabia que tinha condição de me dar pra mim trazer, eu não contava minha situação pra qualquer um, porque determinadas coisas não cabe a determinadas pessoas saber, porque as vezes fica te chacotando “ah, não tem nem o que comer em casa”, né? te... te resenhando no meio de amigos e tal, e aquilo também traz uma ira pra dentro da gente. **E aí, eu conversando com essa... com essa... merendeira, algumas sobras ela me dava pra mim trazer, aí “oh mãe, hoje eu trouxe isso pra gente é... pra almoçar de noite, é... que eu sei que às vezes você não vai ter dinheiro”, aí mainha dizia: “até me dói você ir pra escola com fome, tal, não sei o que”. Aí, mesmo assim, não usei... nunca utilizei isso como um objetivo pra não desistir.**

As dificuldades vivenciadas por Zelza estão entre as principais justificativas encontradas em pesquisas para evasão escolar. Ela tem orgulho de dizer que jamais faltou um dia de aula ou pensou em desistir por essas razões, o que a fez perder duas semanas de aula foi uma infecção urinária por não usar os banheiros da escola e o que quase a retirou do já reduzido grupo de mulheres trans que ingressam no ensino superior foram os ataques transfóbicos de colegas e professoras/es.

4.2 O apartheid de gênero e o não lugar no ensino superior

Em relação ao ingresso no ensino superior, Zelza resistiu, terminou o ensino médio, venceu as frustrações, prestou vestibular para o curso de Licenciatura em Educação Física na Faculdade União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME) em Itabuna e, por ter sido aprovada na primeira colocação, recebeu uma bolsa que lhe concedia um desconto de 50% do valor da mensalidade.

A distância entre Ilhéus, onde Zelza mora, e a UNIME, que já é na saída de Itabuna, é de quarenta quilômetros, o que implicava na obrigatoriedade de pegar transporte diariamente, custo que Zelza não podia arcar. Desse modo, ela precisou pensar em uma estratégia que não a forçasse a desistir do curso.

Zelza: só que aí eu conheci algumas pessoas, essas pessoas, na verdade, elas foram assim, é... perfeitas da minha vida porque elas, na ver, é..., moravam em outras cidades, Canavieiras e Una, e eles tinham transporte que a prefeitura dava porque Ilhéus na época não dava, se você quisesse você teria que pegar uma van e pagar assim, absurdos, horrores de dinheiro pra se deslocar. Como eu não tinha condições financeiras pra investir, é... Eu tive que ir na cidade de Una e Canavieiras, conversar com os secretários, que eu era...aí eu falei da minha transexualidade e que eu necessitava desse transporte pra mim estudar, conseguir um nível superior, porque pra mim, aí eu comentei um pouquinho da minha vida, mais ou menos do que eu passei, aí eles se comoveram com a situação e me deu carta branca, aí eu fiquei pagando uma pequena taxa, entendeu? E eu cheguei por volta das dez e me...onze horas aqui e daqui pegava um dos últimos ônibus pra ir pra casa, então... então nessa

trajetória tinha... teve vez de ônibus quebrar, que a gente sabe que a gente passa esses perrengues, que é estudante, né?

Esta narrativa me remete à trajetória de Luma Nogueira de Andrade, primeira travesti doutora no Brasil, ao compartilhar sua história de vida relata o quanto se destacava nos estudos, foi a melhor aluna da turma no Ensino Fundamental, foi convidada a estudar em uma escola particular no Ensino Médio com bolsa integral – continuou na escola pública e se destacou nas duas instituições onde estudava concomitantemente, e, no Ensino Superior, conquistou uma bolsa de pesquisa por apresentar a melhor proposta de trabalho da Universidade Estadual do Ceará. Já formada, trabalhando e cursando o mestrado, foi a única aprovada no concurso para professora do estado com quatro vagas em biologia (ANDRADE, 2014).

Os estudos seriam um alibi para diminuir as cobranças do pai em relação à ausência de uma namorada, “este não é o momento de namoro, mas para estudar, buscar um futuro melhor”, era a resposta de Luma reproduzida por sua mãe; funcionariam também como uma forma de alcançar espaços não ocupados por uma travesti e, por fim, tratava-se de uma estratégia de garantir o respeito e proteção de seus/suas colegas (ANDRADE, 2014, p. 76).

Zelza mais uma vez superou os percalços que poderiam interromper o seu percurso educacional. Porém, assim como nas escolas pelas quais passou, ela precisou lidar com uma dose extra de dificuldade.

Zelza: Teve um menino que a gente só veio se falar no oitavo semestre porque ele era crente, também não concordava com a minha transexualidade. Tem a que... sempre tem a questão da religiosidade, não tem jeito, quer utilizar a bíblia como descrever a sua orientação sexual, entendeu? E aí o que aconteceu, tive várias discussões com esse menino, mas várias mesmo, de discutir mesmo, de baixaria dentro da sala [...] E aí, pegou, aí pegou, veio me falar um monte de coisa, aquelas mesmas babaquices que eu ouvi no ensino fundamental, aí eu “poxa, no ensino fundamental eu já ouvi isso, que retrocidade, que... que... que desconstrução social de vocês e tudo, gente, se você pegar um aluno desse na sala de aula, como é que tu vai tratar, tu já se fez essa pergunta, fulano” e aí conversou, né? E tal, “você é profissional, você vai pra uma escola particular, a mãe dele tá pagando, ela é transexual, mas tá pagando pra estudar, aí você vai falar o que pra essa aluna, você vai ficar com preconceito com essa aluna? E aí? Você vai não fazer seu trabalho por não saber tratar uma pessoa, e aí, porque é diferente?” eu acho assim, que eles aprenderam muito comigo, o tratamento, porque eu terminei fazendo uma formação, não diretamente, mas indiretamente através da fala, porque tinha a questão da conversa, do diálogo mesmo. E aí, tipo, eu ia pra congresso, pra seminário, e não sei o que, e aí ele falava: “poxa” e aí eu trazia um pouco da minha experiência mesmo pra dentro da sala com eles e tudo, entendeu?

Ao contrário do que Zelza imaginava as atitudes discriminatórias também estavam presentes na faculdade, pois a transfobia, assim como o racismo, refere-se a uma arma para

legitimar a hierarquização dos grupos, sendo, portanto, estrutural. Desse modo, a mulheridade de Zelza é contestada pelo colega em uma discussão (fundamentada na bíblia), pelo/a professor/a ao não chamá-la pelo seu nome, pela coordenadora que lhe nega o direito de usar o banheiro feminino, pelo Estado quando a patologiza e não legitima o seu nome, o seu corpo e o seu gênero.

Preciso destacar a recorrência dos discursos religiosos nas falas das pessoas para fundamentar suas opiniões acerca das questões de gênero e sexualidade. “Define-se o lícito e o ilícito para o sexo e para o gênero a partir de uma equação em que um comportamento normal e sadio é aquele que se orienta pelas determinações de Deus, que estariam expressas no texto bíblico”; as sexualidades não-heterossexuais e os gêneros não-cis são, portanto, práticas contrárias à “Palavra” (a bíblia) e, nesse sentido, uma “anormalidade”, “aberração”. (NATIVIDADE, 2006, p. 120)

Ainda que os estereótipos acerca da transgeneridade não sejam igualmente compartilhados por todos os membros religiosos, fundamentado no argumento da liberdade de crença, os discursos religiosos impactam dimensões que ultrapassam a congregação, como as relações de estudo e trabalho, atuando na produção/manutenção da cisgeneridade enquanto norma.

Sobre a negação ao uso do banheiro, Zelza discorre:

Zelza: eu só tive problema com algumas pessoas da turma e alguns colegas que eram de outros cursos, e com algumas meninas também, logo no início do curso porque “tá fazendo o que aqui, não sei o que, tererê tarará”, achava que a gente tava ali pra ver quem tá ali, como eu falei, eu ia pra lá não queria ver ninguém nu, queria fazer minha necessidade, como todo mundo tem. E outra, logo no começo também eu tive também quase um problema de saúde porque eu não ia no banheiro, a única minha salvação era o banheiro do ônibus, que era meu alívio e um barzinho, que é do lado da universidade, mas só abria dia de sexta feira ou ia tentar ir em algum mato, correr o risco de alguma coisa me morder, me pegar, aí ver um lugar pra se abaixar pra fazer xixi, eu também tive embate com a coordenadora no primeiro momento.

Zelza complementa: “Acho que todas já passaram por isso em alguns cenários”, e ela tem razão. Em Amargosa, na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e na Faculdade Zacaria de Góes (FAZAG), Sellena e Julia Helena narram os entraves do uso do banheiro:

Sellena: não é que eu fui barrada em si, eu fui quase expulsa, na verdade. Chegou uma criatura... uma criaturazinha, uma menina, aparentemente cisgênera, eu não vi, né se ela tava nua. Chegou pra mim e disse: “Seu banheiro não é esse não, é o de lá”, aí eu disse: “O de lá, qual?”, “O masculino”.

A negação do feminino para Sellena se repete, a vigilância a acompanha até o banheiro e se faz ouvir através de uma garota cisgênera: Esse não é o seu lugar! Qual seria o lugar da mulher trans? “O masculino”. Será?

Julia Helena: então se eu fosse no feminino, poderia todo mundo ficar olhando, no masculino ficava olhando. Eu demorava muito de ir, sempre procurava um momento que tava vazio e tal. Em momento de todo mundo junto eu conseguia entrar no da mulher rapidamente, Ra-pidamente, aquela coisa de ir rápido, agora se fosse usar mesmo normalmente tinha que ser o masculino, embora era uma crítica terrível. Quando eu ia no masculino era sempre aquela coisa de: Lá ele! Que é isso? Isso aí eu ouvi muito muito, sem sombra de dúvida, de entrar e o povo. O masculino tem aquela parte que, e que é bem ali na frente, se eu tivesse ali pode saber que ia fazer fila dos homens pra entrar na porta, ninguém jamais ia querer na minha frente ir ali de forma nenhuma nenhuma nenhuma. Isso era bem presente, tanto não só é na faculdade, como até em alguns locais assim, eles tomam aquele baque assim de não vou. Aí fazia aquela fila toda, aí com isso aí, na verdade, fazia com que eu nem usasse muito o banheiro. Eu ia pra faculdade e ficava oh (estralos de dedos) o tempo todo ali.

O problema ultrapassa a escolha entre os banheiros tidos como femininos e masculinos. A análise que faço é de que não existe espaço de conforto, a mulher trans é hipersexualizada, tratada como máquina disposta e interessada em fazer sexo 24 horas por dia, assim, no banheiro feminino ou masculino sua presença é associada à busca por ver a genitália deles/as, a fazer sexo, a transmitir DST's. A travesti é compreendida como “motivo de medo e constrangimento nos dois banheiros, é vista como homem no banheiro feminino e é vista como fêmea/gay no banheiro masculino, é afrontada como alguém que pode devorar, nos dois sentidos” (ANDRADE, 2014, p. 158). Assim, ir ao banheiro, algo tão elementar, é fonte de traumas e adoecimento.

Sellena: Se eu sair de um banheiro masculino, pode ter certeza que vão espalhar pra todo mundo que eu tava fazendo sexo no banheiro. A travesti tava fazendo sexo no banheiro, ou o traveco, né? Ou qualquer outro termo que eles usem tava lá no banheiro fazendo sexo com os homens, ou fazendo um banheirão, ou outra coisa do tipo. Vai ser isso, vai soar assim. Ou então eu entrei pra assediar algum homem, entendeu? Então vai ser violência em cima de violência.

De segunda a sexta, aproximadamente, seis horas por dia, Zelza, Julia Helena, Sellena e tantas outras mulheres trans tinham de explicar o que fariam no banheiro, contar com o banheiro do ônibus ou de um barzinho, ir ao mato, ir bem rapidinho na companhia das amigas, evitar beber água, não ir ao banheiro, prender até não conseguir mais, “teve vezes de eu sair correndo, se mijar de... prender mesmo, é... de fazer minhas evacuações” (Zelza). Como suportar?

Zelza acredita na formação como estratégia para vencer as opressões, desse modo, uniu-se às outras duas mulheres trans que estudavam na UNIME. Elas foram conversar com o

diretor sobre a transexualidade e convidaram o Grupo Humanos (ONG LGBT de Itabuna) para fazer um trabalho de conscientização e a partir de então (quando estava no terceiro semestre), ela afirma que passaram a usar o banheiro feminino sem qualquer percalço.

Já Sellena, que também se vale da militância como estratégia de enfrentamento, acredita que é preciso “gritar” para garantir seus direitos. E essa foi a postura assumida por ela quando uma garota cis disse que o banheiro feminino não era o seu lugar:

Sellena: **Eu peguei ela pelo braço, eu fiz questão, eu sou um pouco agressiva de vez em quando, peguei ela e puxei até o banheiro masculino e deixei ela lá. Aí esperei uns dois, três homens chegarem assim, ter um fluxo de pessoas, né? Chegar no banheiro, aí os caras ficaram olhando assim, o que a gente tava fazendo no banheiro. Aí eu disse: “não, pode usar a vontade, a gente só tá aqui pra fazer um teste”. Aí ela: “Eu quero sair daqui, eu não vou ficar aqui vendo esse monte de homem”, aí eu disse: “Por que que você quer que eu fique aqui, pra ser violentada, do mesmo jeito que você tá se sentindo ameaçada aqui dentro?, Então da mesma forma que você tá se sentindo ameaçada aqui nesse banheiro, eu também tô me sentindo. Então eu não pertencço a esse banheiro. [...] Então vou usar o banheiro de acor... no qual eu me sinto mais confortável”. Aí eu falei com ela, e ela ficou toda: “Ah eu vou procurar o diretor do centro”. Aí eu “Procure, é bom, que a gente faz uma reunião aqui, porque eu me senti violentada, eu precisei te arrastar até o outro banheiro pra você ler, perceber a realidade que eu passo”. Aí ela: me desculpe, não sei o que lá”. Ela começou a se retratar depois, mas foi assim, aí hoje em dia quando eu chego lá, eles me tratam super bem, sabe? Porque sabe que eu grito, né? aí... porque quando não dá mais você tem que gritar, alguém tem que falar nessa porra, alguém tem que falar alguma coisa, né? então é isso.**

Neste relato, percebe-se que Sellena construiu a cena de desconforto que ela vive ao frequentar um banheiro masculino em uma perceptível tentativa de sensibilização e busca por empatia. Porém, foi preciso se valer do discurso legal e apontar a existência da resolução que lhe confere o direito de usar o banheiro de acordo com a sua identificação de gênero para que a garota se retratasse.

Após termos finalizado a entrevista, Sellena me pediu para acrescentar algo em sua narrativa sobre quando ela participou do encontro estudantil organizado pela UNE, o CONUNE (Congresso da União Nacional dos Estudantes) em 2015:

Sellena: Sim... oh... aí... no meio desse ano eu fui pra um encontro, né da luta dos estudantes e todos os banheiros eram sem divisória. E assim, o banheiro dito feminino também era sem divisória, lógico, né? **Quando eu cheguei lá eu comecei a tomar banho tinha mulheres cisgêneras também tomando banho comigo. Aí um grupo de mulheres se juntou e olhou pra mim assim e ficou meio, aí depois começaram a cantar: “pepeca, pepeca”, tipo, “eu tenho vagina, você não tem, você não é mulher”, não sei o que lá, aí eu comecei a gritar que iria sim ter mulher de pinto na... na... no banheiro feminino porque a conformação genital que você possui não define o seu gênero, se ali era um espaço extremamente feminista, dizendo eles que estavam num coletivo chamado Kizomba e eles discutem bastante sobre isso, sobre o feminismo e tal e é filiado ao PT, e foi a primeira vez que eu fui e assim, essas mulheres se mostraram totalmente opressoras. Na primeira oportunidade que teve roda de conversa eu falei logo na**

cara e ainda aponte pra as mulheres que tavam lá e falei pra elas: “conformação genital não define gênero, que eu não precisava fazer uma neovagina, uma cirurgia pra me sentir mulher porque eu sou tão mulher quanto qualquer outra que se diz mulher, porque mulher, pra ser homem ou pra ser mulher, basta você dizer que é, porque é apenas um discurso que você vai atribuir ao seu corpo, e aí você vai dizer que não?”. Elas ficaram totalmente, sabe? Sem armas, porque a gente ninguém nasce nem homem nem mulher, né? É... é uma questão de construção mesmo, construção, e você vai vendo qual universo vai pertencendo.

Mesmo entre alguns grupos feministas, os direitos das mulheres trans são questionados a partir de um embasamento biológico que centraliza a genitália na classificação homem/mulher – ‘se você não tem uma vagina, não pode usar o banheiro feminino’:

[...] como se a divisão entre masculino e feminino fosse natural, como se a separação entre banheiro feminino e banheiro masculino fosse destituída de história, como se pênis e vagina fossem, desde sempre e para sempre, a linha de fronteira que delimita a geografia e a cartografia dos banheiros, como se não houvesse saída para a identidade travesti. Porém, essa lógica não se baseia apenas no determinismo biológico, ela se baseia no determinismo religioso e nas práticas sociais que resultam de tais crenças (ANDRADE, 2014, p. 154).

E para rebater o determinismo biológico e cultural que insurgiram das falas das estudantes que a violentaram, Sellena valeu-se da mais famosa frase feminista: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, o que implica em reconhecer que o gênero é uma instituição social mutável e histórica (BUTLER, 2010), tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais discursivas. E dentro da atual leitura acerca do feminino/masculino, Sellena se percebe mulher e, portanto, reivindica sua alocação no banheiro destinado às mulheres. Em suma, naquela roda de discussões feministas emerge dos gritos de Sellena o seguinte questionamento: “quem pode reivindicar direitos igualitários a partir dos feminismos?” (PERUCHI, 2014, prefácio)

Atente-se para o fato de que não apenas as mulheres trans negras são impactadas nas relações estabelecidas nos espaços educacionais. Quando Sellena expõe as contradições da teoria e prática feminista no encontro estudantil, tal qual a sua postura em colocar a garota cisgênera para viver a experiência de estar em um ambiente (o banheiro tido como masculino) que lhe gera desconforto, percepção de vulnerabilidade e estranhamento, ela tira a garota cisgênera do lugar confortável da norma.

De igual modo quando Zelza confronta o colega, futuro educador, como ele vai lidar com a diversidade em sua profissão e faz uma “formação” em sua sala, fazendo ser ouvida suas experiências, ela desestabiliza a turma de alguma forma. A presença de mulheres trans negras em um espaço cisnormativo branco, os enfrentamentos e provocações por ela empreendidos representam escapes e subversões.

4.3 Nome Social – A precarização da cidadania trans

No Brasil, existem diversas regulamentações com o objetivo de garantir o respeito ao nome social da pessoa trans nos órgãos públicos. Citaremos o conceito adotado na Resolução n. 001/2015 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde Sellena estuda:

Art. 1º - [...] §1º - Nome social é o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar em constrangimento (UFRB, 2015, p. 2)¹⁴.

Em 12 de março de 2015 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução n. 12, de 16 de janeiro de 2015 que conferia, nacionalmente, nos espaços educacionais o direito ao Nome Social, dando continuidade ao movimento que já estava acontecendo no país por meio de portarias e resoluções internas das Instituições.

Quando Zelza fez seu curso de graduação na UNIME, assim como não podia usar o banheiro feminino, seu nome também não era respeitado pela comunidade acadêmica até o terceiro semestre. Ela atribui esse comportamento a ausência de texto normativo e discussões sobre a questão:

Zelza: Então foi tranquilo... não foi tranquilo até o terceiro semestre pra gente, né? em relação a essa questão porque não tinha portaria, não tinha nenhuma discussão sobre o assunto, né? Por isso que eu reforço a importância social dos movimentos LGBTs, que é nosso papel enquanto função social e constituição ir dentro... adentrar esses espaços pra fazer formação com esses professores porque muitos realmente não sabem como se reportar, né? as vezes né... né... nem questão que ele é mal educado, é porque realmente não sabe como tratar, “você gosta de ser chamada como”? Ninguém faz essa pergunta pra você, “e se eu te chamar assim, você não gosta?” ninguém faz esse tipo de pergunta, tá vendo ali, tipo olha minha identidade, vê que não é igual porque quando eu tirei era mais nova e eu não tenho nem como exigir perguntar, como eu sou, com eu não sou... como eu gosto de ser tratada, entendeu? Então pra mim foi assim um pouco constrangedor até o terceiro, mas aí depois que veio a capacitação.

Zelza acredita que nem tem como exigir que as pessoas perguntem como ela quer ser chamada a partir da identidade, pois ela era mais nova e atribui para si e para os movimentos LGBT's a responsabilidade de capacitar as pessoas por acreditar que a fonte da opressão, muitas vezes, é o desconhecimento. E que apesar de ser muito constrangedor é preciso paciência, pois “é uma coisa nova pra se adaptar, não se adaptou antes, vai se adaptar agora? não vai, vai levar um tempo” (Zelza).

¹⁴ Sellena problematiza: “porque eu nem gosto de falar nome social, é o meu nome, o meu nome social é aquele que designaram”. Por compreender que a linguagem implementa mudanças, quando me referir aos nomes de Sellena, Zelza e Julia Helena será tão somente como seus nomes, sem o acréscimo ‘social’.

E ela tem tido paciência e resistência para os novos embates. Na Estácio de Sá, em Salvador, faculdade privada onde está fazendo especialização em Atividade física adaptada a saúde, Zelza precisou de uma autorização da sede em São Paulo para que passasse a ser chamada pelo seu nome e poder usar o banheiro feminino, ainda assim teve um embate com o coordenador do curso, que a tratou pelo nome civil.

Zelza: então hoje eu lá dentro [na Estácio de Sá] consigo utilizar o banheiro, eu consigo ter nome social, mas assim, foi também um embate que eu tive, né? inclusive agora professor Luzimar, que é doutor, que é coordenador do curso, teve um equívoco com ele na semana passada, me chamou pelo nome de registro, viu meu facebook, ainda conversei com ele, mas mesmo assim ele falou que esqueceu.

Zelza também cursa pós-graduação em Educação e Diversidade Étnico-Cultural na UESB e no ato da matrícula perguntou se poderia constar o seu nome, a servidora, apropriando-se do discurso de inexistência legal para negativa de direitos, disse que não. E Zelza teve um nome que não é seu no comprovante de matrícula e nos murais, tendo, inevitavelmente sua transexualidade exposta para as/os novas/os colegas.

A negativa em inserir no comprovante de matrícula o nome de Zelza pode ser entendida como uma forma de trata-la como um não-sujeito, relegá-la ao reino daquelas/es que nem mesmo podem existir, uma vez que não podem ser nomeadas/os (MISKOLCI, 2005)

A publicação da Resolução n. 83/2014 (UESB, 2014), que estabelece a inclusão do nome social de estudantes travestis e transexuais nos registros acadêmicos da Universidade Estadual do Sudoeste do Bahia parecia o fim de uma guerra, mas ela ainda está enfrentando a batalha da efetivação:

Zelza: aí eu fui, meu Deus, comecei a agradecer, aí na próxima etapa agora que teve em maio, teve a rematrícula que eu fui, só que ainda eles tão criando mecanismos pra eu ir lá responder as perguntas, que segundo ela era tudo muito novo, não tinha isso lá ainda, foi o discurso que ela me usou: “aí, é porque a gente aqui é muito novo, nunca teve casos assim, você é a primeira e tal” e eu falei assim: “não é pelo fato de ser a primeira, você tem que se adaptar, né? e tal.

De imediato destacamos essa política do “favor” a que são submetidas às pessoas trans, é preciso chegar sempre mais cedo, é preciso expor sua história de vida e contar com a benevolência de outras pessoas. Quem, no primeiro dia (de aula ou da matrícula), sente-se à vontade para compartilhar com um/a estranho/a questões que lhe são íntimas?

Intimidade é mais um dos direitos que é negado às pessoas trans, pois, ou “se confessam” para as/os professoras/es, coordenadoras/es e outras/os funcionárias/os ou são expostas para toda a turma. O resultado, na maior parte das vezes, é confissão e exposição, porque o/a professor/a esqueceu, por ser contra os seus princípios, ou quaisquer outros motivos que não deveriam ser usados para negar o direito de um grupo.

Sellena relata que, antes da publicação da Resolução do Nome Social na UFRB, ela sofreu bastante com professoras/es que não respeitavam seu nome. Era preciso chegar mais cedo e pedir individualmente para que lhe tratassem por pronomes femininos, explicar sua situação de gênero e que, ainda assim, muitas/os não respeitavam sob a justificativa de que ia contra os seus princípios.

Sellena desistiu de disciplinas e abandonou projetos para não ter que lidar com as/os professoras/es que não a tratavam por seu nome ou olhavam-na com desprezo, atrasou-se no curso e fez um novo vestibular para fazer reaproveitamento de disciplina e aumentar seu score. E assim, repetiu todas as etapas, fez o ENEM e foi aprovada para o mesmo curso e Instituição, que nesse momento já tinha acatado o direito do uso do nome social:

Sellena: Fui na São Roque, que é na instituição lá em Cruz das Almas, fiz.. fui lá, na primeira etapa, né? Aí vamos analisar, o Enem iria ter o nome social, aí você chega na instituição tem a resolução do nome social, só que os funcionários não sabiam. Eu levei a resolução, imprimi tudo, levei a resolução da instituição e nada, **quando eu cheguei lá, é... a funcionária estava falando bem assim: “pessoas, vocês preenchem o formulário de matrícula, só não é necessário preencher o do nome social”,** eu cheguei pra ela e falei: **“eu vou preencher o nome social porque eu sou travesti, aí ela pegou, abriu o olho assim, sei lá, e as pessoas que estavam ao redor também ficaram olhando pra mim já, aquele corpo estranho, né? Aquela coisa já tava ali, aí começaram a olhar pra mim. E aí essa funcionária falou bem assim: “então preencha aí”, aí eu preenchi.**

A presença de uma pessoa trans não é esperada na Universidade? A funcionária não sabia o que significava Nome Social? Independente das razões que levaram a servidora a informar às/aos presentes que o campo do nome social era algo que não deveria ser preenchido, o fato é que, simbolicamente, Sellena e as suas demandas foram excluídas.

E quem excluiu as demandas de Sellena? Qual o lugar da funcionária? Existem “muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia”, contudo, ela era uma representante da instituição, o que dava a sua fala uma eficácia maior naquele ambiente e para aquelas pessoas. Quando a funcionária disse que não era necessário preencher o nome social, a UFRB negou a existência das mulheres trans. (FOUCAULT, 2004, p. 26)

Sellena se posicionou enquanto travesti, para se tornar inteligível em um meio que as pessoas não entenderiam o que significa ser uma mulher trans? Ou para confrontar uma sociedade que se choca quando vê uma travesti a luz do dia? A funcionária não se desculpou, Sellena assinou e aguardou a impressão da matrícula.

Sellena: Quando foi na etapa deles imprimirem minha matrícula, é... minha matrícula realizada com sucesso não foi com sucesso porque estava com meu nome civil e foi extremamente desconfortável porque ela me tratou no masculino, ela falou: “ah, eu não conheço essa resolução do... é... do nome social”, aí eu peguei e mostrei pra ela. [...], aí ela disse que conversou com o pessoal lá dentro e não saiu o

meu nome social, ou seja, o meu nome mesmo, né? Aí eu saí extremamente é... **abalada porque depois de tantas reuniões, tantas lutas, passar a tarde inteira você tentando explicar o que é ser trans, o que é isso, o que é aquilo, passar uma tarde não, uma vida inteira, em todas as disciplinas novas, os professores não conheciam eu tinha que explicar.** Eu espero não precisar explicar, é... eu espero que os funcionários já estejam já, porque tem tempo suficiente, né? pra eles já estar se adaptando.

A Universidade precisa de um tempo para se adaptar à presença das mulheres trans, o que me leva a concluir que o reiterado discurso de neutralidade das instituições significa, na verdade, cisnormatividade. As ignorâncias são seletivas, ainda que exista uma resolução, não há escuta para essas discussões. O conforto é um privilégio cis.

A simples publicação de um texto legal não garante direitos, ainda mais quando deslegitimada por representantes de quem aprovou o referido texto, tanto que a própria Resolução (UFRB, 2015) previa a necessidade de espaços de formação via Instituição para servidores e discentes, os quais não foram realizados. Depois de tanta luta, Sellena estava cansada, não queria passar o curso explicando a cada nova disciplina, professor/a a obrigatoriedade de chamá-la por seu nome.

Mesmo exausta, Sellena, com o apoio do Núcleo Capitu (coletivo de mulheres da UFRB que se dedica a questões de gênero e sexualidade do qual Sellena faz parte) foi até o Ministério Público e declarou que o Nome Social não estava sendo respeitado na Universidade. O MP acionou a UFRB, que então se viu obrigada a cumprir suas próprias normas.

Sellena: Aí o pessoal de lá me ligou, aí agora minha matrícula quando chegou pra confirmar, acabou que apareceu tudo, eu fui com a identidade já preparada pra dar o nome civil, aí a mulher falou: “não tem esse nome aqui não”, aí eu disse: “ah, não tem não?”, aí olhei meu nome lá Sellena Oliveira Ramos, aí eu disse: “Ah, nossa, tem meu nome já”, aí fiz tudo, assinei com meu nome, tudo, e foi tudo numa boa, foi tão confortável pra mim e pra qualquer outra pessoa, sabe? Que tivesse no ambiente, porque o constrangimento não só causa a mim e eu acho que nem tanto causa a mim porque eu acho que de tanta porrada eu já tô saturada, sabe? Já tô forte, por exemplo, já tô com imunidade, já tô calejada, já tô com imunidade com tanta porrada, tô com imunidade. O pessoal fica constrangido ao ver que tem uma figura feminina e que tá tratando no masculino ou alguma coisa assim.

De “tanta porrada”, Sellena já frequenta espaços esperando ser desrespeitada, tanto que nesse dia ela já foi com o RG na mão sem disposição para questionar o nome civil na matrícula e se surpreendeu quando, pela primeira vez, passou pelo conforto de ser tratada e ver em sua identificação acadêmica o seu nome.

Há algo muito interessante que ela pontua, quando Sellena é chamada pelo nome civil, há um constrangimento social. A figura feminina sendo tratada com um nome masculino

agride as pessoas que esperam uma continuidade no gênero. Romper os alicerces do binarismo homem-mulher é extremamente difícil.

4.4 Solidão e isolamento

Sellena: Eu sinto falta de ter contato com outras mulheres trans, eu só tenho contato com Camila, Julia daqui, de vez em quando a gente se encontra, mas é poucas mulheres trans mesmo que eu tenho contato, só mais cisgênera.

Com essa fala Sellena despertou minha atenção para a solidão a que estão submetidas as mulheres trans. O isolamento que lhes é imposto, fruto dos altos números de assassinatos, violências físicas e psicológicas, ultrapassa os espaços formais de educação.

De acordo com pesquisa realizada pela Organização Não-Governamental (ONG) Transgender Europe – TGEU (2014) o Brasil foi o país que registrou o maior número de assassinatos de pessoas trans entre janeiro de 2008 e dezembro de 2014: enquanto no Brasil foram registrados 689 casos, os próximos colocados, México e Estados Unidos da América contabilizaram 194 e 108 assassinatos, respectivamente, o que somando, representa 57% dos casos de homicídio em nível mundial nos últimos sete anos.

Esses números, sem dúvida, repercutem no medo que as pessoas trans têm de agrupamento e exposição. Neste momento, todavia, tentaremos descortinar os elementos e consequências da solidão em suas vidas acadêmicas.

Zelza teve uma colega trans na escola, foi a única no curso de Licenciatura em Educação Física da UNIME (tinha duas amigas trans de outros cursos)¹⁵ e nas pós-graduações da UESB e da Estácio de Sá. Ser primeira, única lhe custou negações de direitos. Ouviu que os espaços não estavam preparados para recebê-la e era preciso paciência.

Na graduação precisou esperar três semestres para ter direito de usar o banheiro e ser tratada pelo seu nome, na Estácio de Sá, dependeu de autorização da sede em São Paulo. E na UESB, mesmo com a Resolução interna n. 83/2014 (que garante o respeito ao uso do nome social e de banheiro/vestiário de acordo com o gênero) publicada, ouviu da funcionária que ainda estavam sendo criados mecanismos para que ela respondesse uma série de perguntas, porque nunca teve casos assim.

¹⁵ Ao longo da entrevista, perguntei para Zelza se as outras mulheres trans que ela conhecia da UNIME também eram negras, e ela me disse que não, o que significa que ela, de acordo com a sua compreensão, era a única mulher trans negra da faculdade.

Quais perguntas Zelza precisaria (e precisou) responder para que seu nome constasse nos documentos internos da UESB? A Resolução não deveria ter sua eficácia garantida a partir da publicação? Para Zelza, a solidão significou espera.

Quando a transição de Sellena aconteceu, ela já estava passando para o quarto semestre, momento em que os grupos já estão parcialmente definidos, ainda assim, das pessoas que eram próximas, apenas uma amiga não se afastou. Destaque-se que, por anteriormente ser lida como “viadinho afeminado” (Sellena), algumas/ns colegas já evitavam a proximidade.

Sellena: eu comecei a... a fazer transição eu já estava do terceiro pro quarto semestre, então as pessoas que já me conheciam, meus colegas de turma que eram no semestre já me conheciam, me conheciam pelo nome civil e pra passar entender, pra passar a entender, pra passar a compreender a minha questão de gênero, é... foi um tanto complicada, mas como eu já estava na academia, eles não foram tão invasivos porque aqui cada um é dono de si, né? de certa forma, e qualquer tipo de discriminação explícita eu poderia recorrer, mas é... tipo, **eu sofri realmente afastamentos de muitas pessoas que, por exemplo, sentavam em grupos de estudos comigo, eu passei a estudar mais só, ou então só com uma amiga, que até hoje essa amiga fica comigo, desde antes da transição até hoje, eu acho que eu considero ela um pouco forte, que ela passou tudo comigo, sabe? Mas podemos dizer assim, que trinta por cento da turma que era chegada, é... se afastaram mesmo, sabe?**

O afastamento, a imposição do ridículo são expressões da trans-lesbi-bi-homofobia ensinadas e consentidas nos ambientes educacionais. “Como se a **(trans-lesbo-bi)homossexualidade** fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatias para com sujeitos **(trans-lesbo-bi)homossexuais**”, observa-se um temor de a aproximação ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (LOURO, 2000)

Na verdade, o que se estabelece no espaço escolar (e no universitário) é algo mais complexo e violento do que pode parecer à primeira vista. A identificação e a classificação dos corpos estranhos revelam a certeza de que as crianças e os jovens aprenderão a ser “normais” não apenas por meio de bons exemplos, mas também pelo reconhecimento e pela rejeição daqueles que constituem “maus exemplos”. (MISKOLCI, 2005, p. 18)

Sellena acredita que não houve discriminação explícita por parte das/os colegas por terem ciência de que ela denunciaria e que, por estar na academia, as pessoas não foram tão invasivas. Talvez a postura combativa tenha evitado, além de agressões diretas, tentativas de interferência em sua vida. Julia Helena, que sempre evitou confrontos, viveu o isolamento como Sellena, porém teve sua privacidade incessantemente violada na FAZAG:

Julia Helena: Porque na verdade é assim, dentro da faculdade mesmo, foi até mesmo que descobri essa questão de grupo, porque assim, era eu e mais duas, grupo realmente, esse povo se dividia em parte mesmo porque isso aí às vezes a gente pensa que não é verdade, mas é verdade, acaba se dividindo um pra lá um pra cá um

pra lá. **Na minha questão era bem polêmico, porque nos meus trabalhos pode ver, só não era cem por cento só por motivo de que uns era equipe equipe, mas os que podia ser só era eu só porque eu nem ia muito até mesmo pra diminuir essa questão de discussão.** Então nessa parte aí sempre ficava mesmo aquele rejeitamento, ou seja, não tô ali por isso por aquele motivo, eu mesmo às vezes acabava fazendo isso aí em parte.

Na turma de Julia Helena, como é comum em qualquer espaço social, grupos se formavam para realização de atividades, as pessoas se dividiam nas famosas “panelinhas” motivadas por interesses e características afins. Julia, todavia, só fazia trabalhos em equipe quando obrigatório, quando podia evitar, realizava-os sozinha.

Ela sentia a rejeição, sabia que não estava ali “por isso e por aquele motivo”, e até mesmo preferia evitar os agrupamentos para “diminuir essa questão de discussão”. O que constituiria isso e aquele motivo que promovia o isolamento de Julia? Quais as discussões que ela preferia evitar?

Julia Helena: E a defesa, na verdade, na faculdade que começou mais a debater que, por ser particular, a maioria são pessoas de pele clara, branco. **Na sala mesmo negro só tinha eu e mais duas pessoas. Então com aquilo ali já era duplo debate – oh o que você tá querendo, você vai perder tudo isso que você tá fazendo. Esse discurso aí era na cara, não tinha disfarce não, era olho a olho. – porque a gente é sua amiga, tá querendo seu bem, você tá querendo ser homossexual sendo negro.** Isso aqui debatia o tempo todo. – se vestindo assim, tu com essa roupa estranha que ninguém entende o que é, vai ser complicado pra você, você não vai ter emprego nenhum, ninguém vai te dar emprego, não vai ter porra de emprego.

Na sala havia apenas três pessoas negras e uma pessoa trans, Julia Helena somava os dois marcadores, não se sentia nem era vista como semelhante às colegas. Mesmo presente na academia, o lugar que lhe foi oferecido foi o de abjeto.

A invisibilidade é um dos mecanismos da cisheteronormatividade, “quando “o outro”, “o estranho”, “o abjeto” aparece no discurso, é para ser eliminado. É um processo de dar vida, através do discurso, para imediatamente matá-lo” (BENTO, 2008, p. 40). Tentava-se apagar a ambiguidade de Julia Helena, o modo ininteligível como se vestia por meio de ameaças de punições sociais.

A ideia ainda amplamente propagada da trans/bi/homossexualidade enquanto opção sexual embasa as falas das amigas de Julia, que considera que ela pode – e, portanto, deve - escolher não ser homossexual, uma vez que ser negro/a, algo inevitável, já era algo ruim o suficiente.

Suas roupas não eram inteligíveis para sua turma, contestavam o binarismo feminino-masculino, logo deveriam ser evitadas também, ou ela jamais conseguiria emprego (sendo homossexual, negro e se vestindo de forma ‘estranha’). Durante as aulas, quando se espera

que outros temas centrem as discussões, um terrorismo diário como estratégia de controle do corpo de Julia Helena era exercido por parte das colegas e das/os professoras/es:

Julia Helena: porque lá (FAZAG) a conversa era bem ao limpo, até porque faculdade é formação, né? Então de alguma forma ele (professor) coloca as ideias dele presente pra entrar em discussão, e sempre na sala, por incrível que pareça, não tinha nenhum gay assumido assim, **só tinha então eu, então era o centro da atenção, qualquer referência, qualquer coisa que ele fosse falar, ele –porque ali, né? tá presente tal e tal. Eu morria com isso aí porque eu me sentia a última, eu pensava –Ó meu Deus, não sabe nem de nada, não é nem gay, é travesti.**

“Aparentemente se promove uma inversão, trazendo o marginalizado para o foco das atenções” (LOURO, 2013a, p. 47). Essa inversão ocorre, porém, para reafirmar o seu lugar de ‘diferente’, ‘estranha’ e o centro – as identidades brancas, cisgêneras e heterossexuais - enquanto posição estável/não problematizada.

Esse processo de exotificação faz com que a pessoa não seja vista como filha, irmã ou aluna, ela passa a ser apenas ‘o gay’ ou ‘a travesti’, ‘a/o negra/o’, ela é desumanizada, vista como excêntrica, anormal, por transgredir as normas de gênero, étnico-racial e de sexualidade.

Julia não contestava, elaborava estratégias, como fazer os cursos de cabelereira e de técnica em enfermagem, revelar a transgeneridade apenas quando se formasse e, em sala de aula, isolar-se o máximo possível.

4.5 A formatura¹⁶

A colação de grau é uma cerimônia solene que marca a conclusão do curso superior. Marcada por algumas etapas que não podem ser suprimidas, o principal momento acontece quando a/o estudante é chamado/a para receber o diploma pelas mãos do/a reitor/a da universidade ou faculdade.

A emoção do encerramento de uma etapa tão intensa como a vivência universitária, bem como a esperança e ansiedade do porvir são sentimentos compartilhados, em geral, pelas/os formandas/os. Porém, o medo de ter sua identidade deslegitimada publicamente é uma sensação especificamente experimentada pelas pessoas trans.

Zelza conheceu a decepção de ser tratada por um nome que não a representava na conclusão do Ensino Médio, mas resolveu prosseguir, por ver na educação uma possibilidade

¹⁶ Sellena ainda não concluiu o curso.

de ascensão social e ser exemplo para outras mulheres trans. A faculdade se mostrou um ambiente inóspito em alguns momentos, mas ela resistiu e seu momento de colação de grau teve a tranquilidade que ela vinha desejando desde que assumiu a sua transgeneridade:

Zelza: Camila, foi legal, né? Em relação também a colação de grau, foi tranqüilo, eu tenho até a filmagem, quando me chamou de Zelza pra colar grau no primeiro momento, então eu não tive problema nenhum.

Assim, a formatura de Zelza foi um momento em que ela celebrou a sua conquista ao lado de seus familiares, com exceção de seu pai, que, por não aceitar sua transexualidade, recusou-se a ter uma relação próxima.

Zelza: Meu pai, ele se separou dela por volta de quando eu era de menor ainda, e a partir daí a relação com ele ficou um pouco estreita porque a gente não tinha aquela amizade de pai e filho, ainda mais com a minha transexualidade, ele não aceitava, esse foi um dos embates pra a gente não se falar, tanto que na minha formatura de graduação ele não foi, mas ele ajuda financeiramente, mas não foi, mas assim, meus avós foram, que é pai dele foi, todo mundo foi.

A predominância de famílias matrifocais negras é discutida e confirmada em diversas pesquisas. O Censo do IBGE em 2010 apontou que 52,52% das mulheres negras não viviam em união, independente do estado civil (REVISTA FORUM, 2015). Os núcleos familiares de Zelza e Julia se enquadram nesse grupo onde estão inseridas mais da metade das mulheres negras. Julia também passou pela ausência do pai em sua vida e colação de grau e, igualmente, pode contar com a mãe no cotidiano e datas importantes, mas, ao contrário de Zelza, a preparação e o acontecimento da formatura não ocorreram de forma tão tranquila.

Julia Helena: Aí chegou pronto, aí na formatura, né? Já tava indo pro oitavo semestre, tal tal, perto de se formar. Aí veio aquela questão agora - e agora como é que Ju vai se apresentar, de homem ou de mulher, ou metá-metá¹⁷? Eu cheguei a ir a algumas lojas, testei paletó, aquela roupa, aquilo tudo, mas falei - Oh meu Deus não tem nada a ver comigo isso, como é que pode essa situação de tá com essa roupa e não tá me representando? E se for a minha última formatura, eu não tiver oportunidade pra outra?

Julia Helena questiona a cisnormatividade, faz a ruptura. A rígida divisão binária jamais permitiu que Julia ocupasse ‘um dos lados’ de modo confortável, cada passo que dava era acompanhado por olhares que a questionavam: ‘bola ou boneca?’, ‘feminino ou masculino?’, ‘homem ou mulher?’, questionamentos estes que não buscavam a resposta de Julia Helena, pois ela não pôde brincar nem de bola nem de boneca, assim como não teve conforto em espaços femininos ou masculinos. O que buscavam então?

¹⁷ Nesse contexto metá-metá possui a significação de metade homem-metade mulher.

Julia Helena: Aí o povo – eu só quero ver porque, né? não vai combinar você entrar lá igual a gente, com a roupa da gente, porque não tem nada a ver. Aí eu peguei e falei – é, né? umbora ver o que vai acontecer. E nisso ficou na dúvida se eu ia ou não, se eu ia ou não. Aí tinha uma irmã que eu conversava com ela. Aí ela pegou e disse – é, né? Minha mãe vai tar lá no dia, né? Minha mãe até então nunca te viu assim de salto, de vestido, então vai ser muito choque, né? Aí eu falei – mas o povo sabe que eu sou gay, eu me arrumo de mulher e tal. Mas não sabia até então. Aí naquela dúvida se eu ia ou se eu não ia, se eu ia ou se eu não ia, os professores também parece que já tava tudo querendo saber.

As colegas, irmã e professoras/es não estavam simplesmente curiosas/os para conhecer a escolha de Julia, seja por considerarem um rompimento muito brusco para o qual a mãe não estava preparada ou por declaradamente não entendê-la como uma igual. Os questionamentos visavam o estabelecimento de um limite que Julia não deveria transpor.

Simakawa (2015) propõe considerar cisgeneridade, enquanto, categoria analítica a partir de três aspectos: a pré-discursividade, a binariedade e a permanência dos gêneros. A pré-discursividade seria o entendimento sociocultural de que seja possível definir sexos-gêneros a partir de critérios objetivos e de certas características do corpo, independente de autopercepções; e como esses critérios de definição fossem neutros.

O aspecto da binariedade seria que as leituras acerca dos corpos determina objetivamente gêneros, e que esses gêneros são definidos a partir de duas alternativas macho/homem e fêmea mulher. Por fim, a permanência dos gêneros, que seria a imutabilidade das identidades de gênero e corporeidades. (SIMAKAWA, 2015)

“Quem nasceu com conformação genética do sexo masculino será sempre integrante do sexo masculino; e quem nasce com a conformação genética do sexo feminino será sempre desse sexo um integrante. É uma verdade imutável; ao menos até hoje. [. . .] No caso, qualquer pessoa que tenha se submetido ou venha a se submeter à referida cirurgia, continuará integrante do sexo que a natureza lhe concedeu” (COACCI, 2013, p. 56)

Nesse trecho de decisão judicial trazido por Coacci (2013) e compartilhado por Simakawa (2015), podemos ver um exemplo de discurso jurídico em que o traço da permanência dos gêneros é usada como argumento para a negativa de alteração do nome e sexo. De igual modo, vemos o discurso cisnormativo na fala das colegas de Julia, que, em outras palavras, está cobrando a imutabilidade da coerência do sexo-gênero-corpo-‘papel sexual’: Julia nasceu com pênis, logo macho, homem e, conseqüentemente, deveria ir de terno para a colação de grau.

Julia experimentou paletós, silenciou-se diante da repressão, mas escolheu fazer de sua formatura um momento de autorrealização, preparou-se durante anos para aquele momento:

Julia Helena: Acabou que chegou o dia, eu peguei e falei pra minha irmã – eu vou de mulher ((risos)), Ela disse – meu Deus, você vai ter coragem? Eu falei – eu vou sim, porque se for a última e porque se, querendo ou não, no dia a dia eu fico mais assim pro lado mulher do que masculino, então eu vou, vai que é a última chance. **Aí no dia, pan, quando eu chego parou a faculdade, os olhares, né? Eu nem pedi até mesmo aquela questão de usar o nome social no momento, nem quis aquilo ali, só em tá ali, me sentia bem, era eu mesmo, pra mim já era tudo. Boatos teve de ofensa, de elogio de crítica, mas aí me formei, terminei lá, fui, normal. E aí foi, terminei tudo normal, passou o frio na barriga, minha mãe aceitou tal e tal.**

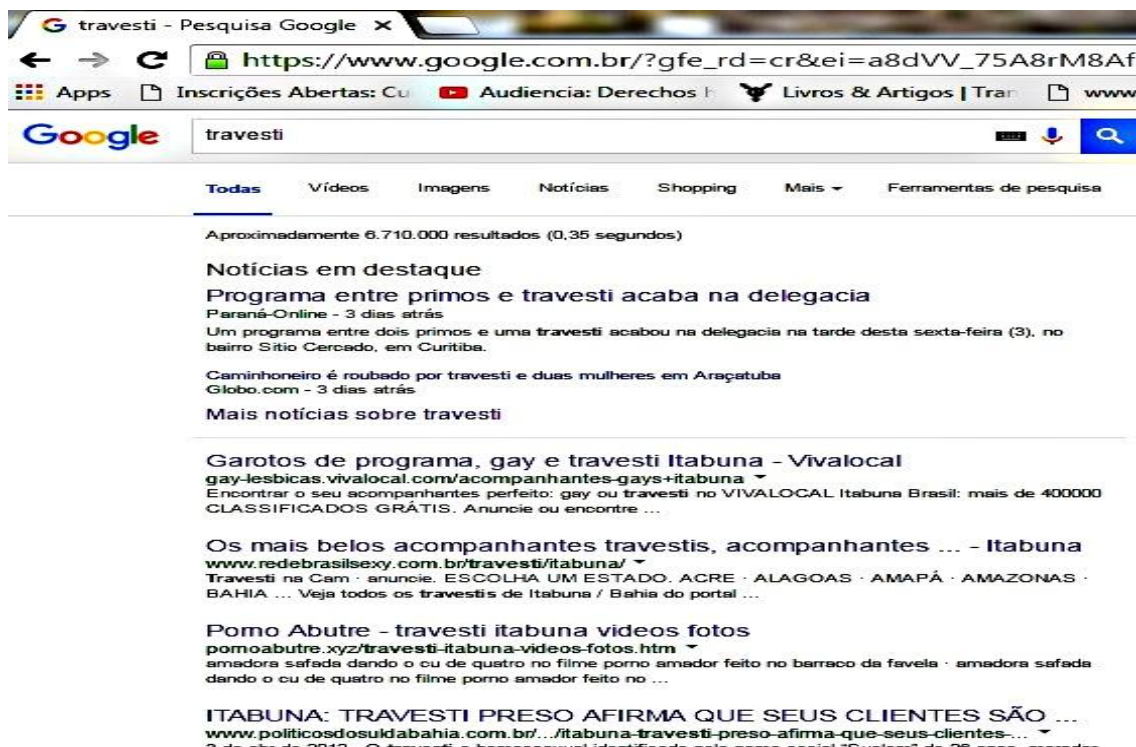
Chegar em sua colação de vestido, salto, brincos, pulseiras e maquiagem significou questionar e subverter a cisnormatividade. Julia não foi chamada pelo seu nome, encarou olhares, boatos e ofensas, mas sentiu-se plena por ter externado a sua mulheridade.

4.6 Formou! E agora? Expectativas, frustrações e escapes.

A relação empregatícia é marcada pela vulnerabilidade do/a trabalhador/a, que se sujeita a diversas situações de violência por medo do desemprego. A dificuldade enfrentada pelas mulheres trans negras e demais parcelas marginalizadas da população para serem absorvidas pelo mercado de trabalho as tornam ainda mais vulneráveis aos abusos do/a empregador/a.

A mídia é um dos principais inimigos, apresenta as identidades trans (e as identidades negras) de forma totalmente negativa e influencia no modo de pensar da sociedade brasileira (ANDRADE, 2014, p. 75). Amparada pelo discurso médico-patologizante, que classifica as vivências trans como doença de ordem mental, faz da capacidade intelectual, honestidade e controle emocional - requisitos essenciais na contratação de um/a funcionário/a - das mulheres trans e negras elementos questionáveis.

Em 06 de junho de 2016, ao inserir a palavra ‘travesti’ no Google, site mais popular de realização de buscas e pesquisas, essas foram as notícias em destaque:



Os títulos das notícias estão relacionados com prostituição, crime e pornografia. Notemos ainda que, com exceção da primeira, nas demais matérias o gênero adotado é o masculino. Esta é a imagem hegemonicamente construída pela mídia acerca das travestis.

Durante a graduação, Zelza foi aprovada em uma seleção para estagiar no Serviço Social da Indústria e, posteriormente, foi contratada como professora de Educação Física, ou seja, ao se formar, já estava empregada. Porém, ao me falar sobre o seu trabalho, a primeira coisa que ela diz é que muito complicado, que é muita relutância em relação às diferenças.

Zelza: No meu trabalho eu não posso ir com determinadas roupas porque eu não posso entrar. Bem, eles me aceitam de gay, mas não me aceitam de trans. O meu crachá ainda é meu nome de registro porque é uma empresa particular, o Sesi é uma empresa particular que trabalha com valores. Então eles falam de diversidade na empresa, mas não entende que diversidade começa a partir de ver o outro como ser humano. Eles dão curso lá de diversidade, mas eu lá não posso ir de Zelza, porque ofende eles, apesar de eu conversar com alguns pais de aluno sobre minha transexualidade, então muitos pais me respeitam e alguns colegas interno de trabalho me chamam de Zelza sim lá dentro do trabalho, mas muito ainda me chamam do nome de registro e tal, mas eu não ligo, **Camila, muito, apesar de isso me doer muito, mas eu não ligo porque eu preciso desse dinheiro pra mim sobreviver, é questão de sobrevivência.**

O Sesi, uma rede de instituições privadas de âmbito nacional, tem como desígnio a promoção do bem-estar social e melhor qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores da indústria e dos seus familiares. Porém, a qualidade de vida de Zelza não parece ser levada em consideração.

Ao conversar com o gerente, a justificativa que ouviu foi a seguinte: “nem é eu que não quero, é o **perfil** da empresa que é esse, eu consigo te respeitar, te chamar desse nome, mas, infelizmente, a empresa não, porque eu já venho de um sistema”. A empresa não deseja que a sua imagem seja atrelada à crime, prostituição, transtorno mental, brigas, portanto a manutenção de Zelza na Sesi fica sujeita a aceitar a negação de sua transexualidade.

A empresa se recusar a garantir o direito de tratar Zelza pelo nome é um exemplo de transfobia institucional, ou como SIMAKAWA (2015) considera mais adequado intitular, de cisnormatividade para reforçar quando a violência contra as pessoas trans ultrapassa o nível individual.

E Zelza ‘aceita’ porque o salário e a carga horária acordada garantem a sua sobrevivência, sua formação acadêmica e militante e os seus estudos para passar em um concurso público. Problematize-se o termo aceitar, uma vez que não há de fato uma escolha, pois viver sem emprego não é uma opção viável em uma sociedade centrada no capital.

Assim como nas demais etapas de sua vida, observamos a mulher trans presa à política de favor promovida pelo vácuo legislativo. Na esfera macro (a empresa) o direito à sua identidade é negada, então precisa ir até as mães e aos pais das/os alunas/os, às/aos colegas de trabalho e expor sua transgeneridade para que estas/es escolham se querem ou não respeitá-la.

Vejamos a trajetória de Júlia que, ao contrário de Zelza, após a formatura iniciou a sua luta para se inserir no mercado de trabalho formal. Com diploma na mão e uma pequena poupança pra sobreviver aos primeiros meses, Julia Helena se mudou para Salvador, alugou um quartinho e foi ‘tentar a vida’. Achou que seria fácil arranjar emprego “porque o povo diz cidade grande é melhor oportunidade” (Julia Helena).

Julia Helena: Chegando lá então, eu fui certinha, procurei emprego em lojas normais, procurei emprego em cuidador de idoso que eu achei que seria bom e tal e a imagem, na verdade, do travesti carrega muito, é visto como louco, como pessoas desequilibradas. Eles não conseguem achar normal de forma nenhuma, ele não consegue perceber que você é a mesma pessoa só mudou a questão que você só encontrou seu gênero que, sua identidade de gênero e tal, mas aí ele vinha naquela coisa, tinha alguns que falavam – **como é que você parece ser uma pessoa inteligente e quer viver nessa situação? Falavam mesmo. Eu não podia nem discutir com esse povo, né? Porque quem ganharia era ele, se não ele não te daria o emprego, você sairia dali humilhada. Então era melhor você dizer, não é isso minha vida e tchau, sem discussão. Aí quando, fui procurar em loja, muitos falaram na cara - Tem que tratar como? O que mata é isso, tá vendo que você tá vestida como uma mulher, que qualquer pessoa percebe e pergunta – É pra chamar você como, que eu não sei. Pense aí, ainda ter isso de perguntar.**

Quando discutimos acerca da grande parcela de mulheres trans que está se prostituindo, costumamos apontar como resultado direto de um ciclo que costuma se repetir:

expulsão de casa na adolescência, necessidade de sobrevivência, evasão escolar precoce, dificuldade de conseguir um emprego formal, prostituição.

Julia Helena, assim como Sellena e Zelza, escapou desse ciclo: não foi expulsa de casa (Julia e Zelza até hoje moram com suas respectivas mães, e Sellena conta com suporte familiar), suportou os anos escolares, concluiu a graduação em Pedagogia e realizou cursos pra ampliar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A experiência de Julia em Salvador e Zelza em Ilhéus são demonstrativos de que não é apenas a baixa escolaridade que dificulta o acesso a um emprego, assim como percebemos que não é apenas a necessidade de sobrevivência a responsável pela evasão escolar das pessoas trans.

Julia destaca que durante as entrevistas umas das coisas que mais a incomodava era a pessoa dizer que não sabia como deveria chamá-la. No currículo tinha Julia Helena, sua performance era a dita feminina. O/A entrevistador/a realmente não sabia como ela gostaria de ser tratada ou estava deslegitimando a sua identidade?

Julia Helena: Aí eles pegavam o currículo e olhava –é, né?, tal, vou ligar, gostei muito de você. Mas nunca tinha retorno, nem loja de venda, nem, até em salão, como eu falei aquela questão do gay, ainda perguntava algumas pessoas –mas pra trabalhar, você assim, né? Pra saber já se ia uma bicha, no modo de falar ou um travesti dizendo ser mulher, como eles diz. Aí eu pan pan, esperando esperando e nada. É hora de ver o que é que ((risos)) pode, né? fazer. Agir de outras forma. Aí eu fui procurar algumas amiga tal, que fazia programa tal.

O mercado exigia de Julia Helena que ela voltasse a assumir a identidade de homem cis gay. Ela se recusou e acreditou que a prostituição fosse a alternativa que lhe restava. Não quis um ponto fixo, onde teria que repassar metade do que recebesse para a/o dona/o do quartinho. Optou por participar de um grupo do whatsapp. Fez alguns programas, mas não deu prosseguimento.

Julia Helena: Mas enfim, eu parei porque realmente não resultava em nada. Por achar que eles tá pagando de alguma forma, eles quer mais, quer que faça tudo mesmo. E aí começa que minha mente começou a trabalhar também essa questão de algumas ser portadoras de tantas DST, por motivo, na verdade, de ganho, porque eles começa a propor, eles diz –se for sem camisinha é tanto, você entendeu? Ele começa a jogar mesmo e quem tá na precisão mesmo acaba se lançando. Tipo, você vai fazer um programa de cinquenta reais, aí uma pessoa vai e coloca cem e diz –sem camisinha aí, cem reais. Se a pessoa tiver mesmo pra pagar seu aluguel, pagar sua conta não se joga? Acaba se jogando. [...] Mas comigo eu dizia – não, tudo tudo camisinha camisinha. Então com isso aí tinha ignorância às vezes mesmo, tinha uns que pagou o hotel, mas ele saia dali, largava ali, só não agredia porque ele sabia que tava com segurança e também o nome ia entrar em discussão, então ele não agredia, mas enfim, não realizava o programa, saia dali, isso aconteceu muito muito de eles dizer –não, não rola não, só sem camisinha, com camisinha não rola não. E sair dali, e não pagar nada. Mas enfim, foi uma experiência.

A objetificação que já lhe era comum enquanto mulher negra e trans foi amplificada na relação de prostituição, em que os clientes, muitas vezes, não aceitam limites impostos pelas garotas, reagindo com violência e se recusando a dar continuidade e pagar pelo programa. A cidade grande foi, para Julia Helena, “pura ilusão”.

De volta para Amargosa, Julia participou de um processo seletivo municipal para trabalhar na área de pedagogia com educações iniciais e foi aprovada, está aguardando, ansiosamente, ser convocada. Enquanto espera, foi preciso elaborar uma nova estratégia de sobrevivência: alugou um ponto em frente a casa de sua mãe e começou a trabalhar com reforço escolar, onde afirma sentir-se respeitada pelas/os alunas/os e pelas respectivas mães e pais.

Julia Helena: Então, atualmente eu trabalho com reforço escolar, tenho uma turma pela manhã e pela tarde, de pais que graças a Deus, **eles aceitam mesmo, até porque no ato da matrícula ele vê que sou eu que tô ali, eu tô a frente, então ele já vem com aquele respeito, que é uma travesti que tá ensinando o filho dele. Isso pra mim já é ótimo.** Como eu moro numa casa em frente ao próprio reforço, porque tipo, é um ponto que eu fiz, arrumei tudinho pá e fiz ali, mas eu moro logo de frente, **então eles chegam logo chamando de professora, na casa ao lado, chamando de professora, né? então com todo respeito, até alguns pais que já me conhecem que vem chamando do outro nome recebe automaticamente uma correção do filho: “não é professor, mãe, é professora, pai”.** Então com aquilo ali, eles percebem, melhor que um adulto até essa coisa de transformação.

Quando Julia Helena diz que as crianças têm maior facilidade para respeitá-la enquanto mulher trans, ela reforça um argumento defendido neste trabalho, as leituras feitas acerca das questões de gênero, assim como de sexualidade e raça, são construídas pelos discursos reiterados por variados atores em diversos espaços ao longo de nossas vidas até que ganham ares de verdade natural e imutável. Porém, o que é construído pode ser modificado. E aqui vejo, nos questionamentos feitos pelas/os alunas/os às/aos suas/seus mães/pais por não tratarem Julia como mulher, formas de resistência, subversão e transformação.

Portanto, a luta por mudanças do texto legal deve ser acompanhada por alterações nos demais discursos (educacionais, midiáticos, biológicos, médicos) que desestabilizem os binarismos classificatórios e hierarquizadores das vivências a partir de um padrão branco e cisheteronormativo.

(IN)CONCLUSÕES

Ao adotar como embasamento teórico-metodológico a teoria queer, os estudos culturais, a perspectiva pós-estruturalista e o método da desconstrução, além de me afastar dos estudos essencialistas-patologizantes acerca das identidades trans, assumi a responsabilidade de construir um trabalho que se dedica a problematizar os binarismos que posicionam, hierarquicamente, centro e margens.

Assumir essa perspectiva teórica supõe, portanto, refletir sobre relações entre sujeitos e grupos, significa analisar conflitos, disputas e jogos de poder historicamente implicados nesses processos. Supõe, também, reconhecer que vários embates culturais são levados a efeito, cotidianamente, em muitas instâncias pedagógicas. Não apenas na escola, mas também na mídia, no cinema, nas artes, nas campanhas de saúde, nos informes médicos, nos parlamentos, nos tribunais etc. (LOURO, 2013a, p. 50)

Não nego que “o centro permanece como uma atraente ficção de ordem e unidade” (LOURO, 2013a, p. 45) e que o modo de investigação aqui escolhido, em diversos momentos, foi desconfortável. Não foi fácil me despir das certezas e rigidez naturalizadas em que fui produzida e que opera em muitas pesquisas acadêmicas. Essa perspectiva exigiu de mim (ou me permitiu) ainda compreender que os processos de construção do objeto de investigação e o meu, enquanto pesquisadora, ocorreriam no decorrer da pesquisa.

A preferência pela produção do material empírico por meio de entrevistas narrativas obedeceu ao desejo de preservar as perspectivas particulares das entrevistadas. Foi dito por Santos e Andrade (2014) que, através das narrativas, histórias são construídas e identidades são discursivamente produzidas, eu busquei interferir o mínimo possível nas histórias construídas pelas participantes.

Refletir sobre o material produzido através da Análise de discurso foi um desafio não inteiramente vencido, minhas compreensões acerca deste instrumento são introdutórias, contudo achei necessário que minhas análises investigassem os discursos que emergiam das falas que Zelza, Sellena e Julia Helena, mulheres autodeclaradas como trans e negras, evidenciavam em suas narrativas.

O gênero e o sexo são construções discursivas, com isso não nego a materialidade dos corpos, apenas defendo que os significados atribuídos à matéria não são naturais nem universais, sua nomeação e generificação são produzidas nos/pelos discursos. Produz-se um padrão de masculinidade/feminilidade e às pessoas que não se enquadram – as excêntricas –

tem suas vivências marginalizadas, patologizadas e invisibilizadas nas novelas, filmes, livros didáticos, universidades, e assim por diante.

As pessoas trans representam, de imediato, uma denúncia à fixidez e naturalização do sexo, do gênero e das identificações. Suas existências nos estimula a reconhecer o quanto as representações de gênero e de sexo são produtos de códigos culturais. “Afiml, nós – que usualmente nos consideramos tão “normais” – também usamos uma série de códigos, gestos, recursos para dizer quem somos, para nos apresentarmos e representarmos como mulheres e homens diante da sociedade” (LOURO, 2013a, p. 52)

A construção do dispositivo da transexualidade foi bastante impulsionada nas décadas de 50 e seguintes, por meio de pesquisas voltadas para a diferenciação diagnóstica entre transexuais, travestis, gays e lésbicas.

As pesquisas que se destacaram – a benjaminiana e a stolleriana - visavam à definição de critérios, características (sintomas) que, se presentes, promoveriam o reconhecimento (diagnóstico) do sujeito transexual.

As duas correntes divergiam no que concerne à origem e ao tratamento da transexualidade, mas compartilhavam do entendimento enquanto doença, representando, desse modo, partes estruturantes de um mesmo dispositivo, que teve como principais desdobramentos a criação e a patologização do “verdadeiro transexual”.

Ser um/a “transexual de verdade” significaria ser necessariamente disfórico, ter um forte desejo de retirar as partes dos seus corpos referentes às suas características sexuais, primária e/ou secundárias, desejar pertencer e ser tratado como do gênero que expressa e apresentar evidências de sofrimento.

O desejo em produzir um diagnóstico diferenciado para transexuais ganhou concretude em 1980, quando a transexualidade foi inserida no Código Internacional de Doenças (CID) e no rol dos transtornos mentais da terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA).

Em que pese às mudanças de nomenclatura ao longo dos anos, a patologização do gênero permanece operando com grande força. No Brasil, o atendimento (precário) à saúde das pessoas travestis e transexuais é norteado pelos critérios estabelecidos pela APA e pelo CID.

A nomeação das vivências trans como doença retira das pessoas transgêneras a autonomia e o direito de ser plural. As experiências humanas, em geral, são complexas.

Definir que todas as pessoas transexuais e travestis terão as mesmas relações familiares, com o corpo, gênero e sexualidade representa um apagamento de suas humanidades.

Ao ouvir as narrativas de Julia, Sellena e Zelza pude contestar a universalidade do sujeito transexual. Cada uma delas vive a sua transgeneridade, seus processos de transição, autonomação, entre outros aspectos de suas vidas, de uma forma particular. Dessas narrativas expostas e analisadas no capítulo 2, algumas ponderações surgiram:

A categoria “verdadeiro transexual” não as contempla, e com isso não questiono suas vivências enquanto mulheres trans, mas sim a invenção e ratificação desta categoria e seu emprego como ferramenta de exclusão e negação de direitos.

As mulheres trans que participaram desta pesquisa transitam na forma como se nomeiam ao longo de suas narrativas. Julia percebe-se (portanto, é) mulher, em algumas situações ela não se apresenta como transexual, mas como travesti, uma vez que não deseja a cirurgia de transgenitalização.

Sellena transita entre as identificações mulher trans, transgênera ou travesti, não utilizando apenas o termo mulher transexual para se autodenominar. E Zelza, ainda que involuntariamente, em alguns momentos se apresenta enquanto travesti, mas se corrige imediatamente para transexual.

O trânsito percebido sinaliza algumas questões: os desdobramentos dos discursos produtores do dispositivo da transexualidade na forma como as entrevistadas compreendem a si mesmas e outras mulheres trans/transexuais/transgêneras/travestis. A negação do uso da categoria transexual por Sellena, enquanto resistência à medicalização e higienização de sua identidade. O uso instrumental das categorias para tornar seus corpos inteligíveis nos variados espaços.

As participantes demonstraram rejeição ao discurso médico, em nenhum momento elas relacionaram a realização de cirurgia de transgenitalização com os seus processos de autoidentificações ou adotaram o discurso patologizante para narrar suas vivências.

A passagem: homem cisgênero heterossexual – homem cisgênero gay – mulher trans se repetiu nas três narrativas. Este não é necessariamente um percurso vivido por todas as mulheres trans, contudo, a dificuldade em romper com a fixidez das identidades homem/mulher é sintomática em uma sociedade que estabelece e reforça binarismos.

Muitas vezes, as análises de gênero não levam em consideração outros marcadores que promovem desigualdades. Nossas participantes são mulheres trans negras, portanto, não

podíamos nos abster de construir esse trabalho a partir de uma abordagem interseccional entre raça, gênero e identidade de gênero.

Em uma sociedade de diáspora africana, como é o caso do nosso país, as vivências sofrem variações a depender do grupo racial pertencente. A escolha pelo vocábulo raça, enquanto categoria social, ocorreu em virtude de considerá-la necessária para discutir os racismos enfrentados por Julia, Zelza e Sellena em suas trajetórias universitárias.

O racismo não é percebido por Zelza em sua vivência e não é espontaneamente trazido nas narrativas de Sellena. A transgeneridade, enquanto experiência que questiona pilares tão forte e profundamente estabelecidos como o feminino/masculino, mulher/homem incomodaria a ponto de a negritude ficar ofuscada enquanto marcador de discriminação? Ou o ofuscamento se deu nas percepções dessas mulheres em relação às atitudes discriminatórias que transpassavam a transfobia?

Embora não tenha percebido impactos do racismo, ao falar sobre a sua transição e de outras mulheres trans, Zelza apontou como necessário o alisamento do cabelo e despertou minha atenção para as possíveis influências do padrão branco no auto/reconhecimento do feminino.

A humanidade foi oficialmente negada às pessoas negras durante mais de 350 anos em nosso país. O fim da escravização não encerrou os discursos que se reverberam em diversos meios midiáticos de objetificação, animalização e hipersexualização das mulheres negras.

Quando ouço de Julia e Selena que o cabelo alisado lhes garante serem lidas como mulheres, percebo que o padrão branco retira, além da autoestima, a mulheridade das mulheres negras. Alisar o cabelo representa para as mulheres trans negras o escape da ambiguidade, a fuga do masculino e a busca pelo pleno reconhecimento como mulher. Enquanto o ideário de feminilidade não for desconstruído, ele não deixará de ser perseguido.

Reforço que não foi minha intenção reduzir o complexo sistema de classificação racial brasileiro e as formas de manifestação de racismos às impressões e decisões concernentes ao cabelo. O racismo, em suas formas institucionais e relações interpessoais, são expressos de diversos modos e níveis de violência.

O cabelo, que não pode ser considerado de maneira isolada, representou a forma como Julia, Sellena e Zelza, no momento da entrevista, conseguiram externar o impacto das representações negativas voltadas para as/os negras/os na construção de suas identidades femininas.

É muito comum que em diálogos as pessoas reconheçam a existência do racismo em nosso país, relatem situações em que alguém próxima/o tenha sido alvo, mas não apontem situações que tenham ocorrido consigo. Não podemos ignorar o quão doloroso é se perceber enquanto vítima de racismo e falar sobre o assunto.

A escola foi pensada como um espaço de regulação e controle, servindo-se da disciplina como ferramenta para a produção de corpos dóceis e das autoridades educacionais e das/os estudantes como atores sociais que atuam na vigilância dos corpos que tentam escapar.

Através da classificação binária do normal e do anormal, penaliza-se os corpos que se afastam do padrão de gênero, sexualidade e raça. O investimento da escola, segundo Louro (2000) é a produção de homens e mulheres de verdade, que devem ser cisgêneros/as, heterossexuais e culturalmente branco/a.

As/os demais são identificadas como anormais, excêntricas/os e a correção de suas anormalidades promove um sofrimento tão intenso, que muitas/os desistem de frequentar a (são informalmente expulsas/os da) escola.

É sabido que o tempo de escolarização das pessoas negras, independente da classe social, é menor do que o das pessoas brancas. A baixíssima presença das pessoas trans nos espaços formais de educação também não é objeto de questionamento.

Contudo, nossas participantes resistiram aos anos escolares e adentraram no Ensino Superior. Portanto, o último capítulo deste trabalho se destinou a refletir sobre os processos discriminatórios, no que concerne a raça e gênero, que afastam as mulheres trans negras das Universidades/Faculdades e que impactaram as vivências de Julia, Sellena e Zelza e como elas lidam com essas questões.

Estima-se que 80% das mulheres trans não concluem o Ensino Médio, e apenas 5% estão presentes nas universidades e faculdades brasileiras. Esses números me direciona a afirmar que vem acontecendo uma expulsão sistemática das mulheres trans dos espaços formais de educação.

Na sétima série do Ensino Fundamental, Zelza desistiu de estudar por um ano após um confronto com um colega que, dentre as ofensas proferidas, acusou-a de querer tomar o lugar de mulher, de que era ela coisa do diabo, que sua transexualidade era coisa da cabeça dela e que ninguém “olharia” pra ela. Essa discussão reuniu os discursos que fundamentam as falas mais comumente utilizadas para violentar as pessoas trans.

Zelza pensou em desistir no terceiro ano do Ensino Médio, porém, por enxergar na educação uma possibilidade de ascensão social e se sentir na obrigação de ser referência para

outras mulheres trans, ela persistiu e viu se repetir as violências fundamentadas nos mesmos discursos durante parte de sua graduação e pós graduação.

A transfobia é estrutural, as discriminações se repetem nas escolas que Zelza estudou, nas faculdades e universidade que as três frequentaram, assim como em espaços de militância estudantil, cite-se o Congresso da União Nacional dos Estudantes.

Nas vivências de minhas entrevistadas, as violências apontadas por elas como transfóbicas que se repetiram ao longo de suas jornadas universitárias foram confrontos diretos com colegas e professoras/es, negação do direito ao banheiro (feminino e masculino), desrespeito aos seus nomes.

Surgiu em suas falas entre os elementos que dificultam/dificultaram suas permanências nos espaços educacionais a solidão o isolamento. Nesse sentido, preciso ponderar sobre duas questões: a falta de convívio com outras mulheres trans e a relação com as pessoas cisgêneras.

Zelza, Sellena e Julia foram as únicas mulheres trans negras em seus cursos universitários. Zelza teve apenas uma colega trans no Ensino Básico. A solidão e o isolamento significaram negação de direitos sob a justificativa de que aquele ambiente (Universidade/Faculdade) não estava preparado para recebê-las e a nomeação como excêntricas.

Ser posicionada como excêntrica denota ter todos os olhares voltados para si e ainda assim ser invisibilizada. Pensemos nas falas de Julia Helena, suas identificações foram absolutizadas em ser a travesti/o gay negra/o que deveria ser “exemplo” para as discussões relacionadas a gênero, sexualidade e raça, ela não era tratada pelas suas colegas e professoras como uma estudante de pedagogia, uma colega/amiga, com quem se marcava para estudar ou fazer as atividades de grupo.

A transição de Sellena aconteceu no quarto semestre do curso e provocou o afastamento da maior parte das/os colegas que eram próximas. Interessante refletir, porém, que ela já tinha poucos amigas/os na turma (ela diz que 30% eram realmente próximas) por ser anteriormente lida como “viadinho afeminado”. Haveria uma “sociabilidade masculina” que precede a transição das mulheres trans? No caso de nossas entrevistadas, os espaços masculinos lhe foram negados desde a infância.

Na entrevista de Sellena, ela pondera que as pessoas não foram tão invasivas por já estar na Academia. Julia, por outro lado, narrou diversos momentos em que as colegas e professoras/es tentaram controlar o seu corpo (decidir o modo como ela deveria se vestir,

fazê-la “desistir” de ser gay/travesti), ser negra/o já era um marcador negativo que ela não podia reverter.

Esse controle extremo de que Julia Helena era alvo me fez pensar sobre como é desafiador em nossa sociedade lidar com a ambiguidade. A mistura de elementos tidos como femininos e masculinos no vestuário e adereços de Julia deixava as demais pessoas extremamente desconfortáveis.

A figura de Julia exercia uma espécie de paródia de masculinidade ou de feminilidade que as/os forçava (talvez) a reconhecer o quanto as representações de gênero ou de se sexo se fazem através de códigos culturais. Julia ameaçava as certezas naturalizadas que elas/eles tinham sobre ser homem/ser mulher. (LOURO, 2013a)

“Já é negro, ainda quer ser travesti?”, “se vestindo assim desse jeito estranho?” “não vai adiantar nada isso que você tá fazendo aqui (curso universitário)”, “não vai ter porra de emprego”. Julia elaborou estratégias para vencer essas previsões terroristas, fez cursos de cabelereira e técnica em enfermagem para ampliar suas possibilidades, ainda assim não conseguiu emprego em loja, salão de beleza, cuidadora de idosas/os nem como professora. Tentou se prostituir, mas não foi uma opção que garantiu a sua sobrevivência.

O fato é que Julia Helena não conseguiu se inserir no mercado formal de emprego nas duas cidades onde tentou (Salvador e Amargosa). Participou de um processo seletivo da prefeitura de Amargosa, foi aprovada e enquanto espera a convocação, precisou trabalhar para si mesma. Alugou um ponto, hoje dá reforço escolar e tem seu gênero respeitado por suas/seus alunas crianças e adolescentes, que chegam a exigir das suas respectivas mães e pais a mesma postura.

Zelza também é professora e, apesar de ter sua identidade institucionalmente negada na empresa em que trabalha, no seu crachá consta o seu nome de registro (transfobia institucional), o seu gênero é respeitado por boa parte das/os alunas/os e mães/pais.

O respeito à identidade de Julia e Zelza por parte de suas/seus alunas e mães/pais confirma que as leituras acerca das questões de gênero, assim como de sexualidade são construídas e, portanto, podem ser subvertidas. O questionamento das crianças de porque sua mãe ou seu pai não está reconhecendo sua professora como mulher me faz defender a educação como uma ferramenta de potente transformação social.

A ausência das mulheres trans nos empregos formais é geralmente associada a baixa escolaridade, o que não é o caso de Julia e Zelza. A imagem de pessoas transtornadas,

pecadoras, ilusionistas, criminosas talvez sejam os maiores dificultadores da inserção das mulheres trans no mercado de trabalho.

O emprego via seleção pública apareceu como uma estratégia de escape tanto para Julia quanto para Zelza. A aprovação em um concurso público é um desejo de muitas pessoas pela garantia da estabilidade, para as mulheres trans seria a obrigatoriedade de ser “contratada” sem que, para tanto, precise esconder o seu gênero.

Não poderia finalizar esse trabalho sem buscar compreender como Julia, Zelza e Sellena sobreviveram/têm sobrevivido aos mecanismos de expulsão informal dos ambientes acadêmicos. Nossas entrevistadas contaram com acolhimento de alguns sujeitos, como a professora no Ensino Fundamental que ouviu os desabafos de Zelza e a estimulou a persistir; a merendeira, que, além de amiga, separava lanches para Zelza levar pra casa; a amiga, que esteve com Sellena quando as/os demais se afastaram.

A participação em coletivos e ONGs também fortaleceram as nossas entrevistadas nos enfrentamentos diários, os embasamentos teóricos e as estratégias de militância fizeram com que elas ocupassem e resistissem em espaços que elas sabiam que também eram delas.

Defendo, ainda, o apoio familiar como um dos elementos decisivos no sucesso das trajetórias educacionais das sujeitas dessa pesquisa. Zelza, Julia e Sellena romperam com um ciclo que se repete em muitas vivências trans, que é o abandono familiar afetivo e financeiro.

A família representa, muitas vezes, um elemento que contribui para adoecimentos, vulnerabilidades, silêncios e suicídios das/os LGBTQs. No caso de nossas entrevistadas, os apoios de parcela significativa dos seus núcleos familiares fortaleceram e colaboraram para suas sobrevivências ao terrorismo sistêmico branco universitário.

Por fim, valho-me de Louro (2013) para assumir os riscos, a precariedade, as contradições, os paradoxos, as dúvidas que não me permitem (e jamais foi a minha pretensão) oferecer conclusões e universalidades, as respostas são provisórias, múltiplas, localizadas. Ofereço, acima de tudo, desejos de provocações e desestabilizações do que está posto.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. DSM 5. ed. 5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al. Ver. Tec. Aristides Volpato Cordioli... et. al. 2013
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis Na Escola: Assujeitamento ou Resistência à Ordem Normativa**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, escolar. Rev. Estud. Fem. vol.19 no.2 Florianópolis May/Aug. 2011. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travesti: A negação da escola e da vida**. In: III Seminário Nacional de Educação, Diversidade sexual e Direitos Humanos, 2014. Disponível em: <http://www.2014.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405337469_ARQUIVO_Artigo-Luma.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016
- BAUER, Martin W.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Entrevista narrativa**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2014. p. 90-113.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. 4. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão européia do livro. 1970. Pdf.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: 2. A experiência vivida**. 2. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão européia do livro. 1967. Pdf.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond. 2006. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade). Pdf
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014a.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. Pdf
- BENTO, Berenice. **Nome social para as pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea. ISSN: 2236-532X. v. 4, n. 1, jan-jun. 2014b. p. 165-182. pdf
- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).
- BENTO, Berenice. **Travestis e transexuais – Construção de Identidade**. II Encontro Estadual dos Direitos da Diversidade Sexual da OAB/SP. 08 de junho de 2013. Palestra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z6oM-BoUGWo>>. Acesso em 14 nov. 2014.
- BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 28 nov. 2013.
- BRITO, Camila Pina; LINS, Marcelo da Silva. **Cidadania Colorida: Organização da comunidade LGBT em Itabuna – 1978-2005**. Anais do IV Seminário Enlaçando Sexualidades

- Moralidades, Famílias e Fecundidade. ISSN 2238-9008. Salvador: UNEB, 2015.
Disponível em:
<<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/comunica%C3%A7%C3%A3ooralcamilapinabritomarcelodasilvalins.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e poder**: breves sugestões para uma agenda de pesquisa. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (Org.). Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 179-197.
- BUTLER, Judith. **Desdiagnosticando o gênero**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [1]: 95-126, 2009. Tradução: André Rios. Revisão Técnica: Márcia Arán.
Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**: Pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: Clam, 2005. Disponível em: < <http://www.clam.org.br/pdf/paradario2004.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2015.
- CONSULTOR JURÍDICO. **Apelação Cível**. Retificação de Registro Cível. Transgênero. Mudança de nome e de sexo. Ausência de Cirurgia de Transgenitalização. 2014. Disponível em: < <http://s.conjur.com.br/dl/tj-rs-libera-alteracao-registro.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- CORAZZA, Sandra Mara. **Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos**. In: COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 103-127.
- COSTA, Marisa Vorraber; GRÜN, Mauro. **A aventura de retomar a conversação - Hermenêutica e pesquisa social**. In: COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 83-102.
- COX, Laverne. Não sou eu uma mulher. Tradução: Tatiana Nascimento. 2009. Disponível em: <<http://lavernecox.com/gender-studies/aint-i-woman>>. Acesso em 8 out. 2015. Pdf
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. PDF. Estudos Feministas. Ano 10. 1/2002. Tradução por Liane Scheneider. Revisão por Luiza Bairros e Claudia Lima Costa. 2002b
- CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. PDF. Cruzamento Raça e Gênero. Painel 1. 2002a
- DOMINIK, Valeska. Entrevista concedida a: LUCON NETO. **“Ser mulher transexual e negra é sofrer duas vezes”, diz Valesca Dominik, a Miss T Brasil**. NLucon. 2014. Disponível em: < <http://www.nlucon.com/2015/11/por-neto-lucon-assim-que-recebeu-faixa.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015
- EDUCAÇÃO TRANS. **Transexualidade sem medo**. 2013. Disponível em: < <http://educacaotrans.com.br/index.php/capaele-nao-estuda-mais-aquiele-nao-estuda-mais-aqui/transexualidadesemmedo/#.V1gchfkrLIW>>. Acesso em: 08 jun. 2016.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa. Caderno de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf> >. Acesso em: 30 out. 2015

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 20 ed. 1999. 288 p.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. Coleção Primeiros Passos. Revisão de Silvana I. Afram, José W.S. Moraes. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GELEDÉS. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés - Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 2013.

GILL, Rosalind. **Análise de discurso**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2014. p. 244-267.

GLOBAL RIGHTS. **Report on the Human Rights situation of Afro-Brazilian Trans women**. 2012. Disponível em:

<http://www.globalrights.org/sites/default/files/docs/Report_on_Situation_of_Afro-Brazilian_Trans_Women.pdf> Acesso em: 20 jan. 2015

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2012. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revistas Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244

GROSSI, M. P. . **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Estudos de Gênero - Cadernos de Area 9, Goiânia, v. 9, p. 29-46, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Cor e raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos**. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (org.). Raça Novas perspectivas antropológicas. 2. ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p. 63-82.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2014. p. 103-133.

HOOKS, Bell. **Alisando o nosso cabelo**. Revista Gazeta de Cuba – União de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html. 2005a

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. Tradução de Marcos Santarrita. Estudos feministas, Florianópolis, v. 3, n.2, p. 464-478, ago./dez. 2005b

JESUS, J. G. de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012.

LOPES, Joyce Souza. **Branco(a)-mestiço(a): problematizações sobre a construção de uma localização racial intermediária**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, Vol. 6, n. 13, p. 47-72, 2014.

- LOPES, Joyce Souza. **Lugar de branca/o e a/o “branca/o fora do lugar”**: representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA. 25-05-2016. 255f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016. Disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/Joyce%20Lopes_Possibilidades%20de%20antirracismo%20entre%20negra@s%20e%20branca@s%20no%20Movimento%20Negro.pdf>. Acesso em 21 set. 2016
- LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). o corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer - Uma política pós-identitária para a educação**. Revistas Estudos Feministas. ISSN 0104-026X. Vol. 9. Florianópolis. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200012&script=sci_arttext#b15>. Acesso em: 19 jan. 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013a.
- LOURO, Guacira Lopes. **Uma sequência de atos**. Cult. São Paulo: Bregantini, n. 185, p. 31-34, 2013b.
- MACEDO COSTA, Jociane Rosa de. **Redesenhando uma pesquisa a partir dos Estudos Culturais**. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (Org.). Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 85-116.
- MEYER, Dagmar E. Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. **Modos de ver e de se movimentar pelos "caminhos" da pesquisa pós-estruturalista em Educação**: o que podemos aprender com - e a partir de - um filme. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (Org.). Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 23-44.
- MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças**: por uma analítica da normalização. Congresso de Leitura do Brasil 16. p. 1-19. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>>. Acesso em 26 set. 2016.
- MISKOLCI, Richard. **Um corpo estranho na sala de aula**. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter. Afirmando diferenças. Campinas: Papirus, 2005.
- MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis. **Dossiê: sexualidades disparatas**. Cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007:9-18. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/02.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2015.
- MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil**: fundamentos antropológicos. São Paulo: Revista USP, 2005-2006. p. 46-57.
- MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC / SEF, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>> Acesso em 24 de nov. 2015.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Homofobia religiosa e direitos LGBT**: Notas de pesquisa. Latitude, vol. 07, nº 1, pp. 33- 51, 2013.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n. 61, 2015.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade**. In: JESUS, Jaqueline Gomes de Jesus et. al. Transfeminismo: Teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia. 1. Ed, 2014. p. 87-104.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de os Grupos étnicos e Suas Fronteiras. São Paulo: UNESP. 1998

REVISTA FORUM. **A solidão tem cor**. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/semanal/a-solidao-tem-cor/>>. Acesso em 10 jun. 2016

REVISTA FORUM. **Número de negros em universidades brasileiras cresceu 230% na última década**. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/11/23/numero-de-negros-em-universidades-brasileiras-cresceu-230-na-ultima-decada/>>. Acesso em 01 maio 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SALES, Robson. **IBGE**: Acesso de negros à universidade cresce; maioria ainda é branca. In: Valor. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4342534/ibge-acesso-de-negros-universidade-cresce-maioria-ainda-e-branca>>. Acesso em: 01 maio de 2016.

SALES, Shirlei Rezende. **Etnografia + análise do discurso**: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2014. p. 244-268.

SANT’ANA, Antonio Olímpio de. **História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC / SEF, 2000.

SANTOS, Ailton. **Transexualidade e travestilidade**: conjunções e disjunções. In: Transexualidades: um olhar multidisciplinar/ Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, Liliana Lopes Pedral Sampaio, Organizadoras; prefácio, Miriam Chnaiderman. - Salvador: EDUFBA, 2014. 272p.

SANTOS ANDRADE, Sandra dos. **A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pró-estruturalistas**. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 175-196.

SCHÜTZER, Kátia. **A questão racial e os cursos de formação de professores**. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Orgs) IDENTIDADE NEGRA: Pesquisas Sobre o Negro e a Educação no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Negro-Educacao-2-INEP.pdf>>. Acesso-12 de maio de 2016.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC / SEF, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2014. p. 73-102.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015. 244fls.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade**: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Coleção Educação Para Todos. Edições MEC/Unesco. Brasília, p. 94-123, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Coleção Tendências. Vol. 4. São Paulo: Graau. 2. ed. 1990.

TOKARNIA, Mariana. **Número de travestis e transexuais inscritos no Enem quase triplica**. In: EBC Agência Brasil. Brasília. Edição Graça Adjuto. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2015-10/numero-de-travestis-e-transexuais-inscritos-no-enem-quase-triplica>>. Acesso em: 10 out. 2015

TRANSGENDER EUROPE. **On May 17th, the International Day Against Homophobia and Transphobia (IDAHOT) is being held in more than 100 countries around the world**. 2014. Disponível em: <http://www.transrespecttransphobia.org/en_US/tvtproject/tmmresults/idahot-2014.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.

UESB. **Resolução CONSEPE n. 83/2014**. Normatiza a inclusão do nome social de estudantes travestis e transexuais nos registros acadêmicos da Instituição. 2014. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/consepe/arquivos/9696Resolu%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%2083-2014%20-%20Normatiza%20a%20inclus%C3%83%C2%A3o%20do%20nome%20social%20-%20travestis%20e%20transexuais%20-%20ad%20referendum.pdf>>. Acesso em 10 out. 2015.

UFRB. **Resolução n. 001/2015**. 2015. Disponível em: <<https://www1.ufrb.edu.br/soc/atas-2/category/27-conac?...39:resolucao-n-001-2015>>. Acesso em: 12 maio 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Olhares...**In: COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 23-38.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no Tribunal**: Saúde e cidadania. Rio de Janeiro: Uerj, 2010. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade)

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Camila Pina Brito, sou aluna e pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Jequié-BA, orientada pelo Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza.

Gostaria de lhe convidar para participar da minha pesquisa "GÊNERO E RAÇA NAS VIVÊNCIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES TRANS". Antes, é necessário esclarecer que este é um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que tem a preocupação de tirar todas as dúvidas em relação a essa pesquisa, que é de minha responsabilidade.

Esta investigação pretende identificar e analisar quais as formas de racismos e transfobia vivenciadas pelas mulheres trans negras nos espaços formais de educação, preferencialmente em instituições de ensino superior (faculdades particulares ou universidades estaduais e federais).

A pesquisa é caracterizada como qualitativa, pois está preocupada em compreender como as mulheres trans negras têm suas vivências educacionais impactadas pelas formas de racismo e transfobia presentes nos espaços formais de educação em que estudam. As participantes são estudantes que se autoidentifiquem como mulheres trans negras e com idade a partir de 18 (dezoito) anos. Para a constituição dos dados da pesquisa serão realizadas entrevistas narrativas, ou seja, as participantes contarão suas histórias no que se referem às experiências vividas nas escolas, cursos técnicos, faculdades e/ou universidades. A análise da pesquisa será feita por meio da análise do discurso.

Com a sua aceitação em contribuir com a pesquisa, você participará de três encontros, onde contará as histórias de sua vida, no que se refere às práticas discriminatórias que você identifique como formas de racismo e transfobia vivenciadas durante a sua formação educacional. A duração de cada entrevista será de aproximadamente 01 (uma) hora.

Comprometo-me em evitar qualquer tipo de desconforto que possa por ventura surgir em ocasião da entrevista ou de outras etapas e atividades do estudo, deixando bem claro que você poderá optar em participar ou não das etapas da pesquisa. Você também pode se recusar a responder qualquer questionamento voltado para pesquisa, sem que isso gere qualquer tipo de desconforto ou constrangimento perante a recusa. No que diz respeito aos riscos, apesar de

toda pesquisa conferir certo grau de risco, que no seu caso poderá ser um desconforto ocasionado por responder algumas questões e rememorar algumas lembranças doloridas, assumo a responsabilidade em minimizar ao máximo a sua ocorrência que, caso aconteça, serão tomadas providências necessárias para a resolução. Nesse sentido, destaco que os resultados da pesquisa compensam os riscos que eventualmente possam acontecer.

Caso seja do seu interesse, todas as informações cedidas poderão ser sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento, citando apenas o nome da instituição de ensino. Assim, toda transcrição dos relatos e das entrevistas será feita por mim, pesquisadora, visando garantir o sigilo das informações prestadas.

Em qualquer etapa da pesquisa (antes, durante e depois), você poderá pedir esclarecimentos a mim no contato que está logo abaixo ou até entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UESB no endereço abaixo. O CEP é um órgão que avalia as pesquisas quanto aos cuidados dirigidos aos(às) participantes para manter sua integridade e segurança.

Como a participação na pesquisa será voluntária, você não receberá nenhuma gratificação financeira para se envolver com as propostas do trabalho, entretanto, eventuais despesas geradas em decorrência de sua participação, serão custeadas pela pesquisadora. Você também poderá retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento.

Se você desejar participar da pesquisa, por favor, assine junto comigo este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias. Uma via ficará com você e a outra ficará comigo durante um período de cinco anos.

Atenciosamente,

Camila Pina Brito

Consentimento para participação

Eu estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Eu fui devidamente esclarecida quanto os objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetida e os possíveis riscos envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu disponibilizar qualquer esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante a realização da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa ou à minha família, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.

Eu, _____,
aceito livremente participar do estudo intitulado “Gênero e raça nas vivências educacionais de mulheres trans”, sob responsabilidade da pesquisadora Camila Pina Brito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB – *Campus* de Jequié).

Nome da Participante _____

COMPROMISSO DA PESQUISADORA

Eu discuti as questões acima apresentadas com cada participante do estudo. É minha intenção que cada pessoa entenda os desconfortos, benefícios e obrigações relacionadas a esta pesquisa.

Jequié, Data: ____/____/____

Assinatura da Pesquisadora

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas através do e-mail da pesquisadora responsável: camilapinabrito@hotmail.com, telefones (73-9113-9708 ou 73-8805-8639). Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa também poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP / UESB), nos seguintes endereços: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, CAP - 1º andar, Av. José Moreira Sobrinho, S/N - Bairro: Jequiezinho, CEP: 45.206-510. Jequié – Bahia. **Telefone:** (73)3528-9727. **Endereços eletrônicos:** cepuesb.jq@gmail.com ou cepjq@uesb.edu.br.

Apêndice B – Termo de Autorização do uso de imagem e depoimentos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
 Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu _____, CPF _____, RG _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Camila Pina Brito, Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza e a Prof^a. Dr^a Marise de Santana do projeto de pesquisa intitulado “Gênero e Raça nas vivências educacionais de mulheres trans” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Jequié - BA, ___ de _____ de 20____.

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável pelo projeto

Apêndice C – Tópico central da entrevista narrativa

Práticas discriminatórias vivenciadas pela entrevistada, no que concerne à identidade de gênero (identificação como mulher trans) e raça (identificação como negra), durante a trajetória escolar, em especial no Ensino Superior, incluindo as relações com colegas, docentes, funcionárias/os.

Anexo A – Nota pública do Núcleo de Pesquisa em gênero, diversidade e sexualidade Capitu

DIREITOS NO ARMÁRIO NÃO NOS INTERESSAM!

A UFRB aprovou, por meio do Consuni, a obrigatoriedade de uso do nome social da pessoa transgênero que garante ao/a indivíduo o uso do nome pelo qual se identifica, conforme sua identidade de gênero, independente de seu nome civil. Contudo, isso exige mais do que uma lei, exige compromisso político da gestão em formar, instruir, capacitar funcionários/as administrativos e docentes, bem como discentes para o cumprimento da norma. Mas, não é o que se vê cotidianamente na UFRB: compromisso com a diversidade.

Uma de nossas alunas – transgênero feminino - foi constrangida pelas dificuldades encontradas em fazer valer seus direitos, em Cruz das Almas, no momento de sua matrícula, dia 17/03. Sellena Oliveira Ramos, pacientemente explicou a forma política de tratamento e a necessidade de cumprimento da resolução. Contudo, o despreparo da gestão em realizar sua matrícula com seu nome social tornou-se motivo de humilhação e injúria para a discente.

Estamos cientes de que o funcionário/a também tem direito de ser preparado/a e instruído/a para exercício de sua função, sendo obrigação dos/as gestores/as promoverem tal capacitação. Diante disso, exigimos que os direitos democraticamente conquistados não fiquem nos armários das pró reitorias, reitoria e /ou outros órgãos. Não nos interessa que a UFRB viva de suas propagandas de inclusão, de diversidade enquanto no cotidiano, as políticas de exclusão e invisibilização operem violências de gênero, raciais e de classe. Não nos interessa a UFRB de discursos eleitorais e de índices do MEC. Interessa-nos produzir educação, democracia, diferença e inclusão!

Pelo cumprimento dos direitos e respeito às identidades e lutas dos coletivos!



Fonte: Retirada da página do Facebook Núcleo Capitu/UFRB

<https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-CapituUFRB-726450320795250/?fref=ts>

Anexo B – “O Revoar da Travesti”¹⁸**Julia Helena chegando em sua Colação de grau****Julia Helena, em sua colação de grau, acompanhada de sua mãe**

Fonte: Fotos retiradas da conta pessoal de Zelza na rede social Facebook

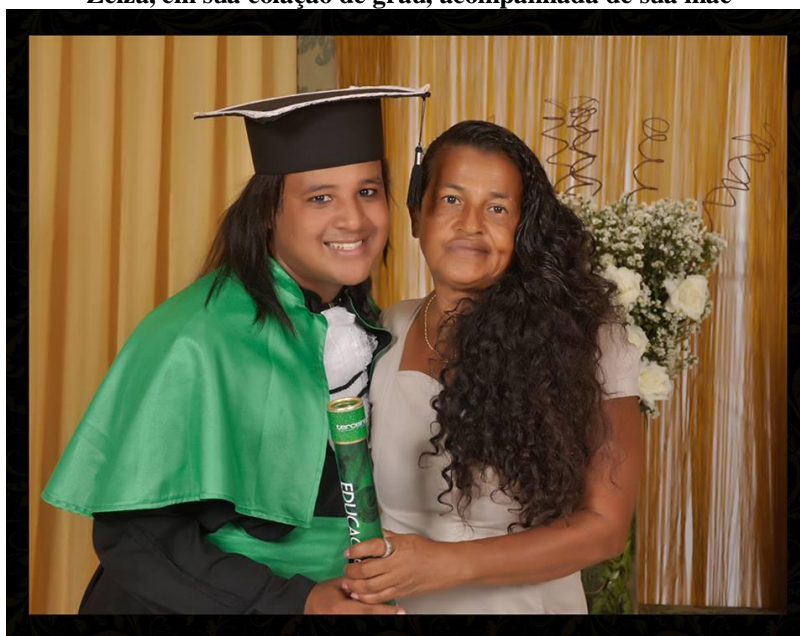
¹⁸ Referência ao tópico 2.5.3 da tese de doutoramento de Luma Nogueira de Andrade “Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.

Anexo C – A realização de um sonho¹⁹

Zelza, na foto do convite para a sua formatura



Zelza, em sua colação de grau, acompanhada de sua mãe



Fonte: Fotos retiradas da conta pessoal de Zelza na rede social Facebook

¹⁹ Referência à parte da legenda escrita por Zelza na foto do convite de sua formatura

Anexo D – Gritos de resistência**Foto 1: Campanha do respeito ao nome social no facebook****Foto 2: Sellena na UFRB-Amargosa****Foto 3: Sellena em atividade do Núcleo Capítu/UFRB**

Fonte: Fotos 1 e 2 retiradas da conta pessoal de Sellena no Facebook; foto 3 retirada da página do facebook Núcleo Capítu/UFRB

Anexo E – Eu sou porque nós somos!²⁰

O dia da entrevista com Julia Helena. Da esquerda para direita: Sellen, eu (Camila) e Julia Helena



Fonte: Foto retirada da conta pessoal de Julia Helena no Facebook

Defesa da dissertação. Eu (Camila) e Zelza



Fonte: Foto retirada da conta pessoal de Zelza no Facebook

²⁰ Ubuntu – Eu sou porque nós somos. Provérbio africano